



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL

**PREVENÇÃO PRIMÁRIA DE ABUSO SEXUAL:
AVALIAÇÃO DA EFICÁCIA DE UM PROGRAMA
COM ADOLESCENTES E PRÉ-ADOLESCENTES EM AMBIENTE ESCOLAR**

Maria da Graça Saldanha Padilha

Orientadora: Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams

São Carlos

Março de 2007

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL

**PREVENÇÃO PRIMÁRIA DE ABUSO SEXUAL:
AVALIAÇÃO DA EFICÁCIA DE UM PROGRAMA
COM ADOLESCENTES E PRÉ-ADOLESCENTES EM AMBIENTE ESCOLAR**

Maria da Graça Saldanha Padilha

Orientadora: Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams

Tese submetida ao Programa de
Pós-Graduação em Educação Especial
da Universidade Federal de São Carlos,
como parte dos requisitos para a obtenção
do grau de Doutor em Educação Especial

São Carlos

Março de 2007

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária/UFSCar**

P123pp

Padilha, Maria da Graça Saldanha.

Prevenção primária de abuso sexual : avaliação da eficácia de um programa com adolescentes e pré-adolescentes em ambiente escolar / Maria da Graça Saldanha Padilha. -- São Carlos : UFSCar, 2007.
182 f.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2007.

1. Crianças - abuso e negligência. 2. Abuso sexual – prevenção. 3. Infância. 4. Adolescência. 5. Escola. I. Título.

CDD: 371.94 (20^o)



Banca Examinadora da Tese de **Maria da Graça Saldanha Padilha**

Profa. Dra. Maria Amelia Almeida

Ass. mealmeida

(UFSCar)

Profa. Dra. Paula Inez Cunha Gomide

Ass. Paula Inez

(Faculdade Evangélica do Paraná)

Profa. Dra. Rachel de Faria Brino

Ass. Rachel Brino

(UFSCar)

Profa. Dra. Marcia Regina Bonagamba Rubiano

Ass. MRB

(USP – Ribeirão Preto)

Profa. Dra. Lucia Cavalcanti de Albuquerque

Ass. L. W.

Williams - Orientadora

(UFSCar)

*Este trabalho é dedicado aos estudantes que dele participaram,
que, com alegria e disponibilidade, ajudaram a
transformar uma tarefa árdua em um enorme prazer!*

AGRADECIMENTOS

Foram quatro anos durante os quais inúmeras pessoas estiveram presentes na minha vida e, de alguma forma, deram sua inestimável contribuição para que eu pudesse cumprir minhas tarefas. A todas elas expresso aqui minha gratidão.

Uma destas pessoas se foi durante o primeiro ano. Minha Mãe. Sua partida deixou um vazio enorme, mas resta o consolo das boas lembranças, do incentivo a cada passo, dos valores ensinados com muita dedicação. Sinto muito que não esteja aqui para que eu possa com ela partilhar a minha satisfação.

Quero agradecer a meu Pai, por compreender as palavras “hoje não posso”, ditas em vários momentos em que queria estar em minha companhia. E a meu Irmão, que sempre tinha tantas coisas para contar, mas eu nunca tinha tempo para ouvir, e ele sempre compreendia. Ao Carlos, que compartilhou as dores das perdas das nossas queridas mães e sempre compreendeu a minha ausência.

A todos os amigos, antigos e novos, agradeço o apoio.

À querida amiga Maria Cristina Antunes, por sua imensa dedicação, mostrando que sempre há um caminho quando as dificuldades parecem insuperáveis.

Às queridas amigas de longa data, sempre incentivadoras: Denise Heller, Yara Ingberman, Roseli Hauer.

À Paula Gomide, não só pela grande amizade e pelas contribuições ao meu trabalho, mas também pelos “empurrões”, dados com sabedoria e na hora certa.

À minha Orientadora, Lúcia Williams, com quem aprendi muito e que, com delicadeza e muita sensibilidade, soube conduzir-me ao término deste trabalho.

Aos amigos que fiz no Laprev – Rachel, Alex, Joviane, Ricardo, Gabriela, Daniela, Karyne – que, com carinho, contribuíram para aliviar o cansaço das longas viagens Curitiba – São Carlos. À querida amiga Cynthia, a pessoa mais bem humorada que já conheci.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, sempre receptivos, compartilhando o grandioso ambiente acadêmico da Universidade Federal de São Carlos. Em especial às professoras Maria Amélia Almeida e Zilda Del Prette, pelas inestimáveis contribuições para o meu trabalho.

À Georgya, sempre disponível para ajudar à distância.

À Elza e ao Avelino, cuja atenção extrapola os limites das suas obrigações.

Ao Professor Sérgio Aparecido Ignácio, Professor Titular de Probabilidade Estatística do Departamento de Odontologia da PUC-Pr., por sua contribuição na análise dos dados.

Aos colegas professores da Universidade Tuiuti do Paraná, pelo incentivo no dia a dia.

À Irmã Celina Gross, que ofereceu o espaço para a concretização deste trabalho e participou dele com muita dedicação.

E aos caríssimos ex-alunos, hoje psicólogos, pela competência com a qual fizeram seu trabalho durante a intervenção: Denise Lazarini, Cleverson Soares, Larissa Bembem, Martha Melo, Claudia de Souza, Benedito José.

SUMÁRIO

LISTA DE ANEXOS	i
LISTA DE FIGURAS	ii
LISTA DE TABELAS	iii
RESUMO	iv
ABSTRACT	v
APRESENTAÇÃO	vi
CAPÍTULO 1 – Abuso Sexual: Causas, Consequências e Prevenção	1
1.1 As dimensões do problema	1
1.2. O impacto do abuso sexual	7
1.3. O abuso sexual como fenômeno multi-determinado	13
1.4. A interação agressor-vítima	16
1.5. Fatores de risco e proteção	20
1.6. O repertório de autoproteção	20
1.7. A prevenção do abuso sexual	24
1.8. Objetivos	37
CAPÍTULO 2 – Etapa 1 – Concepções de pais de baixa renda acerca de Abuso Sexual Infantil	38
2.1. Participantes	38
2.2. Locais	39
2.3. Instrumento	39
2.4. Procedimento	39
2.5. Resultados	40
2.6. Discussão	43

CAPÍTULO 3 – Etapa 2 – Aplicação e Avaliação do Programa de Prevenção de Abuso Sexual	47
3.1. Diretrizes do Programa de Prevenção	47
3.2. Participantes	49
3.3. Local	49
3.4. Instrumento	50
3.5. Procedimento	51
<u>3.5.1. Aplicações dos questionários</u>	51
<u>3.5.2. Intervenção</u>	52
3.6. Procedimentos para análise dos dados	69
<u>3.6.1. Análise dos resultados dos questionários</u>	69
<u>3.6.2. Análise das sessões da Intervenção</u>	70
3.7. Resultados	71
<u>3.7.1. Desempenho dos estudantes no questionário</u>	71
<u>3.7.2. Desempenho dos estudantes durante a Intervenção</u>	81
<u>3.7.3. Avaliações da Intervenção realizadas pelos estudantes</u>	96
3.8. Discussão	97
<u>3.8.1. Desempenho dos estudantes no Questionário</u>	97
<u>3.8.2. Intervenção</u>	102
CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	116

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 1 – Protocolo da Aprovação do Projeto de Pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFSCar	125
ANEXO 2 – Questionário sobre Concepções Acerca de Abuso Sexual Infantil	127
ANEXO 3 - Consentimento Livre e Esclarecido – Diretor da Instituição	131
ANEXO 4 – Questionário sobre Fatores relacionados a Abuso Sexual	134
ANEXO 5 – Consentimento Livre e Esclarecido – responsável pela criança	137
ANEXO 6 – Modelo de certificado dado aos participantes após a segunda aplicação do questionário.	140
ANEXO 7 – Aula expositiva sobre Maus-tratos e Abuso Sexual	142
ANEXO 8 – A História de Rosinha	146
ANEXO 9 – Porcentagens de respostas corretas dos estudantes que responderam ao Questionário sobre Fatores relacionados a Abuso Sexual	150
ANEXO 10 - Transcrições do material produzido por escrito durante a Intervenção pelos participantes a cada atividade.	153

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Antecedentes do abuso sexual referentes aos comportamentos do agressor intra-familiar.	14
Figura 2: Antecedentes do abuso sexual referentes aos comportamentos do agressor extra-familiar.	15
Figura 3. Média da escala padronizada “Informações sobre abuso sexual” nas três coletas de dados (n=42).	72
Figura 4. Média da escala padronizada “Discriminar situações de risco para abuso sexual” nas três coletas de dados (n=42).	74
Figura 5. Média da escala padronizada “Dizer não e deixar a situação” nas três coletas de dados (n=42).	77
Figura 6. Média da escala padronizada “Denunciar o abuso sexual” nas três coletas de dados (n=42).	79

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Porcentagens de respostas corretas em questões que abordaram a opinião dos pais sobre fornecimento de informações sobre abuso sexual aos filhos.	40
Tabela 2: Porcentagem de respostas corretas nas questões relativas ao conhecimento sobre abuso sexual, aglutinadas por temas: características e causas do abuso sexual.	41
Tabela 3: Porcentagem de respostas corretas nas questões relativas ao conhecimento sobre abuso sexual, aglutinadas por temas: conseqüências do abuso sexual, educação sobre abuso sexual, características do agressor, punição ao agressor.	42
Tabela 4: Desenvolvimento das sessões da intervenção para prevenção primária de abuso sexual.	55
Tabela 5: Médias dos escores totais apresentados nas três aplicações do Questionário sobre Fatores relacionados a Abuso Sexual.	72
Tabela 6: Porcentagem de respostas corretas nas questões de "informações sobre abuso sexual" nas três coletas de dados (n=42).	73
Tabela 7: Porcentagem de respostas corretas nas questões de “discriminar situações de risco para abuso sexual” nas três coletas de dados (n=42).	75
Tabela 8: Porcentagem de respostas corretas nas questões de “Dizer não e deixar a situação” ao longo do estudo. (n=42).	78
Tabela 9: Porcentagem de respostas corretas nas questões de “denunciar o abuso sexual” nas três coletas de dados (n=42).	80
Tabela 10 : Comparação das escalas padronizadas e do escore total nas três coletas de dados (n=42).	81
Tabela 11: Dúvidas das meninas colocadas em uma urna na sessão 5.	159
Tabela 12: Dúvidas dos meninos colocadas em uma urna na sessão 5.	160
Tabela 13: Resultados da atividade “Pensar e Decidir”.	164
Tabela 14: Dúvidas das meninas colocadas em uma urna na sessão 8.	165
Tabela 15: Dúvidas dos meninos colocadas em uma urna na sessão 8.	166
Tabela 16: Respostas dos participantes feitas após a exibição do Globo Repórter (Central Globo de Produções, 2000).	167

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo geral a avaliação da eficácia de um programa de prevenção primária de abuso sexual realizado em ambiente escolar. A Etapa 1 do estudo teve o objetivo de conhecer as concepções de pais de baixa renda acerca de abuso sexual contra crianças e adolescentes. Participaram desta etapa 63 familiares de pré-adolescentes e adolescentes de uma comunidade na qual houve relatos de casos de abuso sexual. Os participantes responderam ao *Questionário sobre Concepções acerca de Abuso Sexual Infantil*. Os resultados mostraram que estes pais tinham conhecimento sobre abuso sexual, embora algumas concepções que apresentaram poderiam ser mudadas, indicando que melhorariam seu repertório para proteger os filhos. Os pais participantes também opinaram favoravelmente à educação sobre abuso sexual feita pela escola. A Etapa 2 visou avaliar um programa de prevenção aplicado em ambiente escolar com os jovens da mesma comunidade na qual foi feita a Etapa 1. Participaram 62 estudantes (30 do sexo feminino e 32 do sexo masculino) da sexta série do primeiro grau em uma escola na Região Metropolitana de Curitiba, Paraná. A Etapa 2 obedeceu à seqüência: Pré-teste (uma semana antes do início da Intervenção), Intervenção (10 sessões semanais), Pós-teste (logo após a intervenção) e *Follow-up* (18 meses após a intervenção). O *Questionário sobre Fatores relacionados ao Abuso Sexual* foi aplicado no Pré-teste, no Pós-teste e no *Follow-up*. Dos 62 participantes iniciais, 59 responderam ao Pós-teste e 42 ao *Follow-up*. A intervenção foi realizada em dez sessões de uma hora e meia cada com 15 participantes em cada grupo, com a seqüência de temas: habilidades sociais, sexualidade, relações abusivas, repertório de autoproteção. O repertório trabalhado foi: a discriminação de sinais de risco, responder assertivamente ao possível agressor, sair da situação, contar a um adulto confiável. A análise do desempenho dos estudantes nos três momentos de coleta de dados mostrou que o desempenho geral do grupo melhorou após a intervenção e manteve-se após 18 meses, embora com uma pequena queda. Dos quatro fatores medidos pelo questionário – conhecimento sobre abuso sexual, discriminar situações de risco para abuso sexual, dizer “não” e reagir rapidamente para deixar a situação, e denunciar o ocorrido para um adulto confiável, o fator conhecimento sobre abuso sexual teve melhora estatisticamente significativa no Pós-teste e no *Follow-up*. As mudanças de desempenho geral foram estatisticamente significativas, apontando a eficácia da intervenção no fornecimento das informações medidas pelo questionário. Foi feita também uma análise qualitativa dos comportamentos emitidos pelos estudantes durante a intervenção, que revelou indicadores de possível exposição à violência sexual, além dos indicadores ligados ao alcance dos objetivos. O conjunto destes dados sugere que os participantes desta pesquisa melhoraram seu repertório de autoproteção em situações de risco de abuso sexual. Os resultados são promissores, pois apontam para a possibilidade da realização de projetos de prevenção de abuso sexual em ambiente escolar.

ABSTRACT

This study was aimed at evaluating the efficacy of a child sexual abuse primary prevention program conducted in the school setting. The first part of the study was aimed at verifying low-income parents' conceptions about child sexual abuse. Sixty-three parents residents of the school's community where the prevention program was done participated of the study. Participants answered a *Questionnaire on Child Abuse Conceptions*. Results showed that parents were knowledgeable about child sexual abuse, although some of their conceptions could be altered to increase their child protection of at risk situations repertoire. The second part of the study had as a goal to evaluate a child sexual abuse primary prevention program in the school setting of the same community involved in the initial part of the study. Sixty two grade 6 students (30 female and 32 male) of a rural community in the Metropolitan area of Curitiba, Paraná participated of the intervention. The second part of the study had the following sequence: a Pre-Test (conducted one week prior to the intervention), Intervention (12 weekly sessions), a Post-Test (after the intervention), and a Follow-up (conducted 18 months after the program). A *Questionnaire on Child Sexual Abuse* was given in three of the occasions mentioned above. The 10 intervention sessions of one-and-a-half hour each involved social skills training, discussions on sexuality, discrimination of abusive situations, and self-protection skills training. The repertoire to be installed involved discrimination of risk, responding in an assertive way to the offender, leaving the situation and reporting it to a reliable adult. Analysis of students' group performance in the three phases of the study indicated an increase after the intervention, which was maintained after 18 months, although with a small decrease. Of the four factors measured by the Questionnaire – knowledge on sexual abuse, discrimination of at risk situations, saying “no”, and leaving the situation quickly, and reporting the abuse to a reliable adult – the factor on sexual abuse knowledge had significant increases in Post-Test and Follow-Up. General performance was significantly different, pointing out to the efficacy of the intervention as measured by the Questionnaire. In general, data seems to indicate an improvement in students' repertoire of self-protective skills in situations at risk of child sexual abuse. The promising results point out to the feasibility of school prevention of child sexual abuse in the school setting.

APRESENTAÇÃO

A proposta de um trabalho de prevenção de abuso sexual contra crianças e adolescentes surgiu a partir de experiências de trabalho terapêutico com pessoas que já tinham sido vitimizadas sexualmente (Padilha, 2001; Padilha & Gomide, 2004). A observação da gravidade das seqüelas levava à inevitável pergunta: é possível impedir que uma criança ou adolescente seja envolvido numa situação abusiva, para que não tenha que passar pela dor de um trauma e sofrer o impacto deste trauma sobre seu desenvolvimento?

A busca por trabalhos na área de prevenção de abuso sexual revelou uma extensa literatura científica internacional e uma escassa literatura científica brasileira. Aliando-se a escassez da literatura nacional na área de prevenção com a alta estimativa de casos de abuso sexual no Brasil (Padilha, 2001), evidenciou-se a necessidade de pesquisas que iniciassem a formação de uma sólida base para programas de prevenção eficazes dentro da realidade brasileira.

A existência de uma linha de pesquisa dentro do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos, que foca a prevenção de problemas de desenvolvimento, levou à escolha óbvia do mesmo como espaço possível para uma pesquisa orientada para a prevenção de abuso sexual. Os trabalhos do LAPREV – Laboratório de Análise e Prevenção da Violência – estão ligados à referida linha de pesquisa e têm contemplado a interface entre a violência e os problemas de desenvolvimento em crianças e adolescentes em situação de risco.

O presente trabalho é uma produção ligada ao LAPREV, que juntamente com as demais produções científicas do laboratório, visa contribuir para a diminuição do espaço ocupado pela violência no cotidiano brasileiro.

CAPÍTULO 1

Abuso Sexual: Causas, Conseqüências e Prevenção

1.1 As dimensões do problema

A violência consiste na manifestação de uma agressão contra o ser humano a ser compreendida em seus aspectos sociais, culturais, educacionais, psicológicos, históricos, políticos, econômicos e jurídicos. O abuso sexual é uma forma de violência cometida por um adulto contra uma criança ou adolescente, predominantemente pelo uso da sedução. A vítima é colocada no lugar de objeto sexual; quando na busca de amor e atenção de um adulto, recebe uma resposta sexualizada que subverte seu desenvolvimento físico e emocional, provocando uma confusão nos seus valores e atitudes (Pacto São Paulo, 2000).

Várias questões fundamentais sobre abuso sexual infantil permanecem não resolvidas e controversas, incluindo a sua definição. O crescimento da pesquisa sobre abuso sexual infantil ocorreu sem uma definição que demarcasse claramente quais comportamentos são considerados abuso e quais não são, tornando mais complicada a tarefa de comparar resultados de estudos de pesquisa. Os comportamentos que podem ser considerados abusivos repousam sobre um *continuum* e a decisão sobre o que é e o que não é abuso sexual pode depender do contexto no qual a definição será usada. Como resultado, o uso de definições amplas de abuso sexual infantil se tornou comum, o que leva a taxas de prevalência aumentadas e a estimativas distorcidas sobre as conseqüências do abuso, influenciando avaliações sobre eficácia das intervenções. Por outro lado, definições restritas podem contribuir para que as taxas de prevalência do abuso sejam subestimadas (Haugaard, 2000).

Outra questão, apontada por Faleiros e Campos (2000), é a utilização de diferentes termos como sinônimos, como se correspondessem a um mesmo conceito. O abuso sexual tem sido designado por: violência sexual, agressão sexual, vitimização sexual, exploração sexual, maus tratos, sevícia sexual, ultraje sexual, injúria sexual, crime sexual. De acordo com as autoras, esta não é apenas uma questão de terminologia, mas uma questão epistemológica, que revela a falta de uma rigorosa e clara conceituação do problema.

Para Azevedo e Guerra (1995), os termos violência e violência doméstica são os que melhor abrangem o fenômeno do abuso sexual, já que por violência se entende uma relação assimétrica de poder com fins de dominação, exploração e opressão. As autoras definiram a violência doméstica como:

"Todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis contra crianças e/ou adolescentes que - sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima - implica de um lado, numa transgressão do poder/dever do adulto e, de outro, numa coisificação da infância, isto é, numa negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento" (1995, p.36).

Conforme Faleiros e Campos (2000), há um consenso nos estudos sobre violência sexual contra crianças e adolescentes de que o episódio abusivo se constitui numa relação de poder, na qual há desigualdade de conhecimento, autoridade, experiência, maturidade, recursos e estratégias entre os componentes da relação. Trata-se de um relacionamento interpessoal sexual forçado, uma situação de ultrapassagem de limites dos direitos da vítima.

Eisenstein (2004) utilizou a seguinte definição de abuso sexual: "qualquer ato ou contato sexual de adultos com crianças ou adolescentes, com ou sem o uso de violência, que pode ocorrer em um único ou em vários episódios, de curta ou longa duração, e que

resulta em danos para a saúde, a sobrevivência ou a dignidade da vítima” (p.26). Embora seja abrangente, a definição ressalta as possíveis conseqüências do abuso sexual, incluindo os danos à dignidade da vítima.

Mais do que agressão de natureza sexual, o abuso sexual contra crianças e adolescentes consiste em uma agressão psicológica. Sua gravidade não depende do tipo de contato realizado, tampouco da duração ou do grau de parentesco com o agressor, e sim da “violação psicológica” a que a vítima é submetida. Fatores como apoio da rede social, apoio familiar e resiliência podem diminuir o impacto da agressão, seja ela caracterizada por penetração em vários episódios ou uma rápida exposição a imagens pornográficas. A sociedade tende a minimizar o efeito de abusos sexuais que não deixam marcas físicas, como se fossem menos importantes do que os que deixam. A tolerância social ainda existente para com os agressores tem contribuído para a sua impunidade.

O abuso sexual não passou a ser visto como um crime, de maneira uniforme pela sociedade, nem mesmo com a evolução dos princípios morais e legais em defesa de crianças e adolescentes (Pfeiffer e Salvagni, 2005). Tal tolerância, aliada ao processo de culpabilização da vítima, instilado pelo próprio agressor, por familiares, ou mesmo por autoridades e profissionais de saúde, força a circunscrição do fenômeno a uma esfera privada, dos consultórios médicos e psicológicos. O resultado disto é que o número de ocorrências de abuso sexual contra crianças e adolescentes é apenas estimado, dependendo ainda de como é definido em diferentes comunidades.

O abuso sexual infantil é considerado pela Organização Mundial de Saúde um dos maiores problemas de saúde pública em todo o mundo. As estimativas citadas no Estudo sobre Violência contra crianças da Secretaria Geral das Nações Unidas em 1999 foram de que 40 milhões de crianças de 0 a 14 anos estariam sofrendo abuso e

negligência, com uma taxa de prevalência de abuso sexual de 7 a 34% entre meninas e de 3 a 29% entre meninos, segundo estudos conduzidos em 19 países (*World Health Organization*, 1999).

Os estudos sobre a ocorrência de abuso sexual contra crianças e adolescentes feitos em outros países apontam para uma prevalência bastante variável. Numa revisão de vários estudos feitos na América do Norte, Wolfe (1998) concluiu que em média 27% das mulheres e 16% dos homens experimentam ao menos um episódio de abuso sexual durante sua infância ou adolescência. Segundo Friedrich (1998), a estimativa é de que uma em cada cinco mulheres teve experiências sexuais não desejadas antes da idade de 18 anos.

Tobin & Kessner (2002) afirmaram que uma em três meninas e um em sete meninos são abusados sexualmente antes de completarem 18 anos. Segundo as autoras, para as crianças portadoras de deficiências o risco de serem abusadas sexualmente é de sete a dez vezes maior do que para seus pares não deficientes.

De acordo com Reppold, Pacheco, Bardagi e Hutz (2002), é comum na realidade brasileira a relação de parentesco entre o agressor e a vítima. Segundo dados do Sistema Nacional de Combate à Exploração Sexual Infanto-Juvenil (Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência, 2003), em relatório que considerou os casos notificados de janeiro de 2000 a janeiro de 2003, o abuso sexual intrafamiliar ocorreu em 54,55% dos casos. Cerca de 90% dos agressores eram do sexo masculino, estando a maior parte (31,18%) na faixa etária de 31 a 45 anos. Os agressores mais frequentes foram os pais (42,31% dos casos), seguidos pelos padrastos (16,92%). Outros agressores foram tios, mães, irmãos, primos, avôs e avós. Dos casos de abuso extrafamiliar (45,45% de todos os casos), os agressores mais frequentes foram homens ou mulheres que aliciaram para si próprios (45,32%), seguidos de vizinhos

(17,24%), líderes religiosos, donos e funcionários de instituição de ensino e de abrigos para crianças.

Em um estudo feito em Porto Alegre (RS) para desenvolver um instrumento para determinar a probabilidade de ocorrência do abuso sexual infantil, Salvagni e Wagner (2006) constataram que entre 192 vítimas de dois a 12 anos de idade que consultaram em ambulatórios de pediatria e em locais de referência para atendimento de vítimas de abuso em 2004, 63% eram meninas e 65% tinham entre seis e dez anos, com abuso intrafamiliar ocorrendo em 70% dos casos. Além disso, 83% dos casos foram descobertos por revelação da própria criança; 80% não apresentavam sinais físicos de abuso e 86% apresentaram exames laboratoriais negativos para doenças sexualmente transmissíveis.

Em outro estudo realizado em Porto Alegre (RS) com 1223 adolescentes, de 13 a 20 anos, sendo 54,4% do sexo feminino, Polanczyk, Zavaschi, Benetti, Zenker e Gammernann (2003) encontraram que 2,3% do total foram vítimas de algum tipo de violência sexual; 4,5% foram testemunhas de atos desta natureza e 27,9% conheciam alguém que foi vítima. Os autores sugeriram uma ligação deste tipo de violência com a violência em geral, pois os adolescentes que foram vítimas e testemunhas de atos de violência sexual apresentaram uma média de exposição a incidentes de violência comunitária total maior do que aqueles que não estiveram em contato com a violência sexual.

Segundo Pfeiffer e Salvagni (2005), dados do programa Rede de Proteção às Crianças e adolescentes em Situação de Risco para Violência, da cidade de Curitiba (PR), mostraram que no ano de 2003 ocorreram 1356 notificações de maus-tratos. Destas, 17,6% foram casos de abuso sexual, sendo 75,6% do sexo feminino. Os abusos

sexuais ocorridos na residência da vítima somaram 75,2%, com a maioria dos casos cometida por pessoas que mantinham relacionamento de confiança com esta.

Em estudo recente, Jones, Finkelhor e Halter (2006) relataram que na metade da década de 90, tornou-se aparente uma diminuição significativa nos casos de abuso sexual infantil nos Estados Unidos, particularmente entre 1990 e 2003, com um declínio total de 47%. As evidências dessa tendência foram obtidas principalmente dos auto-relatos das vítimas aos órgãos de acolhimento de denúncias. Uma evidência adicional de que o declínio é real é o fato de numerosos problemas sociais que dizem respeito à infância, como violência contra a mulher, gravidez na adolescência, fugas de casa e suicídio na adolescência também terem diminuído. Essa diminuição sugere que houve uma melhora geral nos cuidados com a infância nos EUA, relacionada com uma mobilização maior da consciência pública, com os efeitos da prevenção do abuso sexual e um maior envolvimento da justiça criminal nos maus-tratos infantis (Jones, Finkelhor e Halter, 2006).

Conforme Aded, Dalcin, Moraes e Cavalcanti (2006), é difícil conhecer a real extensão do abuso sexual na realidade brasileira, já que as diferenças culturais e de legislação, bem como a conduta dos profissionais envolvidos, que não raro resulta em diagnósticos e análises equivocadas, levam à subnotificação dos casos de abuso sexual. O assunto permanece ainda pouco conhecido devido à escassez dos serviços de assistência, ao amparo limitado oferecido às vítimas e à dificuldade em acompanhar casos registrados como abuso. Segundo os autores, há necessidade de mais pesquisa no país sobre prevalência, incidência, desdobramentos legais e conseqüências para a vida futura das vítimas de abuso sexual.

1.2. O impacto do abuso sexual

Segundo Barnett (1997), abuso infantil e negligência estão entre os mais severos fatores prejudiciais ao desenvolvimento psicológico. São os fatores de risco social que têm associação mais forte com a psicopatologia do desenvolvimento. As crianças maltratadas funcionam em média mais pobremente do que as não maltratadas em diversas áreas: testes intelectuais padronizados, expressão verbal das emoções, desempenho acadêmico, habilidade de se engajar em desafios, habilidade em persistir em tarefas, autopercepção, desenvolvimento de apego seguro, contato com pares e comportamento pró-social (Barnett, 1997).

Veltman e Browne (2001) fizeram uma revisão sobre três décadas de pesquisa na área que procura investigar as implicações do abuso infantil sobre a vida escolar das crianças. A maioria dos estudos citados indicou que existe uma relação entre as diversas formas de abuso e prejuízos na linguagem, desenvolvimento cognitivo, baixo QI e performance escolar pobre.

De acordo com Williams (2003), a violência sexual é possivelmente o delito menos denunciado em nossa sociedade, por ser considerado um tabu e porque a vítima é muitas vezes estigmatizada e/ou ameaçada pelo agressor. No caso do incesto, pode acarretar sérias modificações emocionais e financeiras para a família. O abuso sexual infantil é um estressor generalizado e um fator de risco para vários problemas infantis. Seu impacto se faz presente não somente logo após a sua ocorrência, mas também a médio e longo prazo durante a vida da vítima, em várias áreas, desde a vida familiar e acadêmica até a criação de sua futura prole (Williams, 2003).

Crianças abusadas sexualmente podem apresentar comportamentos indicadores de que o abuso ocorreu, observáveis em diferentes ambientes, que podem estar refletindo o impacto do abuso sobre seu desenvolvimento. Conforme Azevedo e Guerra

(1995), os indicadores são gerais e sexuais. Entre os indicadores gerais estão: falta de confiança nos adultos da família; perturbações severas do sono com medos, pesadelos; isolamento social, viver em um mundo de fantasia; comportamento regressivo, por exemplo, aparecimento súbito de enurese; súbita mudança de humor, tristeza; mudança de comportamento alimentar; desobediência, tentativas de chamar a atenção, extrema agitação. Entre as mudanças de comportamento na escola, podem ocorrer: inabilidade para se concentrar; súbita queda no rendimento escolar; esquiva do exame médico escolar; relutância em participar de atividades físicas ou de mudar de roupa para as atividades físicas. Os indicadores sexuais podem ser: conhecimento sexual inapropriado para a idade; preocupações excessivas com questões sexuais e conhecimento precoce de comportamento sexual adulto; envolver-se, principalmente por meio de coerção, em brincadeiras sexuais com colegas; ser sexualmente provocante com os adultos.

Segundo Bastos e Deslandes (2005), portadores de deficiência mental são particularmente vulneráveis ao abuso sexual por existir uma fronteira muito tênue entre afetividade, sensualidade e sexualidade. De acordo com os autores, como são poucos os adolescentes com deficiência mental que se envolvem espontaneamente em uma relação sexual, a atividade sexual envolvendo outra pessoa pode ser um indicador de abuso sexual.

Williams (2003) relatou o caso de um adolescente portador de atraso global de desenvolvimento resultante de uma agressão física violenta sofrida por sua mãe ainda na gestação. O adolescente apresentou episódios de comportamento sexual inadequado com pares, após ter sofrido abuso sexual por parte de outro adolescente pouco mais velho, também portador de deficiência. Além de mostrar a importante relação entre a violência física contra a mulher e as seqüelas na criança decorrentes desta violência, o

caso evidencia a vulnerabilidade dos portadores de deficiência ao abuso sexual e o impacto do abuso sobre seu comportamento sexual.

O interesse dos pesquisadores em identificar efeitos dos maus-tratos infantis sobre as estruturas cerebrais tem aumentado. Segundo Pliszka (2004), eventos de vida adversos como abuso sexual podem ter efeitos sobre o funcionamento neurormonal atual de uma pessoa e contribuir para o desenvolvimento dos transtornos de humor e ansiedade. As pessoas que foram abusadas física ou sexualmente durante a infância têm quatro vezes mais probabilidade de desenvolverem depressão severa ou cometerem suicídio; o abuso infantil está associado com a precocidade do início da depressão e com a maior cronicidade da mesma. Pliszka (2004) citou um estudo de Heim e Nemerof (1999) que sugeriram que algumas estruturas cerebrais pudessem estar deformadas pelo abuso precoce, levando à excessiva secreção de cortisol. Outro estudo citado por Pliszka (2004) é o de Teicher (2000) com crianças que ingressaram em hospital, vítimas de abuso. Foram encontradas nestas crianças algumas anormalidades cerebrais no hemisfério esquerdo, com evidências de déficit de funcionamento, corpos calosos menores, sugerindo menos comunicação entre os hemisférios. Como resultado da disfunção do hemisfério esquerdo, mais envolvido no afeto positivo, o hemisfério direito poderia estar mais ativo, produzindo afeto negativo em excesso, o que seria uma possível explicação para tendências depressivas destes indivíduos (Pliszka, 2004).

Padilha (2001) realizou uma revisão sobre o impacto do abuso sexual a curto e longo prazo, mostrando como ele pode comprometer o desempenho da criança na execução de tarefas de desenvolvimento, e conseqüentemente na sua adaptação, como descrito a seguir. Conforme Friedrich (1998), fatores de sofrimento duradouros (como a pobreza) ou transitórios (como o *stress* familiar) interagem com fatores compensatórios (como inteligência, habilidade para resolução de problemas ou apoio social) para

influenciar a adaptação da criança abusada aos desafios de seu desenvolvimento. Para este autor, a criança pode apresentar problemas internalizantes, como ansiedade, depressão, queixas somáticas, inibição e sintomas de Transtorno de *Stress* Pós-Traumático ou externalizantes como agressão, delinqüência, envolvimento em prostituição, um nível de atividade aumentado e problemas de comportamento sexual.

Entre os autores que discorreram sobre problemas internalizantes podem ser citados Knell e Ruma (1999), que identificaram questões de impacto comumente encontradas em vítimas de abuso sexual infantil: síndrome dos “bens danificados” (sentimento de que a inocência foi perdida, sentimento de que os sonhos foram destruídos), culpa, depressão, baixa auto-estima, habilidades sociais empobrecidas, raiva e hostilidade reprimidas, capacidade para confiar prejudicada, confusão de papéis, pseudomaturidade e fracasso na aquisição de áreas de desenvolvimento, problemas de autodomínio e controle. Outro problema internalizante grave é o Transtorno de *Stress* Pós-Traumático que pode ocorrer após uma experiência de grande ameaça, à qual o indivíduo responde com desamparo, medo e horror (*American Psychiatric Association*, 1995). Quando o abuso é físico e sexual, o risco de ocorrência de tal transtorno é maior (Wolfe,1998; Deblinger,1998). Em tal quadro são descritas três classes de sintomas: *reexperiência* - recordações aflitivas, recorrentes e intrusivas do evento, incluindo imagens; pensamentos ou percepções e sonhos aflitivos e recorrentes, com conteúdo ameaçador; agir ou sentir como se o evento traumático estivesse ocorrendo novamente; *medos* e esforços no sentido de evitar estímulos internos ou externos associados com o trauma e incapacidade de se lembrar algum aspecto importante ligado a ele; *ativação autonômica* aumentada e persistente (hiperexcitação fisiológica - podem ocorrer alterações a longo prazo nos processos neurais, o que pode levar a criança a ficar num estado permanente de medo).

Segundo Wolfe (1998), há uma forma mais grave de Transtorno de *Stress* Pós-Traumático, que ocorre quando o abuso é repetitivo e duradouro. A criança desenvolve estratégias de enfrentamento anormais, que são prejudiciais para seu desenvolvimento e podem se generalizar para outras situações, por se incorporarem ao seu repertório. Este enfrentamento disfuncional manifesta-se como demasiada emocionalidade e passividade quando a criança enfrenta estressores. De acordo com Wolfe (1998), a dissociação é uma falha em integrar funções cognitivas relacionadas com consciência, identidade, memória ou percepção do ambiente. Manifesta-se principalmente como excessiva fantasia (amigos imaginários, dificuldades de separar fantasia da realidade), “sonhar acordado” e um sentimento de que nada é real. A dissociação pode ser uma estratégia de enfrentamento para reduzir a ansiedade em situações de extremo *stress* e pode tornar-se um hábito. Segundo Wolfe (1998), esta estratégia pode comprometer a vida escolar de uma criança, impedindo-a de prestar atenção e interagir no ambiente escolar.

Vários estudos foram feitos relacionando o abuso sexual e os problemas externalizantes. Conforme Wolfe (1998) crianças abusadas podem começar precocemente a vida sexual, com risco de gravidez na adolescência e exposição a doenças sexualmente transmissíveis.

Adolescentes que sofreram abuso ou negligência quando crianças tendem a se envolver em comportamento infracional e a cometer mais crimes violentos do que os adolescentes que não sofreram abusos. Segundo estudo de Alfaro (1980), citado em Cunningham, 1983, os jovens que foram maltratados quando crianças tendem a cometer atos mais violentos do que jovens delinquentes que não sofreram maus-tratos. Estes atos incluem assassinato, estupro, assalto e ofensas à propriedade. Muitas vezes o jovem foge de casa, o que é freqüentemente uma resposta ao abuso sexual, e se envolve com grupos desviantes. Siegel e Williams (2003) afirmaram que a relação existente entre o

abuso sexual, a delinquência e os crimes violentos cometidos por mulheres se deve principalmente às fugas de casa na adolescência e às difíceis condições de sobrevivência presentes nas ruas. Estas autoras relacionaram o abuso sexual também à agressividade característica de crianças abusadas, decorrente possivelmente do sentimento de raiva.

Ser sexualmente vitimizado quando criança é uma experiência comum para adultos agressores e mães de vítimas de abuso sexual. Faller (1989) afirmou que o comportamento sexual abusivo pode ser efeito de modelação. Seu trabalho mostrou que quase 40% dos agressores e quase a metade de mães de vítimas reportam abuso sexual em sua infância.

Numa revisão de pesquisas sobre agressores adolescentes, Fieldman e Crespi (2002) indicaram que múltiplos episódios de abuso sexual em tenra idade foram identificados como fator de risco para que a vítima viesse a se tornar um agressor na adolescência. A diminuição deste impacto por meio de estratégias terapêuticas que lidem com as seqüelas do abuso e com o repertório de enfrentamento da vítima pode significar uma quebra da transmissão intergeracional do problema.

Segundo Brino (2002), as crianças que foram vítimas de abuso sexual têm necessidades educativas especiais, na medida em que podem apresentar todas as seqüelas expostas acima e terem grandes dificuldades de adaptação à vida acadêmica. Para Veltman e Browne (2001), o ambiente escolar é um dos lugares mais importantes nos quais a criança abusada poderia encontrar apoio e influências positivas em sua vida, levando ao desenvolvimento de sentimentos de otimismo sobre seu futuro.

Há, porém, controvérsias sobre a correlação entre abuso sexual e problemas psicológicos a longo prazo, como relatou Williams (2002) em revisão sobre estudos que abordam este tema. A autora mencionou também trabalhos sobre a multigeracionalidade

– o fato de a criança abusada ontem se tornar o pai abusivo de amanhã. O abuso sexual seria um fator de risco para práticas parentais abusivas (Padilha e Williams, 2004).

Reppold et al. (2002) afirmaram que as práticas parentais de indivíduos vitimizados na infância podem repetir o comportamento abusivo, agressivo ou negligente de seus próprios pais, não oferecendo aos filhos uma organização familiar adequada. Num estudo correlacional, Pears e Capaldi (2001) demonstraram que altos níveis de abuso na infância predizem altos níveis de abuso na próxima geração e afirmaram que existe uma relação entre a ocorrência dos vários tipos de abuso (físico, sexual ou psicológico) na infância e as diversas práticas abusivas na vida adulta.

1.3. O abuso sexual como fenômeno multideterminado

De acordo com Chiesa (1994), a multideterminação de comportamentos ocorre pela interação de causas imediatas e causas remotas. O organismo é modificado e na sua história de vida está a origem da modificação. O comportamento é multideterminado, como fruto de um processo em que a história de vida do indivíduo é somada às contingências atuais às quais ele está exposto. É a noção de causação ao longo do tempo (história de vida, experiência), ou seja, a pessoa presente é soma de efeitos passados e o comportamento presente interage tanto com as contingências atuais quanto com os efeitos passados. De acordo com Gongora e Abib (2001), a definição de comportamento é relacional e histórica e não pressupõe que as causas antecedentes devam ser imediatas. A história de cada indivíduo determina quais estímulos se tornam discriminativos e passam a controlar a probabilidade de que certas respostas ocorram.

Segundo Furniss (1993), o abuso sexual não é um transtorno, mas um evento multideterminado. Modelos explicativos que considerem uma única “causa” do fenômeno poderão se revelar incompletos. Dentro deste enfoque, as estratégias de

prevenção e tratamento devem considerar as inúmeras variáveis que podem estar envolvidas, evitando simplificar o fenômeno (Padilha, 2002).

Numa tentativa de relacionar as variáveis que podem estar presentes na história de vida dos envolvidos com contingências atuais, segue-se um modelo explicativo do abuso sexual com seus antecedentes em dois tipos de situação: abuso sexual extrafamiliar e abuso sexual intrafamiliar (baseado em Padilha, 2002). A Figura 1 ilustra o modelo extrafamiliar de abuso, ou seja, quando os antecedentes referentes aos comportamentos do agressor (quando este for distinto dos pais) e da criança. Os quadros à esquerda da figura mostram os antecedentes que levam ao abuso, a partir da avaliação incorreta dos fatores de risco por parte dos pais e da criança no caso do abuso extrafamiliar. Os quadros à direita mostram as possibilidades de avaliação correta do risco, que impediria o abuso.

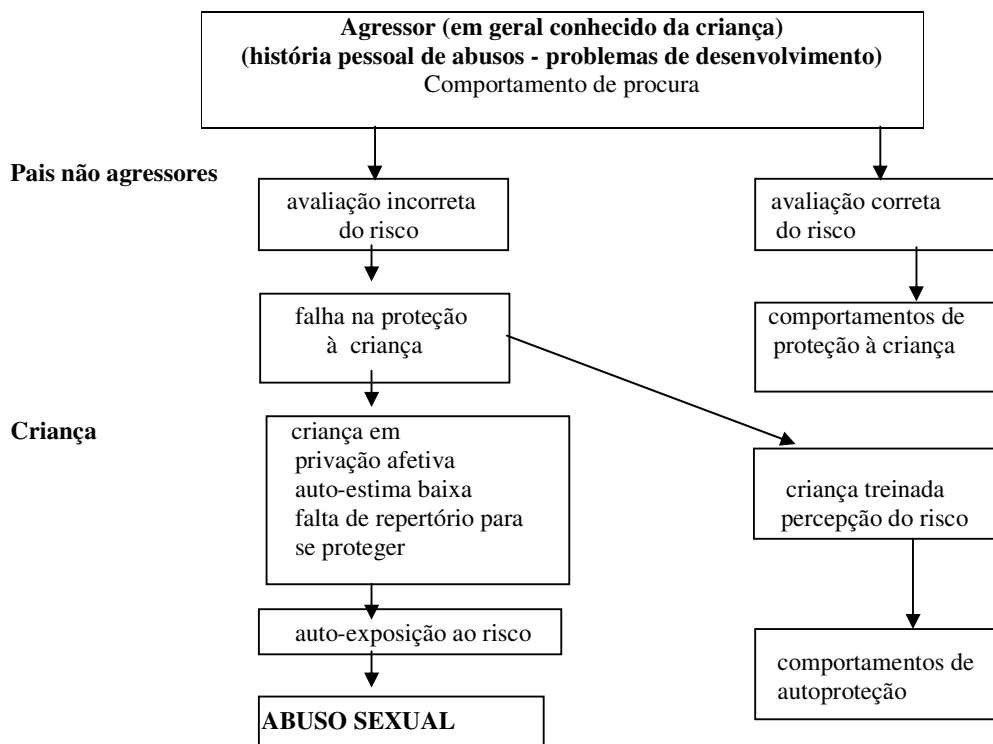


Figura 1: Antecedentes do abuso sexual referentes aos comportamentos do agressor extrafamiliar.

A Figura 2 ilustra o modelo intrafamiliar de abuso, incluindo os antecedentes referentes ao comportamento do agressor (no caso de ser o pai ou padrasto), da mãe e da criança. Quando se inicia a cadeia de comportamentos do agressor na procura pela criança para iniciar o abuso, pode ou não haver a interferência da mãe. Ela poderá discriminar sinais de perigo de abuso dentro de casa, por parte do pai ou do padrasto. Seu papel é dar proteção à criança, impedindo o início da cadeia de comportamentos do agressor, mas se isto não ocorrer, a própria criança terá que discriminar os sinais de perigo e se proteger. A mãe pode também ser agressora, mas o modelo não a incluirá nessa função por ser isto mais raro (7,69% de todos os casos de abusos intrafamiliares, segundo Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência, 2003).

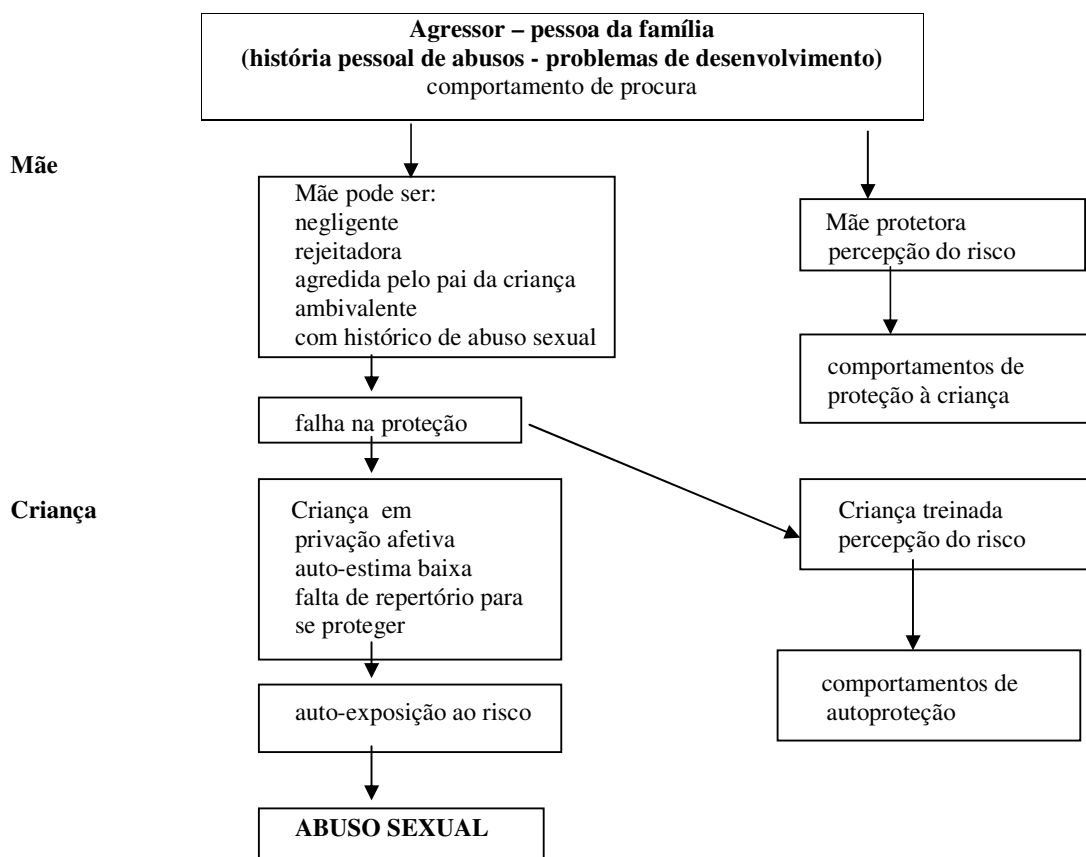


Figura 2: Antecedentes do abuso sexual intrafamiliar referentes aos comportamentos do agressor, da mãe e da criança.

A pretensão deste modelo, nas modalidades abuso extrafamiliar e intrafamiliar, é mostrar que pode haver condições favoráveis ao abuso sexual, tanto referentes ao comportamento de um agressor, quanto de pais não agressores, quanto da mãe da criança ou da própria criança. Para que ocorra o abuso sexual, não é suficiente que haja um agressor sexual. O agressor pode estar “predisposto” a cometer o abuso, em face de sua história de vida, mas o abuso só ocorrerá se as contingências presentes forem favoráveis, como por exemplo, cuidadores que falham na proteção. A última contingência que controlaria o comportamento do agressor seria o comportamento de autoproteção da criança. De acordo com este modelo, crianças e adolescentes treinadas(os) a reconhecer os estímulos discriminativos de uma situação potencial de abuso sexual poderiam evitá-lo, caso não estivessem sujeitos à proteção de qualquer adulto responsável.

1.4. A interação agressor-vítima

Conforme Veltman e Browne (2001) afirmaram, a pesquisa tem mostrado que agressores sexuais visam crianças com baixa auto-estima, que parecem vulneráveis e inseguras de si mesmas, com necessidade mais aparente de serem cuidadas. Estas características das crianças podem expô-las a risco de serem abusadas sexualmente, por serem vítimas preferenciais dos agressores.

Elliot, Browne e Kicoyne (1995) fizeram um interessante estudo sobre os métodos usados pelos agressores para ganhar acesso à criança e assegurar seu silêncio. Foram entrevistados 91 homens condenados por agressão sexual contra crianças, com idade média de 41 anos. Os seguintes resultados foram obtidos: 58% escolheram apenas meninas; 32% eram parentes das vítimas, 34% eram conhecidos e apenas 34% eram estranhos. A seleção das vítimas foi influenciada pela falta de auto-estima da criança em

49% dos casos; em 42% dos casos a vítima foi escolhida por ser uma criança bonita, em 27% por causa do jeito como estava vestida, em 17% por ser pequena ou jovem e em 13% por ser inocente e confiável. A penetração sexual foi praticada em 57% dos casos; 49% dos abusos foram cometidos na casa da vítima. Os agressores usaram na maior parte das vezes mais do que uma estratégia de aproximação, como brincar com a criança ou cuidar dela, contar histórias, ganhar a confiança da família, pedir ajuda à criança, demonstrar afeto e compreensão; 28% deles admitiram que dessensibilizaram a criança lentamente, conversando sobre sexo. Apenas 19% usaram a força física para continuar o abuso; 44% usaram coerção ou persuasão; 42% apresentaram o abuso à vítima como sendo jogo ou uma forma de educação; 20% ameaçaram culpar a vítima; 24% ameaçaram com a perda do relacionamento. Os agressores também relataram sua preparação para o abuso: 21% usaram pornografia, 49% fantasiaram previamente com a criança agredida. Em 66% dos casos um estresse pessoal precipitou o abuso. A busca por ajuda não foi feita porque não havia meios de ajuda disponíveis (46%) ou porque o agressor não pensou que precisasse de ajuda (37%). Em relação à sua história de vida, 59% dos agressores admitiram terem sido eles mesmos vítimas de abuso sexual na infância (Elliot et al, 1995).

Os agressores intrafamiliares tendem mais a usar meios psicológicos para promover a sensação de desamparo da vítima do que os agressores extrafamiliares. Estes tendem mais a conseguir a adesão das vítimas com drogas ou álcool. Os agressores sustentam que têm habilidades para tirar vantagens de vulnerabilidades da criança, tais como: viver em família monoparental, estar infeliz, ser tímida, não ter supervisão adequada (Fieldman e Crespi, 2002).

Fieldman e Crespi (2002) descreveram a técnica de dessensibilização usada pelo agressor. Essa consiste numa progressão sistemática do contato físico e do conteúdo

verbal usado com a vítima. Inicialmente criando uma fachada pró-social de cuidado, o agressor supera a primeira barreira natural para o abuso, ou seja, a supervisão parental, o que lhe permite avaliar o risco de ser descoberto e a possibilidade de revelação pela criança.

O agressor ganha a confiança da criança desenvolvendo uma relação "especial" com ela; dessensibiliza a criança para formas afetivas de toque e em algum ponto, "cruza a linha" entre o cuidado e o toque abusivo. O toque ocorre em local privado, sem testemunhas, e frequentemente a criança é ameaçada para que o abuso se mantenha como um "segredo especial". De acordo com Tobin e Kessner (2002), se existe uma relação de confiança e amor entre o agressor e a vítima, a ameaça de retirada do afeto em relação à criança pode ser suficiente para assegurar o segredo.

Padilha e Gomide (2004) analisaram o comportamento típico de vítimas de abuso sexual de não revelarem o abuso sofrido e as hipóteses para a manutenção do segredo. A primeira refere-se à possibilidade de punição por contar, pois a vítima pode carregar uma história de punições por tentar revelar, particularmente para a própria mãe. A segunda hipótese serve-se do conceito da Etologia segundo o qual o incesto é antinatural (Eibl-Eibesfeldt, 1977) e não uma relação prazerosa, o que leva a criança a ter um sentimento de aversão para com o ato abusivo, embora muitas vezes não discrimine a origem de tal sentimento. O agressor deflagra na vítima um afeto ambíguo de prazer e desprazer, com sentimentos de amor e raiva - amor em função da relação que mantém com o agressor e raiva por sentir que alguma coisa está errada, ou mesmo por ter recebido do agressor a mensagem de que o abuso é socialmente inaceitável. Isso faz com que a vítima cale-se por acreditar que seu comportamento é reprovável.

Pistorello, Follette e Hayes (2000) descreveram como o sentimento de ser culpada pelo abuso se desenvolve a partir da formação de uma regra. Uma seqüência de

conclusões "lógicas" ilustra como isso ocorre: a criança está sendo machucada por um adulto em quem confia, por exemplo, o pai, o que quer dizer que ou ela é má ou o adulto é mau; a sociedade ensina que os pais sempre estão certos e só machucam os filhos se estes agiram de forma errada, devendo portanto ser punidos; a criança conclui que está sendo punida porque é má e que é sua culpa se algo errado aconteceu - no caso, o abuso. A regra formada é "se uma coisa errada acontece é por minha culpa".

Para Tobin e Kessner (2002), os agressores freqüentemente alegam que as crianças são sexualmente provocativas. Porém, crianças não "convidam" para o abuso. A curiosidade e a excitação, sobre seu corpo ou de outras pessoas, não significam que estão procurando sexo com adultos, mas que estão em busca de atenção, afeto e aceitação e pedindo aos adultos que coloquem limites seguros dentro dos quais possam satisfazer estas necessidades. Os agressores também alegam que a criança está mentindo ao revelar um abuso. Segundo as autoras acima, crianças raramente mentem sobre abuso sexual; quando muito, tendem a omitir informação ou minimizá-la. Crianças mentem para se verem livres dos problemas, não para entrar neles.

Revelações tardias também podem ocorrer. Muitas vezes a criança não revela de imediato, e pode até esquecer temporariamente a experiência, particularmente quando foi usada a força física durante o abuso. As vítimas freqüentemente têm lapsos de memória que interferem com o processamento precoce da experiência de abuso (Fieldman e Crespi, 2002). A revelação feita pela própria criança é muitas vezes a única evidência de que o abuso ocorreu e é um componente crítico do seu tratamento. Ao lembrar de uma experiência de abuso, a vítima pode até duvidar de si mesma, pois o crédito dado ao relato de agressores ainda é maior do que aquele dado às vítimas.

1.5. Fatores de risco e proteção

Fatores de risco são condições ou variáveis que estão associadas a uma alta probabilidade de ocorrência de resultados negativos ou indesejáveis (Reppold et al., 2002), incluindo-se os comportamentos que podem comprometer a saúde, o bem-estar ou o desempenho social do indivíduo. Conforme exposto acima, o abuso sexual infantil é um fator de risco para o desenvolvimento, podendo gerar grandes dificuldades de adaptação.

Em contrapartida, os fatores de proteção referem-se a influências que modificam, melhoram ou alteram a resposta dos indivíduos a ambientes hostis que predisõem a conseqüências mal adaptativas (Reppold et al., 2002). O fator de proteção que pode diminuir o impacto do abuso sexual é a existência de apoio individual e/ou institucional que estejam disponíveis para a criança e a família.

Estratégias de prevenção têm sido desenvolvidas para reduzir a possibilidade de vitimização sexual e física favorecendo-se o aumento da auto-estima da criança. Para Gordon e Schroeder (1995), com o aumento dos relatos de abuso sexual, ensinar às crianças as habilidades de segurança pessoal tornou-se um importante aspecto da educação sexual e um fator de proteção de alta magnitude. As crianças que têm boa auto-estima, habilidades de resolução de problemas e conhecimento sexual estão mais aptas a se protegerem de situações de exploração sexual.

1.6. O repertório de autoproteção

De acordo com Taal e Edelaar (1997), habilidades de autoproteção consistem no sentimento de estar em controle da situação, assim como a percepção de que é importante proteger a própria segurança sexual contra interesses rivais, sendo possível colocar a reação que se quer em prática. Para as autoras, quatro classes de reação podem

ocorrer: 1) resolução de problemas - a criança tenta alcançar um acordo com o abusador no qual sua integridade sexual é garantida; 2) evitação de conflito - implica na criança tentar fugir da iniciativa do abusador, por exemplo, correndo; 3) luta - implica em que a criança precisa agredir o abusador e 4) render-se - implica em entregar-se ao abusador, tentando de alguma forma preservar sua integridade sexual.

Tobin e Kessner (2002) lembraram que as crianças têm um "poder intuitivo", devendo ser encorajadas a confiar em seus sentimentos a respeito das pessoas para se protegerem. Em geral as crianças expressam esses sentimentos fisicamente, porque não conseguem fazê-lo com palavras. Para as autoras, confiar na própria "intuição" pode ser uma ferramenta poderosa na prevenção de abuso sexual, pois pode servir como um sinal precoce de alerta de que alguma coisa está errada. A criança pode ser ensinada a prestar atenção em pistas sensoriais que indicam que seus sentimentos estão corretos, ou seja, ela aprende a discriminar o desconforto causado pela situação abusiva (Tobin & Kessner, 2002).

Segundo Wolfe (1998), o repertório de habilidades pessoais de segurança envolve os seguintes comportamentos: reconhecer a aproximação inapropriada do adulto, discriminando o risco, resistir a induções (dizer "não"), reagir rapidamente para deixar a situação e contar para alguém sobre o incidente.

De acordo com o modelo de Padilha (2002), a criança mais vulnerável ao abuso sexual seria aquela que, além de não contar com a proteção de adultos significativos, não teria um repertório de autoproteção como última alternativa contra o abuso. Dentro do repertório de habilidades pessoais de segurança descrito por Wolfe (1998), as quatro classes de comportamento exigem respostas de um repertório de habilidades sociais desenvolvido.

Conforme Del Prette & Del Prette (2001), “o termo Habilidades Sociais aplica-se à noção de diferentes classes de comportamentos sociais no repertório do indivíduo para lidar de maneira adequada com as demandas das situações sociais” (p.31). Os autores utilizaram, também, o termo competência social, que se refere aos efeitos do desempenho social nas situações vividas pelo indivíduo. “Muitas vezes uma pessoa possui habilidades, mas não as utiliza no desempenho por diversas razões, entre as quais a ansiedade, crenças equivocadas e dificuldades de leitura dos sinais do ambiente” (p.31). Os mesmos autores (2005) enfatizaram que o termo competência social se define pela coerência e a funcionalidade do desempenho social, associadas a três tipos de efeitos: alcançar os objetivos imediatos, manter ou melhorar a qualidade dos relacionamentos, manter ou melhorar a auto-estima. Estes efeitos não devem estar relacionados a comportamentos manipulativos ou coercitivos.

Del Prette & Del Prette (2005) descreveram as classes de habilidades sociais relevantes na infância: autocontrole e expressividade emocional, civilidade, empatia, assertividade, fazer amizades, solução de problemas interpessoais e habilidades sociais acadêmicas. Dessas, apenas a última não parece estar diretamente relacionada com o repertório de autoproteção. Cada classe apresenta subclasses que descrevem precisamente os comportamentos relacionados com as quatro classes de comportamento de autoproteção propostas por Wolfe (1998). Reconhecer a aproximação inapropriada do adulto, discriminando o risco, exige autocontrole e expressividade emocional (subclasses: reconhecer e nomear as emoções próprias e dos outros, controlar a ansiedade) e empatia (subclasses: observar, prestar atenção, reconhecer/inferir sentimentos do interlocutor, compreender a situação). Resistir a induções (ou seja, dizer "não") exige as habilidades de civilidade (na medida do possível usar locuções como "por favor", "desculpe" e "com licença") e assertividade (subclasses: expressar

desagrado, recusar pedidos, pedir mudança de comportamento, defender os próprios direitos). Reagir rapidamente para deixar a situação exige a habilidade de solução de problemas interpessoais (subclasses: acalmar-se diante de uma situação-problema, pensar antes de tomar decisões, reconhecer e nomear diferentes tipos de problemas e possíveis alternativas de solução, implementar uma alternativa). Contar para alguém sobre o incidente exige autocontrole e expressividade emocional (falar sobre emoções e sentimentos negativos), assertividade (expressar desagrado) e fazer amizades (oferecer informação livre, como auto-revelação).

A interação agressor-vítima pode evidenciar déficits de habilidades sociais de ambos os lados. A empatia é definida como a capacidade de apreender sentimentos e de se identificar com a perspectiva do outro e pode ser considerada como um fator protetor dos problemas de agressividade, violência e distúrbios anti-sociais (Del Prette & Del Prette, 2003). Os déficits de empatia estão associados com violência e agressividade e o agressor sexual, ao produzir dano intencional ao outro, não reconhece e tampouco se sensibiliza com o seu sofrimento, conseguindo o que quer. Do ponto de vista da vítima, essa vai para o extremo da passividade. A criança precisa aprender a dizer "não", habilidade que não está desvinculada de uma classe mais ampla de comportamentos, como saber discordar e expressar desagrado. Se o agressor for sedutor, vai escolher uma vítima inassertiva, que não tenha boa leitura do ambiente social. Porém, se a criança consegue dizer "não", precisa fazer uma automonitoria, observando qual o efeito do seu comportamento de recusa sobre o agressor (Del Prette, 2005, comunicação pessoal). É neste momento que ela precisa contar com o apoio de uma rede social que acolha os comportamentos da última classe: contar para alguém sobre o incidente.

1.7. A prevenção do abuso sexual

De acordo com Renk, Liljequist, Steinberg, Bosco e Phares (2002), os esforços para a prevenção de abuso sexual na realidade norte-americana têm sido feitos com crianças, pais, professores e agressores, alcançando bons resultados com crianças e pais, enquanto que para os professores os programas têm se mostrado insuficientes. Com relação a agressores, as campanhas na mídia têm tentado aumentar a consciência popular sobre abuso sexual e encorajar possíveis agressores a buscar ajuda.

Vários argumentos podem ser apresentados em favor da prevenção de abuso sexual. Qualquer criança é uma vítima em potencial para o abuso e a maioria delas não é molestada por "estranhos perigosos". São dependentes dos adultos e tendem a confiar neles, carecendo de informação sobre os reais perigos em relação ao abuso. Os efeitos são grandes e o custo muito alto, economicamente e psicologicamente. Além disso, nem sempre os pais podem proteger sempre seus filhos dos abusos. Com relação a agressores, muitos também foram abusados quando crianças e não são facilmente "curáveis", o que mantém o ciclo do abuso (Tobin e Kessner, 2002).

A tarefa de ensinar discriminação de risco de abuso sexual para os filhos parece ainda ser difícil para os pais. Segundo Gordon e Schroeder (1995), os pais apresentam diversas desculpas para não falarem sobre abuso sexual com seus filhos. As mais comuns são: "o assunto é muito difícil para discutir"; "os tópicos podem amedrontar as crianças"; "a criança é muito jovem para esta discussão" ou ainda "a necessidade desta discussão não ocorreu aos pais" (p.17). Dar aos pais a informação que precisam para educar suas crianças pode melhorar a habilidade dos mesmos em proteger seus filhos, como, também, aumentar as habilidades pessoais de segurança das crianças.

De acordo com Padilha (2002), a impossibilidade da aquisição de um repertório de comportamentos de autoproteção pode ser decorrente de um mecanismo de repetição

intergeracional de comportamentos de exposição a riscos, efeito do fenômeno de modelação, tal qual o comportamento de abusar sexualmente. Em famílias cujos membros não discriminam situações instáveis ou potencialmente perigosas, seja dentro ou fora de casa, as crianças e os adolescentes ficam mais expostos ao risco de abuso. Os benefícios da identificação dos riscos pela criança ou pelos pais são a prevenção da ocorrência do abuso e a diminuição do seu impacto, caso ele ocorra.

Widom (1989) descreveu o fenômeno da “transmissão intergeracional da violência” - violência gera violência e abuso gera abuso. A importância da prevenção de abuso sexual fica clara principalmente se considerarmos que as práticas abusivas (maus-tratos físicos, abuso sexual e psicológico) podem ocorrer simultaneamente na infância, tendo um efeito nocivo sobre o repertório geral de um indivíduo vitimizado, particularmente sobre suas próprias práticas parentais que influenciarão a adaptação social da próxima geração.

Conforme Tobin e Kessner (2002), o abuso sexual é um abuso de poder que usa o sexo como veículo. Mesmo quando não há força física sendo usada, frequentemente o agressor é alguém que tem direitos parentais, que tem o dobro do tamanho da criança e que manipula sua necessidade de afeto. As estratégias de prevenção buscam balancear as relações entre crianças e adultos, emponderando as crianças em informação, construção da auto-estima, habilidades de autodefesa e recursos, como o rompimento do isolamento e o aumento da rede de adultos confiáveis.

Segundo Wolfe (1998), a prevenção de abuso sexual pode se dar em três níveis: primário, secundário e terciário: 1) a prevenção *primária* tem como objetivo a eliminação ou redução dos fatores sociais, culturais e ambientais que favorecem o abuso. Ela enfoca escolas e populações de risco no sentido de educar crianças e adolescentes sobre maneiras de se enfrentar assédio por parte de indivíduos sexualmente

agressivos; 2) a prevenção *secundária* tem como objetivo a detecção precoce de crianças ou adolescentes em situação de risco, impedindo os atos de violência ou abuso e sua repetição. Atua em situações já existentes e inclui a capacitação de profissionais que lidam diretamente com crianças e adolescentes abusados sexualmente, para promover a redução de *stress* induzido pelo sistema legal que a criança enfrenta; 3) no nível da prevenção *terciária* o objetivo é o acompanhamento integral da vítima e do agressor por equipe multidisciplinar, incluindo atendimento médico, psicológico, social e jurídico. Visa melhorar seqüelas de abuso e a probabilidade de efeitos a longo prazo.

Azevedo e Guerra (1995) afirmaram que as estratégias para prevenção primária podem incluir programas de pré-natal que abordem a temática e reforcem os vínculos pais-filhos; programas de treinamento para pais e em escolas, campanhas pelos meios de comunicação, palestras e debates.

De acordo com Wurtele (1987), abordagens preventivas de larga escala que ensinam às crianças as habilidades necessárias para resistir a agressores têm o potencial de alcançar muitas crianças e possibilitar a redução da tendência ao abuso. Conforme Benetti (2002), o relatório da *International Society for Prevention of Child Abuse and Neglect* – Sociedade Internacional para Prevenção do abuso Infantil e da Negligência (ISPCAN), de 2000, detectou após pesquisa em 37 países, que as estratégias consideradas mais efetivas na prevenção de maus-tratos e abuso foram as intervenções educativas. Como resultado de seu contato consistente e longitudinal com as crianças e as famílias, a escola parece ser a instituição mais promissora para o desenvolvimento de ações preventivas, pois está numa posição central quando se trata de criar impacto positivo; há fortes indicativos de que os programas realizados em escola funcionam (Wurtele, Marrs e Miller-Perrin, 1987; Fieldman e Crespi, 2002).

Segundo Gibson e Leitenberg (2000), os esforços para prevenção primária do abuso sexual começaram na década de 1970 nos Estados Unidos e parecem continuar crescendo a despeito de algumas críticas de que eles não têm demonstrado atingir sua meta. Para Jones, Finkelhor e Halter (2006), a pesquisa tem mostrado que tais programas aumentam o conhecimento da criança sobre abuso sexual, porém ainda não está claro o quanto realmente previnem a vitimização.

No Brasil têm sido divulgados pela *World Wide Web* alguns projetos que visam a prevenção, como por exemplo a Campanha “Botando a boca no mundo”, do projeto Piracema (Projeto Piracema, 2001). O Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes (CECRIA) aglutina pesquisadores na área de violência contra a criança, tendo produzido trabalhos como: "Fundamentos e Políticas contra Exploração e Abuso sexual de Crianças e Adolescentes" (1998), "Conceitos de Exploração e Abuso sexual de Crianças e Adolescentes" (1999), "Curto-circuito no atendimento do Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes no DF" (2001), entre outros (Centro de Referência, Estudos e Ações Sobre Crianças e Adolescentes, 2001).

Não foram encontrados até o momento, em periódicos científicos, relatos brasileiros de pesquisa na área de prevenção primária de abuso sexual. Entretanto, Brino e Williams (2006) desenvolveram dentro do Programa de Pós-graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos um projeto que investigou a eficácia de um programa de capacitação de educadoras para atuarem como agentes de prevenção primária e/ou secundária em possíveis ocorrências de abuso sexual, habilitando crianças a se protegerem do abuso e habilitando mães a reconhecerem sinais de ocorrência de abuso sexual e formas de proteção à criança (Brino, 2006; Brino & Williams, 2006).

O programa desenvolvido e avaliado por Brino e Williams (2006) envolveu 101 professores de pré-escola da rede municipal de ensino da cidade de São Carlos, SP.,

2732 familiares das crianças e 2918 crianças, alunos daqueles professores. Os professores foram divididos em grupos e receberam a capacitação em 12 sessões semanais de quatro horas cada. Aspectos teóricos referentes ao abuso sexual foram trabalhados por meio de leituras, apresentações de vídeos e *role-playing*. Os professores capacitados realizaram *workshops* com os familiares participantes sobre abuso sexual contra crianças e intervenções com as crianças participantes, ensinando-lhes medidas de proteção contra abuso. A intervenção foi avaliada por meio de instrumentos que mediram: o conhecimento de professores sobre indicadores de abuso sexual e sobre a identificação de casos suspeitos de abuso; a identificação de casos de abuso pelos familiares; a aquisição de habilidades de autoproteção das crianças. Os resultados sugeriram que a intervenção foi bem sucedida e são encorajadores para a realização de outros programas de prevenção de abuso sexual no Brasil.

Foram encontrados estudos na literatura científica internacional sobre avaliação de programas de prevenção de abuso sexual, apresentados a seguir. Com o objetivo de demonstrar a eficácia de tais programas, os estudos geralmente concluem que as crianças que participam de programas de prevenção formais mostram conhecimento mais acurado sobre conceitos de prevenção de abuso sexual e tendem a aceitar menos convites de estranhos do que crianças que não receberam este treinamento.

De acordo com Wurtele, Salawsky, Miller, Marrs e Britcher (1986), a meta da maioria dos programas de prevenção consiste em ensinar as crianças a reconhecerem situações inapropriadas, resistir a induções, escapar e contar para alguém sobre o incidente. Os autores fizeram uma comparação entre a apresentação de um filme comercial chamado *Touch* (35 minutos) e um programa de treinamento (50 minutos) que incluía modelação, ensaio comportamental e reforçamento social para ensinar aos grupos de crianças as habilidades de autoproteção. Os resultados mostraram que o

pacote de treinamento de habilidades comportamentais multifacetado foi mais eficaz que apenas a apresentação do filme.

Kraizer, Witte e Fryer (1989) avaliaram o *Safe Child Personal Safety Training Program*, um currículo para treinamento de professores como multiplicadores de treinamento para crianças, com vídeos, e *scripts* padronizados. Um vídeo foi usado para ensinar conceitos básicos, seguido por dramatizações, discussões e atividades na classe para estabelecer a maestria das habilidades. O programa enfatizava a prevenção de abuso físico, emocional e sexual por pessoas conhecidas da criança, prevenção de abuso, rapto por estranhos e segurança da criança em autocuidados. As habilidades ensinadas foram: comunicação, assertividade, tomada de decisão e resolução de problemas. O programa construía as habilidades ao longo dos anos escolares e usava as experiências do dia a dia da criança para ensinar a aplicar habilidades generalizadas a situações específicas de risco. Os resultados mostraram que dar oportunidades às crianças no sentido de treinarem as habilidades de prevenção pode ser mais benéfico do que meramente ensinar-lhes conceitos sobre prevenção. O *role-playing* lhes deu um modelo experiencial de como agir quando confrontados com uma situação desconfortável.

Rispens, Aleman e Goudena (1997) compararam 16 programas de prevenção de abuso sexual, cujas avaliações foram publicadas entre 1985 e 1996. A meta-análise mostrou que não há dúvidas sobre os efeitos imediatos da eficácia dos programas. Crianças realmente aprendem conceitos sobre abuso sexual e adquirem habilidades de autoproteção ensinadas. Os autores concluíram que os programas que focam o treinamento de habilidades, permitindo tempo suficiente para a criança integrar estas habilidades ao seu repertório, são preferenciais. Se o efeito diminui, pode ser interessante repetir o programa a intervalos regulares. Os autores afirmaram que sua

implementação no currículo regular pode resultar num aumento do potencial preventivo da escola, embora não haja provas suficientes de que a generalização a situações reais esteja garantida.

Gibson e Leitenberg (2000) concluíram que os programas de prevenção estão de fato associados com o desejado efeito de diminuir a ocorrência de abuso sexual. Estes autores mencionaram, também, uma preocupação dos pesquisadores sobre efeitos dos programas de prevenção que seriam nocivos a longo prazo. No estudo feito por eles não houve indicação de que a participação em programas de prevenção afetou negativamente o desenvolvimento sexual ou a satisfação sexual no início da vida adulta.

Porém, ainda fica em aberto a questão relativa a se um conhecimento maior poderia evitar que crianças treinadas fossem sexualmente abusadas na vida real. Os estudos são, também, limitados em termos de generalização a situações reais de abuso, nas quais a maioria dos agressores não são estranhos, mas conhecidos da criança (Daro, 1991; Gordon e Schroeder, 1995; Gibson e Leitenberg, 2000).

Azevedo e Guerra (1995) argumentaram que um programa bem sucedido de prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes deve assumir três compromissos fundamentais: com uma visão positiva da sexualidade humana infantil, com uma cultura que diga "não" à sexualidade aliada à violência e com uma educação de gênero igualitária.

Conforme Robert (2003), a prevenção do abuso sexual conduzirá aos efeitos desejados na medida em que as informações prestadas à criança forem límpidas, as intervenções ocorram num clima de calma e segurança e o conjunto das intervenções (educação para a sexualidade e prevenção de abusos) transmita à criança uma sensação de que ela detém poder e de que tem direito a ser respeitada. De acordo com essa autora,

as crianças não deveriam ser sensibilizadas para a dimensão da exploração sexual antes de terem sido informadas sobre fatos sexuais gratificantes e respeitosos.

Repucci e Haugaard (1989) afirmaram que crianças mais velhas têm mais ganhos em programas de prevenção do que crianças mais novas. Como o nível de desenvolvimento cognitivo e emocional de uma criança afetará o jeito pelo qual ela pode se proteger, parece sempre ser negligenciado. A criança precisa reconhecer que está numa situação abusiva; depois precisa acreditar que pode tomar alguma atitude; finalmente precisa ter e usar habilidades de autoproteção específicas.

Os programas de prevenção geralmente enfatizam que os agressores potenciais incluem pessoas conhecidas e amadas pela criança, que a vitimização é responsabilidade do adulto, não da criança e que a criança não tem culpa se o abuso ocorrer. Questões mais amplas também podem ser incluídas, como pensar de maneira independente, tomar decisões, exercitar julgamento, comunicar-se efetivamente e resistir à pressão dos pares. Os programas descritos abaixo foram realizados em escolas.

Conforme Repucci e Haugaard (1989), os programas de prevenção variam bastante. Alguns envolvem apenas uma apresentação, enquanto que outros podem ter até 38 pequenas sessões. Os programas de curta duração em geral lidam apenas com o tópico "prevenção de abuso sexual", enquanto que programas mais longos podem apresentar vários tópicos, incluindo o direito de ser assertivo com outros em situações variadas.

Fryer, Kraizer e Miyoshi (1987) aplicaram um programa para estabelecer regras simples e concretas e critérios específicos para aplicação das regras. As crianças foram instruídas a seguirem as regras apenas quando não estavam com adultos cuidadores ("fique longe do alcance dos braços"; "não fale ou responda perguntas"; "não pegue nada"; "não vá a lugar algum"). Os autores afirmam que o *role-playing* dá à criança uma

base para futura consideração, para uma tomada de decisão pensada e confiante, em uma situação associada com risco de abuso.

O programa descrito por Tobin e Kessner (2002) inicia-se com um *workshop* para os pais, no qual são abordadas questões sobre abuso, exercícios de prevenção e como reagir frente a uma revelação; em seguida é realizado um treinamento para professores para o reconhecimento de sinais de abuso; o *workshop* das crianças é feito em duas sessões em dois dias consecutivos e tem a seguinte estrutura: 1) definir abuso sexual e segurança pessoal na linguagem da criança; 2) falar sobre os mitos referentes ao abuso sexual; 3) falar sobre os direitos da criança - de estar seguro, de dizer "não", e de fazer perguntas a respeito de toques; 4) trabalhar as habilidades - sair correndo, dizer "não" ou "pare" e contar para alguém sobre o toque inadequado; é enfatizado que se uma criança não pode parar um toque inapropriado, nunca é sua culpa. É utilizado o teatro como forma de trabalhar as habilidades. Na sessão seguinte, os conceitos são revistos e as crianças são ensinadas a ouvir sua "voz interior", ou seja, dar atenção à intuição. As crianças são ensinadas a usar o grito como forma de proteção. Ao final, é oferecido às crianças um momento privativo, para tirar dúvidas em particular ou abordar qualquer assunto, que pode inclusive ser uma revelação.

Um dos componentes da maioria dos programas de prevenção de abuso sexual é a instrução sobre o *continuum* do toque, ou a distinção entre "bons" e "maus" toques. A eficácia do programa depende da habilidade da criança em discriminar com sucesso entre bons e maus toques (Blumberg, Chadwick, Fogarty, Speth e Chadwick, 1991).

Gordon e Schroeder (1995) afirmaram que é importante ensinar o que é comportamento abusivo, como se proteger de interações abusivas com outros, incluindo irmãos e amigos, e as conseqüências de coagir outras crianças a se engajarem em comportamentos sexuais. Uma importante parte desta educação consiste em ensinar a

criança a ser assertiva e tomar decisões adequadas no contexto das relações sexuais e sociais.

Elliot, Browne e Kicoyne (1995) sugeriram que é desejável que os programas de prevenção incluam informações sobre as maneiras específicas como os agressores agem. Os agressores indicaram que as crianças são mais vulneráveis ao abuso sexual quando têm problemas familiares, estão sozinhas e confiam indiscriminadamente nos outros. Os comentários dos agressores sobre a prevenção foram: as crianças necessitam de programas que lhes dêem informação, pois são muito fáceis de serem enganadas; precisam ser informadas de que não se pode confiar em qualquer um; não devem andar sozinhas; precisam denunciar se alguém, incluindo um parente, fez tentativas de abuso. De acordo com Renk et al. (2002), os agressores sustentam que uma criança cuidada e amada tende menos a se tornar uma vítima. Este achado sugere que um apoio maior para as famílias durante épocas de *stress* e transição é crucial.

Para Renk et al. (2002), há uma mensagem passada durante um programa de prevenção que pode ser potencialmente danosa. As crianças são ensinadas que o abuso nunca é sua culpa, não importando o que as pessoas digam. Porém, as crianças são ensinadas, também, a evitar se transformarem em vítimas e como se proteger dos agressores. Por isso, a criança mal sucedida ou a criança que já tenha sido abusada, pode ainda sentir-se responsável pelo abuso, porque não o preveniu. Tal questão poderia ser resolvida com a inserção de um tópico no programa que contemplasse especificamente o tema “culpa”, relacionada ao comportamento do agressor: quais os mecanismos utilizados por este para imputar a culpa à vítima; como e porque a vítima “assume” a culpa; a noção de que, se o abuso ocorreu mesmo com a vítima tendo aprendido a se defender, a culpa é do agressor.

Wurtele (1987) descreveu características gerais necessárias a um programa de prevenção que podem ter como modo de apresentação: materiais impressos, performance teatral, leituras e discussões ou material audiovisual. Há certas vantagens em se usar material audiovisual: facilidade de implementação e padronização dos locais.

Taal e Edelaar (1997) resumiram os efeitos pretendidos de programas de prevenção: aumentar o senso de controle da criança num conflito sexual, alcançar a preferência da criança por usar estratégias que não levam a ferimentos físicos, como solução de problemas e evitação, mesmo quando a criança depende ou tem um vínculo com o agressor, fortalecer a percepção da criança de que a proteção é exequível. Provavelmente é o processo de ultrapassar gradualmente a fronteira entre intimidade e sexualidade que deixa mais difícil para a criança a tarefa de reagir com alerta.

O ensino de habilidades comportamentais, em combinação com o envolvimento dos pais, parece ser um excelente caminho para lidar com a prevenção de abuso sexual. É importante notar, entretanto, que os pais de crianças que estão mais em risco para abuso sexual (aquelas com famílias de risco, ou que são socialmente isoladas) têm menos probabilidade de participar em tais programas (Gordon e Schroeder, 1995). Para estas crianças, os programas baseados em sala de aula são essenciais.

Uma importante questão levantada por diversos autores na literatura pesquisada refere-se aos aspectos éticos de um trabalho de prevenção primária de abuso sexual de crianças (Leventhal, 1987; Wurtele, 1987; Daro, 1991; Gordon e Schroeder, 1995; Gibson e Leitenberg, 2000; Johnson, 2000). O material a ser utilizado e a forma de apresentação devem ser cuidadosamente planejados, dada a natureza delicada do tema da prevenção.

Em um trabalho sobre ética na prevenção primária, Trickett e Levin (1990), afirmaram que a prevenção primária é direcionada por valores sociais da comunidade

onde será aplicada. É necessário encorajar relações colaborativas: o pesquisador precisa se aliar aos cidadãos – provedores de dados e alvos da intervenção – para identificar e tentar resolver questões éticas. Em um programa de prevenção para crianças, os pais devem assumir uma variedade de papéis para poder aumentar a sensibilidade do pesquisador para potenciais questões éticas e prover um fórum para sua resolução. Um destes papéis é o de fornecedores de informação a respeito dos valores da comunidade. Como primeira etapa de um programa de prevenção, os pais podem ser ouvidos e suas opiniões e crenças sobre abuso sexual infantil podem sustentar o planejamento de intervenções dirigidas a crianças e adolescentes da comunidade, a serem executadas em uma segunda etapa.

Para Lisboa e Koller (2002), a prevenção dos maus-tratos à criança envolve o reconhecimento da influência de diversos fatores, tais como características históricas, culturais, sociais, políticas, econômicas, familiares e psicológicas. As autoras recomendaram adotar uma visão ampla das relações entre as diversas influências e as práticas abusivas na família, para que a prevenção do abuso se dê por uma variada gama de estratégias que abranjam diversos níveis do problema. Os programas de conscientização pública, atividades educativas de amplo alcance e situações de intervenção mais específicas a certos grupos de indivíduos caracterizam a prevenção primária (Wolfe, 1998).

É importante estimar o conhecimento que os pais têm acerca do abuso sexual infantil, para que possam aprimorar suas habilidades de proteger seus filhos, e maximizar as habilidades pessoais de segurança das crianças, seja orientando-as, seja oportunizando sua participação em programas de prevenção primária. Em vista das claras implicações negativas do abuso sexual para o desenvolvimento e a futura adaptação das vítimas de abuso, a prevenção assume importância na diminuição deste

problema e do seu efeito como contribuição para o fenômeno da violência que pode ser gerada dentro da família. O grande problema da área de prevenção é o seguinte: como efetivamente provar que um programa destinado à prevenção é realmente preventivo?

Não importa quão criativos e intensivos sejam os programas, o abuso e a negligência de crianças não serão eliminados (Leventhal, 2001). Entretanto, algumas pesquisas oferecem evidências sólidas para continuar os esforços para educar as crianças sobre abuso sexual. Primeiro, sabemos que o abuso sexual na infância tem conseqüências devastadoras para crianças, muitas das quais carregam enormes sentimentos de culpa e responsabilidade por sua vitimização até a vida adulta. Os programas dão às crianças a oportunidade de revelar um abuso que está em curso, reduzindo a possibilidade de revitimização e minimizando o trauma emocional associado com ser incapaz de discutir o abuso (Daro, 1991).

A pergunta “Abuso sexual infantil: qual a relação com a educação especial?” pode ser respondida com o argumento de que, além de a criança abusada sexualmente ter necessidades educativas especiais, também é necessário desenvolver estratégias educativas que preparem crianças e adolescentes de maneira geral a se protegerem de situações de risco. Muitas vezes os adultos não conseguem fazer a proteção, expondo crianças e adolescentes ao risco de serem abusados sexualmente. Aqueles que souberem discriminar riscos, dizer não a um possível agressor, e contar o ocorrido para um adulto responsável, estarão em melhores condições de, por si mesmos, evitarem situações que ameacem o seu desenvolvimento. Estas considerações permitem concluir que o presente estudo tem absoluta aderência à área da prevenção das deficiências.

1.8. Objetivos

A presente pesquisa teve como objetivo geral avaliar a eficácia de um programa de prevenção primária de abuso sexual aplicado em uma escola com adolescentes e pré-adolescentes.

Os objetivos específicos foram:

- 1) desenvolver e aplicar um programa de prevenção de abuso sexual para pré-adolescentes e adolescentes com ênfase na instalação de um repertório de comportamentos de autoproteção (reconhecer a aproximação inapropriada do adulto, discriminando o risco, resistir a induções, ou seja, dizer "não", reagir rapidamente para deixar a situação e contar para alguém sobre o incidente);
- 2) avaliar o impacto do programa sobre o repertório de comportamentos de autoproteção.

A justificativa para o desenvolvimento de um programa de prevenção primária de abuso sexual, sua aplicação e avaliação considera a escassez de trabalhos realizados no Brasil sobre este tema. Enquanto que a área da prevenção terciária - intervenções para tratamento de seqüelas decorrentes do abuso - parece apresentar maior número de trabalhos, a prevenção primária - intervenções educativas - ainda está dando os primeiros passos.

O abuso sexual de crianças e adolescentes gera um alto custo, tanto para as vítimas como para a sociedade de maneira geral, pois pode ter efeitos a médio prazo na qualidade de vida da pessoa vitimizada e a longo prazo na multiplicação da vitimização em gerações posteriores. A vitimização pode gerar problemas de comportamento externalizantes relacionados com a manutenção da violência na sociedade.

CAPÍTULO 2

Etapa 1 - Concepções de pais de baixa renda acerca de Abuso Sexual Infantil

Para favorecer a adesão dos estudantes ao programa de prevenção de abuso sexual, foi realizado um levantamento prévio (Etapa 1) com pais da comunidade onde se situava a escola na qual foi aplicado o programa com os estudantes (Etapa 2). A Etapa 1 também teve como objetivo avaliar o conhecimento dos pais sobre abuso sexual e sua opinião a respeito de como deve ser passada a informação sobre abuso sexual para os filhos, ou seja, pelos próprios pais ou pela escola, ou por ambos.

A pesquisa teve a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSCar, protocolo n. 041/04 (Anexo 1), incluindo Etapa 1 e Etapa 2.

2.1. Participantes

Participaram dessa etapa 63 familiares residentes em uma comunidade do município de Campo Largo, na região metropolitana de Curitiba, Paraná, da qual emergiam, com frequência, denúncias de maus-tratos e abuso sexual, feitas ao Conselho Tutelar da região. Na referida região, há uma escola na qual foi realizado o programa de prevenção da Etapa 2. Entre os participantes, 82,5% eram mães e 17,5% pais, com idade média de 38 anos, renda familiar média de 2,7 salários mínimos e a maioria com escolaridade de primeiro grau (73%). Os pais que participaram desta etapa foram sorteados entre os pais de alunos que cursavam a quinta série no final do ano de 2003, pois os alunos que participaram da Etapa 2 estariam então na sexta série no ano de 2004.

2.2 Locais

Foram utilizados cinco salões paroquiais de pequenas vilas situadas nos arredores de escola estadual localizada no município de Campo Largo, na região metropolitana de Curitiba, Pr., com cerca de oitenta mil habitantes, em uma zona rural, predominantemente agrícola.

2.3. Instrumento

Questionário sobre Concepções acerca de Abuso Sexual Infantil, elaborado pela pesquisadora, com 38 afirmações (escala tipo Likert, variando de "concordo totalmente" a "discordo totalmente"), abordando os seguintes temas: características do abuso sexual, causas, conseqüências para a criança, informação para crianças e pais, características do agressor, punição ao agressor (Anexo 2). O questionário foi desenvolvido a partir de duas reuniões realizadas com pais da comunidade, juntamente com a pesquisadora e a direção da escola. Estes pais foram convidados a expressar suas opiniões sobre aspectos gerais do abuso sexual infantil, como atribuições de causas do abuso, conseqüências para a vítima e punição ao agressor. As questões trazidas pelos pais durante a reunião inspiraram a formulação do questionário dos pais, assim como ajudaram na formulação das questões do questionário para os adolescentes.

2.4. Procedimento

A etapa 1 foi realizada cerca de seis meses antes da Etapa 2. A Direção da escola onde foi feito o estudo deu seu consentimento por meio de assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido pelo Diretor da Instituição (modelo no Anexo 3). Foram feitos convites para cerca de 120 pais e mães de alunos para responderem a pesquisa. Os pais que aceitaram os convites foram chamados a comparecer em locais previamente determinados, escolhidos pela Direção da escola, segundo a proximidade

com suas residências. Os aplicadores do questionário, que foram a pesquisadora e seis alunos de graduação em Psicologia, reuniram-se com os participantes nesses locais, em horários previamente determinados. A aplicação foi feita individualmente, porém simultaneamente nos locais citados acima, na forma de sessões de aplicação que duraram aproximadamente uma hora cada. Os aplicadores leram as questões para cada participante e anotaram as alternativas escolhidas (alguns dos participantes eram analfabetos). Após cada sessão, os participantes foram convidados para confraternizações, que consistiram em reuniões com lanches fornecidos pela equipe de aplicadores.

2.5. Resultados

A Tabela 1 mostra as questões que abordaram a opinião dos pais sobre fornecimento de informações sobre abuso sexual aos filhos. Os resultados mostram que os pais foram favoráveis ao fornecimento de informações sobre abuso sexual para seus filhos, tanto pela escola quanto por eles próprios, assim como concordaram que os adultos deveriam conversar mais sobre o assunto.

Tabela 1

Porcentagens de respostas corretas em questões que abordaram a opinião dos pais sobre fornecimento de informações sobre abuso sexual aos filhos.

Questões	Respostas corretas
As crianças deveriam ser informadas pelos pais	95,2%
As crianças deveriam ser informadas pela escola	96,8%
Os adultos deveriam conversar mais sobre o assunto	96,8%

A Tabela 2 mostra as respostas relativas ao conhecimento dos pais sobre abuso, aglutinadas por temas: características e causas do abuso sexual. A maioria das questões foi respondida corretamente pelos participantes. As questões nas quais o desempenho geral do grupo foi menor foram: "o abuso sexual não precisa envolver contato físico" (30,1%); "o abuso sexual pode não ser praticado com violência física" (34,9%); "roupas curtas não causam abuso sexual" (31,7%); "o agressor não precisa usar drogas ou álcool para cometer abuso" (38,1%); meninos também são vítimas de abuso sexual (69,8%).

Tabela 2

Porcentagem de respostas corretas nas questões relativas ao conhecimento sobre abuso sexual, aglutinadas por temas: características e causas do abuso sexual.

Tema	Questões	Respostas corretas
Características do abuso sexual	A criança não consegue se defender	96,8%
	O abuso sexual ocorre em qualquer classe social	96,8%
	Passar a mão é abuso sexual	95,2%
	Mostrar filmes pornográficos é abuso sexual	87,3%
	O abuso sexual pode ocorrer dentro da família	82,5%
	Pessoas desconhecidas e conhecidas praticam abuso	73,1%
	Meninos também são vítimas de abuso sexual	69,8%
	O abuso sexual pode não ser praticado com violência física	34,9%
	O abuso sexual não precisa envolver contato físico	30,1%
Causas de abuso sexual	O agressor usa mentiras para enganar a criança	95,3%
	A criança não é abusada porque quer	82,5%
	Pobreza e desemprego não causam abuso sexual	76,2%
	O abuso sexual ocorre dentro da família porque a mãe não percebe	71,5%
	O agressor não precisa usar drogas ou álcool para cometer abuso	38,1%
	Roupas curtas não causam abuso sexual	31,7%

Tabela 3

Porcentagem de respostas corretas nas questões relativas ao conhecimento sobre abuso sexual, aglutinadas por temas: conseqüências do abuso sexual, educação sobre abuso sexual, características do agressor, punição ao agressor.

Tema	Questões	Respostas corretas
Conseqüências de abuso sexual	A criança poderia ficar traumatizada para a vida toda	94%
	A vítima sente vergonha e culpa	94%
	O abuso sexual praticado por pessoas da família é mais grave	85,7%
	A criança abusada por alguém da família pode fugir de casa	85,7%
	A vítima pode apresentar comportamentos sexualizados	71,4%
	A vítima pode entrar para a prostituição mais tarde	66,7%
Educação sobre abuso sexual	Falar sobre abuso não aumenta a curiosidade da criança	71,4%
	As pessoas não têm informação sobre abuso	58%
Características do agressor	O agressor não tem caráter	96,8%
	O agressor deve ser denunciado	98,4%
	O agressor pode ter qualquer escolaridade	87,3%
	O agressor deveria fazer tratamento psicológico	84,1%
	O agressor pode ter sido vítima de abuso na infância	49,2%
	Não são apenas homens que praticam abuso sexual	42,9%
Punição ao agressor	As pessoas não denunciam porque têm medo de ameaças ou de vingança	98,4%
	Abuso sexual é crime na lei brasileira	87,3%
	A comunidade não deve fazer justiça com as próprias mãos	76,2%
	As pessoas nem sempre denunciam casos	33,3%

A Tabela 3 respostas corretas nas questões relativas ao conhecimento sobre conseqüências do abuso sexual, educação sobre abuso sexual, características do agressor, punição ao agressor. As questões nas quais o desempenho geral do grupo foi menor foram: "não são apenas homens que praticam abuso sexual" (42,9%); "o agressor pode ter sido vítima de abuso na infância" (49,2%); "as pessoas nem sempre denunciam casos" (33,3%).

2.6. Discussão

A Etapa 1 teve a função de envolver pais da comunidade no início do trabalho para favorecer a adesão dos estudantes durante a aplicação do programa e facilitar a percepção da pesquisadora sobre questões éticas decorrentes da participação dos pré-adolescentes e adolescentes. Este trabalho inicial com os pais permitiu conhecer sua opinião a respeito de como deve ser passada a informação sobre abuso sexual para os filhos. Os pais foram favoráveis ao fornecimento de informações sobre abuso sexual, tanto pela escola quanto por eles próprios, comunicando à pesquisadora a disponibilidade da comunidade em aderir ao programa.

Outros dados relevantes foram obtidos na Etapa 1, permitindo também que o contexto fosse conhecido, ao mesmo tempo que propiciou sensibilizar os pais para a importância do tema "abuso sexual". Os participantes eram de baixa renda, com pouca escolaridade e já que a amostra era composta na grande maioria por mulheres, os dados sobre conhecimento acerca de abuso sexual correspondem a uma visão feminina do assunto. Os pais participantes responderam corretamente a maioria das questões, isto é, de acordo com o que relata a literatura sobre abuso sexual (por exemplo, Finkelhor, 1984; Friedrich, 1998; Padilha, 2002; Salvagni & Wagner, 2006; Veltman & Browne, 2001; Williams, 2002; Wolfe, 1998). Entretanto, alguns resultados podem ser

explorados em função da sua implicação para o planejamento de programas de prevenção.

As questões nas quais o grupo teve baixo repertório de informação foram: "o abuso sexual não precisa envolver contato físico" (30,1% de acertos); "o abuso sexual pode não ser praticado com violência física" (34,9% de acertos); "roupas curtas não causam abuso sexual" (31,7% de acertos); "o agressor não precisa usar drogas ou álcool para cometer abuso" (38,1% de acertos). De acordo com a literatura (Eisenstein, 2004), há comportamentos considerados abusivos, como expor a criança a ver situações de conteúdo sexual, que não implicam em contato físico. Da mesma forma, o abuso sexual pode ser praticado sem violência física, com o uso da sedução por parte do adulto (Williams, 2002). Esses resultados podem indicar que os participantes desconheciam que o abuso sexual é um fenômeno multideterminado, e atribuíam suas causas a variáveis que culpabilizam erroneamente a criança ou ao uso do álcool ou drogas. De fato, o senso comum dirige-se à simplificação de eventos complexos como o abuso sexual. Finkelhor (1984), entretanto, aponta o uso do álcool como um fator predisponente a dominar as inibições internas do agressor, mas somente se combinado a outros fatores considerados predisponentes, como condições sociais desfavoráveis, negligência nos cuidados com a criança e falta de repertório de autoproteção da criança.

O desempenho dos participantes também apresentou dificuldades na questão "não são apenas homens que praticam abuso sexual" (42,9%). Este dado é relevante por indicar que os pais poderiam, em tese, expor seus filhos a serem abusados por agressores do sexo feminino, não considerando que esta seria uma situação de risco. De acordo com Mendel (1995), as agressões sexuais de mulheres contra crianças podem chegar a 40% do total de agressões sexuais. Ramsey-Klawnsnik (1990) relatou que em

37% dos meninos de uma amostra de crianças abusadas, o abuso foi cometido por mulheres.

A respeito da punição ao agressor, uma parte considerável de pais (23,8%) achou que a comunidade deveria fazer justiça com as próprias mãos, embora a grande maioria soubesse que o abuso sexual é crime na lei brasileira (87,3%). Esse dado pode apontar para a incredulidade dos participantes no sistema judicial brasileiro quanto à punição de tal crime.

A população participante desta pesquisa mostrou conhecimento sobre abuso sexual de crianças. No entanto, seu repertório para ensinar aos filhos a se protegerem parece ser limitado, visto que comportamentos como a culpabilização das vítimas podem ocorrer. Na opinião dos respondentes, a educação sobre abuso sexual deve ser feita tanto pelos pais quanto pela escola e o fato de falar com as crianças sobre este tema não aumentaria sua curiosidade a ponto de fazê-las exporem-se a situações de risco. A escola foi apontada como fornecedora de informações sobre abuso. Os resultados mostraram a possibilidade de adesão dos pais desta comunidade a programas de prevenção primária de abuso sexual realizados com os filhos na escola.

Quando os pais dos estudantes foram convidados a dar sua autorização para participação dos filhos no estudo, nenhum se recusou. A adesão dos pais à realização do programa pode ter sido um efeito da exploração inicial feita por esta pesquisa, em virtude da sensibilização dos pais ao tema. Como afirmaram Trickett e Levin (1990), o pesquisador deve estar atento a questões éticas relacionadas à prevenção, interagindo com a comunidade em que a intervenção será realizada. Os levantamentos preliminares sobre conhecimento e opiniões podem ajudá-lo a adequar a intervenção ao repertório dos participantes.

Alguns fatores podem ter colaborado para a boa adesão dos pais: os locais (salões de igrejas, centros comunitários) ficavam próximos de suas residências, os encontros foram feitos aos sábados à tarde e houve o anúncio do lanche que era dado ao final. Além disto, os temas deste levantamento inicial foram ao encontro de interesses próprios da etapa de vida dos participantes, tanto pais quanto filhos - sexualidade e relações abusivas.

A Etapa 2 foi dedicada à Intervenção e à sua avaliação. Os resultados da Etapa 1 confirmaram a importância desta, na medida em que mostraram que os pais da comunidade em questão concordaram que a escola poderia ser fornecedora de informações sobre abuso sexual para os estudantes. Os resultados também forneceram a base para o planejamento da Etapa 2, quando confirmaram que são difundidas informações incorretas acerca de abuso sexual, como por exemplo, o abuso sexual não envolver contato físico e/ou não ser praticado com violência física. Tais informações foram objeto da intervenção realizada na Etapa 2.

CAPÍTULO 3

Etapa 2 - Aplicação e Avaliação do Programa de Prevenção de Abuso Sexual

A pesquisa teve a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSCar, protocolo n. 041/04 (Anexo 1), incluindo Etapa 1 e Etapa 2.

3.1. Diretrizes do Programa de Prevenção

O programa de prevenção primária avaliado neste estudo foi planejado tendo como meta o desenvolvimento do repertório de comportamentos de autoproteção dos participantes, com ênfase nos comportamentos: reconhecer a aproximação sexual inapropriada do adulto, discriminando o risco, resistir a induções, ou seja dizer "não", reagir rapidamente para deixar a situação e contar para alguém sobre o incidente.

Os dados apontados na literatura científica na área de abuso sexual permitiram delimitar as seguintes diretrizes para o desenvolvimento do programa:

1. Quanto ao envolvimento dos participantes: a participação de pais nas etapas iniciais do trabalho pode favorecer a adesão de seus filhos durante a aplicação do programa, já que pode sensibilizar os pais para a importância do tema "abuso sexual". Além disto, a participação de pais pode aumentar a sensibilidade do pesquisador para questões éticas decorrentes da participação dos pré-adolescentes e adolescentes. Ao serem convidados a dar sua opinião a respeito de como deve ser passada a informação sobre abuso sexual para os filhos, ou seja, pelos próprios pais ou pela escola, ou por ambos, esses comunicam ao pesquisador a disponibilidade da comunidade em aderir ao programa. Em decorrência, os temas podem ser propostos de forma a fortalecer interesses próprios da etapa de vida dos participantes, tanto dos pais quanto dos filhos, uma vez que sexualidade e relações abusivas são temas de interesse para ambos.

2. Quanto ao conteúdo da intervenção: o conhecimento sobre abuso sexual favorece a discriminação dos sinais de risco e inclui informações sobre como agir e quem são os agressores, quais as possíveis vítimas, como são as relações abusivas, incluindo tipos de aproximação, formação de segredo e as estratégias de manutenção do segredo por meio da imputação da culpa do abuso à vítima. O repertório de comportamentos de autoproteção está relacionado ao repertório de habilidades sociais, o participante aprende a ser assertivo e a tomar decisões adequadas no contexto das relações sexuais e sociais; a apresentação do tema “sexualidade” deve ser feita antes do tema “relações abusivas”. Qualquer pessoa tem o direito à defesa da sua intimidade corporal, permitindo apenas as aproximações físicas desejadas. A apresentação dos temas deve ser gradual, com uma introdução sobre Direitos Humanos e habilidades sociais, para depois introduzir o tema sexualidade, relações abusivas e maneiras de evitar vitimização sexual. A discriminação a ser alcançada é a de sinais de risco e não pessoas de risco, por observação de contingências ambientais relacionadas com perigo e não com regras baseadas em estereótipos.

3. Quanto ao formato da intervenção: a interação participativa em grupos pequenos favorece a adesão, assim como as oportunidades de esclarecer dúvidas sem se identificar. O repertório é instalado por meio de modelagem, modelação, ensaio comportamental e reforçamento social. O número de encontros deve possibilitar que o repertório de autoproteção seja trabalhado, sem que se torne cansativo para os participantes.

4. Quanto à condução: condutores do mesmo sexo dos participantes do grupo facilitam a auto-exposição para temas relacionados com sexualidade. Obedecer à seqüência de temas propostos dessensibiliza os participantes para a abordagem dos temas "abuso sexual" e "relações abusivas". Com pré-adolescentes e adolescentes a abordagem destes

temas pode ser feita gradualmente, à medida que emergem como questionamento do grupo. A linguagem a ser utilizada deve ser adaptada àquela própria do grupo. A audiência não punitiva facilita a emergência de questões mais delicadas relacionadas com sexualidade ou com revelação de um abuso em curso ou já sofrido; a audiência não punitiva deve ser ensinada aos participantes. As informações sobre sexualidade e relações abusivas são baseadas em literatura científica e não em juízos de valor ou embasamento em quaisquer doutrinas. É importante corrigir informações incorretas e incentivar os participantes a refletir sobre suas ações com base na ética e no respeito pelo ser humano.

3.2. Participantes

Participaram do Pré-teste e da intervenção 62 estudantes de duas turmas de sexta série do ensino fundamental, com idades entre 11 e 16 anos, sendo 30 do sexo feminino e 32 do sexo masculino. No Pós-teste houve a participação de 59 estudantes; no *Follow-up* foram 42, pois, dos 20 dos participantes do início da intervenção, quatro no Pós-teste ou no *Follow-up*, 10 foram transferidos de escola, e seis pararam de estudar.

Não foi possível fazer uma correspondência exata para que os alunos que participaram da Etapa 2 fossem filhos daqueles pais que responderam o questionário da Etapa 1, em função de mudanças no contingente escolar de um ano para outro.

3.3. Local

Os três encontros para aplicação de questionários e as sessões da intervenção aconteceram nas dependências da escola estadual citada acima, em salas de aula, biblioteca, sala de informática ou mesmo no pátio. A escolha desta escola para a

aplicação do programa deveu-se à sugestão de sua Diretora, estudante de graduação de psicologia à época em que foi realizada a Etapa 1.

3.4. Instrumento

Foi utilizado um questionário auto-respondido intitulado *Questionário sobre Fatores relacionados a Abuso Sexual*, elaborado pela pesquisadora (Anexo 4). A primeira parte do questionário contém 18 afirmações sobre características do abuso sexual, com três alternativas cada (verdadeiro, falso e não sei). Na segunda parte há 15 afirmações que descrevem situações que podem ou não ser consideradas abuso sexual, com a instrução de assinalar aquelas que são abuso sexual na opinião do respondente. Optou-se por usar o termo “abusador” no questionário, ao invés de agressor, pela proximidade com o termo “abuso sexual”. O questionário foi construído com base na descrição de comportamentos de autoproteção, conforme proposta por Wolfe (1998): reconhecer a aproximação sexual inapropriada do adulto, discriminando o risco, resistir a induções, ou seja, dizer "não", reagir rapidamente para deixar a situação e contar para alguém sobre o incidente. Assumindo que o conhecimento sobre abuso sexual favorece a discriminação dos sinais de risco, optou-se por considerá-lo como um fator; além disso, os comportamentos resistir a induções, ou seja, dizer "não" e reagir rapidamente para deixar a situação foram agrupados em um único fator. Portanto, as questões propostas medem quatro fatores: 1) *informações sobre abuso sexual* (questões 1, 2, 6, 8, 9, 11, 13, 16 e 18); 2) *discriminar situações de risco para abuso sexual* (questões 19 a 33); 3) *dizer "não" e deixar a situação* (questões 3, 4, 7, 10 e 12) e 4) *denunciar o abuso sexual* (5, 14, 15 e 17).

3.5. Procedimento

Os pais dos participantes deram seu consentimento através da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para Pais ou Responsáveis (modelo no Anexo 5).

Foram realizados ao todo treze encontros com os estudantes participantes, conduzidos pela pesquisadora com a ajuda de seis estudantes de graduação de Psicologia, que se revezavam como auxiliares. Os encontros se deram na seqüência: Pré-teste (aplicação do questionário), doze sessões para aplicação do programa (Intervenção), Pós-teste (aplicação do questionário) e *Follow-up* (aplicação do questionário).

3.5.1. Aplicações dos questionários

O Pré-teste foi realizado uma semana antes do início da Intervenção e o Pós-teste uma semana depois de encerrada a Intervenção. O *Follow-up* foi realizado 18 meses depois do Pós-teste.

Nas três aplicações dos questionários os participantes permaneceram em suas salas de aula, sem divisão de turmas. Cada participante ficou sentado em seu lugar habitual na sala de aula e recebeu o *Questionário sobre Fatores relacionados a Abuso Sexual* com a seguinte instrução:

“Este é um questionário sobre o conhecimento que cada um tem sobre abuso sexual. Leia com atenção cada afirmação. Na primeira parte avalie a afirmação e escolha uma das alternativas. Se você achar que a afirmação é correta, assinale ‘verdadeiro’, colocando um X dentro dos parênteses, e se achar que não é correta, assinale ‘falso’. Se não souber a resposta, assinale ‘não sei’. Na segunda parte, leia cada afirmação e avalie se pode ser considerada como abuso sexual. Se achar que sim, coloque um X entre os parênteses. Se achar que não, deixe em branco. Por favor coloque seu nome e sua idade no cabeçalho. Cada pessoa deve responder o seu. Podem começar. Quem terminar levante a mão para podermos recolher o questionário.”

Ao final do encontro de Pré-teste, foi feito um contrato de trabalho com cada turma para o início da Intervenção. Foi explicado o objetivo da Intervenção e a pesquisadora colocou-se à disposição para esclarecer dúvidas.

Nos encontros destinados a Pós-teste e *Follow-up*, foi aplicado novamente o *Questionário sobre Fatores relacionados a Abuso Sexual*, com as mesmas instruções da primeira aplicação e com o pedido de levarem a sério todos os conhecimentos adquiridos durante a Intervenção. Após a aplicação do Pós-teste, foi feita uma rápida confraternização, com a entrega de certificados de participação na Intervenção a todos os participantes do grupo (modelo no Anexo 6).

3.5.2. Intervenção

As sessões tiveram em média um intervalo de uma semana de uma para outra e aconteceram dentro de um período de doze semanas. Os professores das turmas não estiveram presentes às sessões.

Para as sessões da Intervenção, as duas turmas eram divididas, ou pela metade ou por sexo, dependendo dos objetivos da sessão. Os dois grupos provenientes de cada divisão eram colocados em ambientes diferentes e as sessões de cada grupo eram conduzidas por uma dupla composta da pesquisadora e um estudante de Psicologia ou por dois estudantes. Quando os grupos eram divididos por sexo, o grupo dos meninos era conduzido por um estudante de Psicologia do sexo masculino com a ajuda de uma colega e o grupo das meninas era conduzido pela pesquisadora com a ajuda de uma estudante de Psicologia. Cada sessão durava aproximadamente uma hora e meia com cada turma, sendo uma turma trabalhada antes do intervalo normal da escola e outra depois.

A Intervenção teve como base as sugestões de Goicoechea, Nañez e Alonso (2001) para a prevenção de abuso sexual com crianças. As sugestões de atividades foram adaptadas para as idades e a linguagem dos participantes deste estudo. A seqüência dos temas abordados foi: habilidades sociais, sexualidade, situações abusivas, habilidades de autoproteção. Esta seqüência foi escolhida por levar ao tema “abuso sexual” por aproximações, considerando que habilidades sociais e conhecimento sobre sexualidade são pré-requisitos para o entendimento de situações potencialmente abusivas e para a aquisição de habilidades de autoproteção (Fryer et al., 1987; Gordon e Schroeder, 1995; Robert, 2003). A Tabela 1 mostra o desenvolvimento das sessões com as respectivas atividades.

Sessão 1

Foi conduzida pela pesquisadora com a ajuda de uma acadêmica de Psicologia. Teve como objetivos a apresentação de todos os participantes, dos objetivos da Intervenção e da estrutura do trabalho, assim como uma discussão sobre direitos e deveres. As turmas não foram divididas. Na apresentação a pesquisadora discorreu novamente sobre os objetivos. Em seguida, propôs a apresentação em duplas, convidando os participantes a conversarem dois a dois cerca de cinco minutos sobre o que gostavam de fazer. No grande grupo cada participante apresentava o colega da dupla.

A segunda atividade foi feita em grupo: “Jogo dos direitos e das responsabilidades” (Goicoechea et al., 2001), no qual cada grupo foi instruído a discutir os direitos e responsabilidades das crianças e escrevê-los em cartelas coloridas, para cada direito uma responsabilidade. A instrução incluiu o comentário de que a criança que conhece os seus direitos assume do mesmo modo suas responsabilidades.

A última atividade foi o teste sociométrico (Bustos, 1979). Cada participante respondeu a duas perguntas: escolha alguém nesta turma com quem você gostaria de fazer trabalhos de escola; escolha alguém nesta turma com quem você não gostaria de fazer trabalhos de escola. As respostas foram escritas por cada um em folhas de papel sulfite e entregues à pesquisadora. Foram instruídos a não comentarem suas respostas.

Tabela 4: Desenvolvimento das sessões da intervenção para prevenção primária de abuso sexual.

Tema principal	Objetivos	Atividades
1 Apresentação/ Descontração do grupo	Apresentar-se uns aos outros.	Apresentação em duplas; “Jogo dos Direitos e das Responsabilidades”; teste sociométrico.
2 Habilidades sociais	Identificar os Direitos das Crianças e das pessoas em geral.	“Direitos humanos e interpessoais” .
3 Habilidades sociais	Identificar conceitos de empatia, assertividade.	“Nem passivo, nem agressivo: assertivo!”
4 Sexualidade	Identificar o próprio corpo, partes públicas e privadas.	Filme “O que está acontecendo comigo”.
5 Sexualidade	Identificar contatos apropriados e inapropriados.	“História coletiva oral.”
6 Situações abusivas	Identificar situações abusivas.	Exposição sobre o ECA; discussão - sessão anterior.
7 Situações abusivas	Discriminar situações potencialmente perigosas.	“Pensar e decidir”; “Bons e maus segredos”.
8 Habilidades de autoproteção	Discriminar situações perigosas de não perigosas, nas nuances das situações (quando há dúvidas sobre o perigo potencial).	“Pensar e decidir” (abuso x afeto) ; “Bons e maus segredos”; “Jogo da auto-estima”.
9 Habilidades de autoproteção	Responder assertivamente ao possível agressor, deixar a situação, pedir ajuda, apoiar colegas que precisem de ajuda.	Aula expositiva; exibição de um trecho do vídeo “Crianças maltratadas”.
10 Habilidades de autoproteção	Responder assertivamente ao possível agressor, deixar a situação, pedir, ajuda, apoiar colegas que precisem de ajuda.	Dramatização da “História de Rosinha”.

Sessão 2

Teve como objetivo levar os participantes a identificar os Direitos das Crianças e das pessoas em geral e a comunicação bem sucedida. As turmas foram divididas segundo a afinidade entre os participantes. Os participantes foram convidados a se reunir em grupos com colegas com quem tinham afinidade. Os grupos foram colocados em duas salas, com aproximadamente quinze participantes em cada sala.

A atividade proposta foi “Direitos humanos e interpessoais” (Del Prette & Del Prette, 2001). Os condutores dos grupos explicaram que existem os Direitos Humanos, que existem os direitos interpessoais, e que estes são decorrentes dos direitos humanos. Os participantes foram então divididos aleatoriamente em três grupos de cinco estudantes e cada grupo escolheu quatro direitos com a instrução de criar histórias para serem encenadas como peças de teatro ao final da sessão. As histórias foram encenadas e discutidas.

Os direitos trabalhados foram:

1. O direito de ser tratado com respeito e dignidade.
2. O direito de recusar pedidos (abusivos ou não) quando achar conveniente.
3. O direito de mudar de opinião.
4. O direito de pedir informações.
5. O direito de cometer erros por ignorância e buscar reparar as faltas cometidas.
6. O direito de ter suas próprias necessidades e vê-las consideradas tão importantes quanto às necessidades dos demais.
7. O direito de ter opiniões e expressá-las.
8. O direito de ser levado a sério.
9. O direito de estar só quando desejar.

10. O direito de fazer qualquer coisa desde que não viole os direitos de alguma outra pessoa.
11. O direito de defender aquele que teve o próprio direito violado.
12. O direito de respeitar e defender a vida e a natureza.

Sessão 3

Esta sessão também focou os direitos das pessoas em geral e das crianças, além do treinamento em empatia, habilidades de comunicação e assertividade. Foi realizada a mesma divisão de grupos da sessão anterior. A atividade proposta foi o exercício “Nem passivo, nem agressivo: assertivo!” (Del Prette & Del Prette, 2001). Como aquecimento para a tarefa, os coordenadores dos grupos dramatizaram uma situação de briga, na qual era dada uma reprimenda injusta e a pessoa injustiçada teria que se defender. Na primeira vez o injustiçado foi inassertivo, na segunda agressivo e na terceira, assertivo. A cada nova dramatização, o coordenador que fazia o papel de injustiçado saía da sala e o coordenador que ficava dizia "vamos começar tudo outra vez". Foi explicada a diferença entre as três reações e seus respectivos nomes escritos no quadro negro.

Cada turma foi, então, dividida em três grupos. Os meninos e as meninas formaram os grupos aleatoriamente. Foi dada a cada grupo uma situação para dramatizarem cada uma das três opções. Os outros grupos teriam que sinalizar qual era a atitude assertiva, a inassertiva e a agressiva, usando os cartões: vermelho para agressiva, verde para assertiva e amarelo para inassertiva. Foi solicitado que os alunos pensassem sobre as conseqüências de cada alternativa para a pessoa e para seus relacionamentos. Ao final, as situações foram discutidas em semicírculo, com a introdução do tema “sexualidade e assertividade”.

As situações propostas (Del Prette & Del Prette, 2001) foram:

Situação 1

Um estudante consegue adquirir um livro indicado pelo professor. Ao dirigir-se para um local sossegado para iniciar seus estudos, encontra um colega que, vendo o livro em sua mão, solicita-o por empréstimo. Ele então:

Opção A: “Este livro? Sei... Você precisa dele? Bem... é que eu ia estudar... Mas se for por pouco tempo... Então tá, pode levá-lo.”

Opção B: “Gostaria de emprestá-lo, mas vou ter que estudar hoje e amanhã para a prova. Sinto, desta vez não vai ser possível.”

Opção C: “Negativo, cara! Vou estudar e, além disso, tenho cara de biblioteca???”

Situação 2

Antonia foi injustamente criticada pelo seu chefe por falhas que não foram de sua responsabilidade. Um colega aproveita também para criticá-la e olha para os colegas esperando aprovação.

Você:

Opção A: “Qual a sua, heim? Em primeiro lugar, você não tem moral para estar criticando ninguém. Em segundo lugar, não se chuta cachorro morto. Em terceiro lugar, chega de conversa fiada.”

Opção B: “Bem, não sei se concordo... Vai ver que você tem razão... Talvez... Olha, acho melhor a gente deixar as coisas como estão... Vai que piora, né?”

Opção C: “Eu não concordo com suas críticas. A Antonia é uma pessoa merecedora de respeito. Creio que o gerente está mal informado. Sugiro que a gente vá esclarecer isso com ele, tão logo seja possível. Eu me prontifico a ir, sozinho ou com outros colegas.”

Situação 3

Paulo compra uma mercadoria e ao chegar em casa percebe que ela está com defeito.

Dirige-se à loja e:

Opção A: “Olha, a mercadoria... Dá para o senhor trocar... Parece estar com defeito...

Bem, eu não quero ser chato... Minha mulher, sabe como é... Ela, ela...”

Opção B: “Hei mocinha, onde foi parar o controle de qualidade da loja? Ninguém viu que a peça está com defeito? Quero outra já e rápido!!!”

Opção C: “É o senhor quem resolve sobre a troca de produto com defeito? É que este que me entregaram tem problema. Faça-me o favor de trocá-lo, bem rapidinho, que estou com muita pressa.”

Sessão 4

O objetivo desta sessão foi explorar o conhecimento dos participantes sobre o próprio corpo, sobre a sexualidade, partes públicas e privadas. No início da sessão, meninos e meninas ficaram na mesma sala. Foi feito o seguinte aquecimento: os participantes foram instruídos a sentar, relaxar, fechar os olhos, imaginarem que estavam na frente do espelho se olhando e imaginar as partes do corpo de que mais gostavam e que menos gostavam. Em seguida escrever num pedaço de papel, de maneira anônima.

Após entregarem os pedaços de papel, foi exibido o filme “O que está acontecendo comigo” (Smalwood e Walsh, 1986), para a turma toda de alunos. O filme mostra o crescimento de meninas e meninos, o despertar do interesse pelo sexo, os diversos fenômenos de natureza sexual que podem ocorrer durante a adolescência. Após a exibição do filme, as turmas foram divididas por sexo, meninas em um grupo

(conduzido por duas mulheres) e meninos em outro (conduzidos por um casal). A partir daí os participantes ficaram em salas diferentes.

Foi proposta uma discussão sobre os temas do filme, com atenção aos seguintes tópicos: puberdade, mudanças no corpo, mudanças nos órgãos sexuais, menstruação, excitação sexual, poluções noturnas, masturbação. No encerramento foi sugerido que se houvesse alguma pergunta a mais, o participante poderia fazê-la de forma anônima, colocando-a escrita em um papel dentro de uma pequena urna disponibilizada pelos condutores.

Sessão 5

Esta sessão teve o objetivo de identificar contatos corporais apropriados e inapropriados. A divisão de alunos foi feita por sexo e um aquecimento foi proposto para descontração dos grupos, com duas brincadeiras: “eu vou à lua e vou levar...” (escolher uma letra para iniciar as palavras que vão à lua), e “passar os lápis cruzados”, na qual as pernas deveriam imitar a posição dos lápis.

A partir daí foram retomadas as questões de sexualidade propostas no último encontro. Foram discutidos os temas: puberdade, mudanças no corpo, mudanças nos órgãos genitais, menstruação, excitação sexual, poluções noturnas, masturbação e outros.

Na continuidade foi proposta a atividade “História coletiva oral (baseado em Del Prette & Del Prette, 2001): os participantes foram colocados em círculo. A história inicial foi lida e o primeiro do semicírculo continuava a história, falando alguma coisa. Foram feitas duas rodadas. Os participantes foram deixados à vontade para criar o que quisessem. A história foi a seguinte: “Augusto (para os meninos) era um menino muito

inteligente. Certa vez estava jogando futebol no sábado à tarde com os amigos. O jogo terminou e todos foram embora. Já eram seis horas da tarde. Augusto ia pegar o caminho para casa, só que resolveu pegar um atalho, para economizar tempo. Era um atalho onde não passava ninguém. Mas de repente pulou na frente de Augusto um homem com cara de mau-encarado, com o zíper aberto e o pênis duro.” Para as meninas o personagem era do sexo feminino, chamava-se Augusta e jogava vôlei.

Ao final da atividade foi entregue um pedaço de papel para cada participante com a pergunta para ser respondida: “o que você acha que é uma situação abusiva? Dê um exemplo.” Os papéis foram recolhidos e a sessão foi encerrada.

Sessão 6

Esta sessão teve como objetivo discutir as situações abusivas - violência, maus-tratos, abuso sexual, segredos, culpabilidade, situações de risco, o agressor, a vítima. Foi proposto um treinamento de habilidades de discriminação de situações potencialmente perigosas, respostas não esperadas e inapropriadas por parte de adultos e de pares.

A divisão de turmas foi feita por sexo. A primeira atividade proposta foi uma explanação sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990) e uma montagem em cartolina sobre seu conteúdo no que se refere a situações abusivas contra crianças e adolescentes. As montagens feitas pelos participantes foram comentadas.

A atividade a seguir propôs o reconhecimento de dominação e manipulação. Foi explicada a diferença entre usar a força física e seduzir, ou seja, contar mentiras, “enrolar” a pessoa, enganá-la para conseguir o que quer. Foram discutidos os exemplos de situação abusiva dados na sessão anterior de forma anônima. As perguntas foram lidas pelos condutores e solicitado que os participantes colocassem o que achavam que

era abusivo e o que era violência. Comentou-se que, assim como há sexualidade saudável, também há situações abusivas com relação à sexualidade. Não foi feito *role-playing* neste encontro.

No encerramento foi pedido que os alunos comentassem sobre possíveis situações abusivas que eles conhecessem e que teriam oportunidade de comentá-las em particular, se assim o quisessem.

Sessão 7

O objetivo desta sessão foi discutir situações potencialmente perigosas. Os grupos foram divididos por sexo. A atividade proposta foi “Pensar e decidir” (Goicoechea, Nañez e Alonso, 2001). Foi dado aos participantes um pedaço de papel com um quadro impresso e a seguinte consigna foi dada oralmente: “das situações descritas abaixo, assinale quais as que você considera abusivas, e quais têm a ver com demonstrar afeto. Não precisa colocar seu nome.” Foi informado aos participantes que as questões seriam comentadas na próxima sessão. As situações foram as seguintes:

- Minha mãe me abraça.
- Alguém tenta tocar meus genitais (pênis ou vagina) sem meu consentimento.
- Meu pai me dá beijos todos os dias.
- Meus amigos me acariciam o cabelo.
- Um adulto me mostra seus genitais.
- Tomo banho com meus pais.
- Alguém passa a mão na minha bunda no ônibus.
- Um desconhecido me oferece dinheiro para fazer fotos sem roupa.
- Um adulto me convida para assistir a um filme pornográfico.

A seguir os grupos foram divididos em grupos menores e cada um recebeu tiras de papel onde estavam escritas afirmações a respeito de agressões sexuais. Os grupos deveriam discutí-las e depois, no grande grupo, dizer se um novo conjunto de afirmações era verdadeiro ou falso. As afirmações eram as seguintes:

- Um abuso sexual é quando alguém toca partes íntimas de seu corpo sem seu consentimento.
- Os abusadores costumam enganar crianças e adolescentes com falsas promessas.
- Em um abuso sexual, o abusador utiliza a força e a violência.
- Todos devemos aprender a nos proteger contra abuso sexual.
- Os abusadores são sempre pessoas desconhecidas.
- As pessoas que são abusadoras são doentes que precisam de ajuda.
- Qualquer pessoa pode ser um abusador.
- Os meninos e as meninas maiores que eu também podem ser abusadores.
- Os meninos e até os adolescentes também podem ser vítimas de abuso sexual.
- Meninos e meninas são culpados por sofrerem abuso.
- Se fui ameaçado ou se fui vítima de abuso, devo me dirigir a um adulto de confiança e lhe contar.
- O abuso sexual pode ser praticado por alguém que a gente conhece muito bem e não imagina que poderia abusar.

De forma similar à atividade anterior, foi feita a seguir a atividade “Bons e maus segredos” (Goicoechea, Nañez e Alonso, 2001). As afirmações foram as seguintes:

- Nossa mãe nos pede que não contemos a nosso pai que ela lhe comprou um presente.
- Uma amiga nos explica que um menino maior lhe faz coisas desagradáveis.
- Seus pais estão preparando uma festa surpresa para sua irmã maior.

- Um senhor mais velho lhe dá presentes quando acaricia você e pede para não contar a ninguém.
- Um amigo lhe conta que gosta de uma menina da mesma sala.
- Um desconhecido lhe propõe lhe dar dinheiro por fazer fotos sem roupa, mas você não pode contar a ninguém.
- Um familiar acaricia partes íntimas do seu corpo e pede que este seja o segredo entre vocês.
- Um desconhecido lhe mostra seus genitais com a condição que você não conte a ninguém.
- Sua amiga lhe conta que o tio dela pega nas partes íntimas dela toda vez que vai na casa dela. Pede para ela não contar nada para os pais dela e não sabe o que fazer.
- Um colega de classe passa a mão em você e ameaça de te bater se você contar para alguém.

Ao final da sessão foi solicitado que refletissem sobre as seguintes questões: quando se tem um segredo, para quem contar? Quem são os adultos confiáveis (pais não abusadores, professoras ou outro adulto confiável)?

Sessão 8

Esta sessão teve como objetivo levar os participantes a discriminar as situações perigosas das não perigosas, nas nuances das situações (quando há dúvidas sobre o perigo potencial). As turmas foram divididas por sexo. Depois disso, o resultado da atividade “Pensar e decidir” feita na sessão anterior, foi explanado e as dúvidas foram tiradas. Como ambos os grupos de meninas não terminaram a discussão da sessão anterior, foi dada continuidade para elas nesta atividade.

Para os grupos dos meninos, foi trabalhada a atividade “Pensar e decidir” e proposta mais uma atividade, exclusiva para eles, chamada “Jogo da auto-estima” (Goicoechea, Nañez e Alonso, 2001). Consistiu em perguntar ao grupo se sabiam o que é auto-estima. Foi explicado que auto-estima é:

- a forma como a pessoa se sente a respeito de si mesma
- que está estreitamente relacionada com nossa família e meio ambiente
- a cada dia enfrentamos situações que afetam o modo como nos sentimos a respeito de nós mesmos
- se brigamos com amigos ou alguém da família, isso afeta a auto-estima

Entregou-se uma folha de papel para cada participante e foi dito que ela representava a auto-estima. Os condutores leram uma lista de situações que poderiam ocorrer, afetando a auto-estima e explicaram que cada vez que lessem uma frase, os participantes deveriam arrancar um pedaço do papel na mesma proporção em que a situação afetaria a sua auto-estima. Foi dado um exemplo com a primeira frase. As frases foram as seguintes:

- Você tirou notas ruins em um trabalho.
- Seu professor o criticou na sala de aula na frente de todo mundo.
- Um grupo de amigos íntimos não o convidou para jogar bola.
- Seu pai xingou você.
- Uma briga com uma menina que você acha interessante.
- Um amigo revelou um segredo que você contou a ele.
- Surgiu um boato ruim sobre você, dizendo que você abusou de uma menina.
- Um vizinho pediu que você fizesse um “boquete” nele.
- Há um cara perto da sua casa que vive dizendo que quer “comer” você.

- Tem um tio seu que já lhe fez propostas de fazer sexo com você e lhe dar dinheiro por isso.

Foi explicado que poderiam recuperar a auto-estima, por meio de situações melhores, usando os pedaços do papel também, só que reunindo os pedaços cortados da folha anterior. Foram lidas as seguintes frases:

- Algum colega de escola lhe pediu conselhos sobre alguma coisa importante.
- Seu professor o elogiou em sala de aula.
- Seus amigos disseram que você é bem legal.
- Seus pais levaram você para um passeio bem legal.
- Aquela menina que você acha interessante começou a olhar de forma interessada para você.
- Seu amigo veio lhe contar um segredo e pediu a você que o guardasse, não contasse para ninguém, pois ele confia em você.
- Uma menina veio lhe contar, como amiga, que tem um outro menino que quis abusar dela.
- Você respondeu àquele vizinho que lhe pediu o “boquete” que você iria denunciá-lo à polícia.
- Você respondeu ao cara que disse que iria “comer” você que você não iria deixar isso acontecer.
- Você contou a seu pai que o tal tio lhe fez propostas se fazer sexo e lhe dar dinheiro por isso.

Foram discutidas as situações surgidas e clarificados os modos de atuação, mostrando que é preciso denunciar aos adultos confiáveis as condutas inadequadas de outros adultos.

Sessão 9

Nesta sessão os participantes foram colocados na mesma sala e a pesquisadora fez uma exposição oral sobre abuso sexual, com o auxílio de transparências. O objetivo foi clarificar questões ainda não explicadas sobre o abuso e debater o repertório de responder assertivamente ao possível agressor, deixar a situação, pedir ajuda e apoiar colegas que precisem de ajuda em situações abusivas. Ao final, houve oportunidades para os participantes fazerem perguntas. Os temas da exposição oral foram: tipos de maus-tratos contra crianças, conseqüências dos maus-tratos, abuso sexual, incesto, comportamentos do agressor, conseqüências do abuso sexual para a vítima e para a família, mitos em relação ao abuso sexual, comportamentos de autoproteção. O Anexo 7 mostra o conteúdo da exposição, que foi feita em linguagem acessível aos participantes.

Após esta exposição, foi passado um breve trecho (aproximadamente dez minutos) de programa do Globo Repórter (Central Globo de Produções, 2000) sobre violência contra crianças e adolescentes, enfatizando a violência sexual. O trecho em questão mostrava o depoimento de uma adolescente e de seus pais sobre a situação da qual a adolescente foi vítima. Quando ia à casa de uma amiga, o pai da amiga tinha comportamentos de sedução em relação a ela, que culminaram com convites para ir ao banheiro com ele. Nestas idas ao banheiro o agressor cometia o abuso sexual. O caso foi descoberto porque a menina começou a receber telefonemas do agressor em casa e a empregada da casa percebeu e contou para os pais. Neste caso em particular, os pais apoiaram a menina e denunciaram o agressor. Foi então solicitado que os participantes respondessem a algumas perguntas, individualmente e anonimamente, colocando apenas se eram do sexo feminino ou masculino. As perguntas foram as seguintes: “Você acha que a adolescente percebeu o risco que ela estava correndo? Como ela poderia ter dito para o abusador que não queria ir ao banheiro com ele? O que a adolescente poderia

fazer quando já estava no banheiro com o abusador? Para quem ela poderia ter contado?”

No final da sessão, foi lida a *História de Rosinha* elaborada pela autora (Padilha, 2001), em versão modificada. Na versão original o agressor era o pai e nesta versão apresentada a estes grupos o agressor era um tio (Anexo 8).

A sessão foi encerrada com o pedido para refletirem sobre as seguintes questões: “O que Rosinha sentiu nesta situação? Por que não contou para a mãe? O que ela poderia ter feito para evitar o que aconteceu? Como será que a história continua?”

Sessão 10

Esta sessão também teve como objetivo o objetivo clarificar questões ainda não explicadas sobre o abuso e treinar o repertório de responder assertivamente ao possível agressor, deixar a situação, pedir ajuda e apoiar colegas que precisem de ajuda em situações abusivas. As turmas não foram divididas e os meninos e meninas permaneceram na mesma sala. Foi proposta uma gincana, com a *História de Rosinha* (Padilha, 2001, versão modificada – Anexo 8), com a seguinte instrução:

“Vamos fazer uma gincana. Vamos dividir o grupo em dois e os grupos terão que realizar uma tarefa. Depois a tarefa será avaliada pela turma toda. Vocês lembram da história que vimos na outra vez? A menina foi abusada sexualmente pelo tio. Só que agora vai ser o personagem vai ser o Alvaro, em vez da Rosinha. E ele não vai ser abusado porque vocês vão mudar a história. Cada grupo vai inventar uma dramatização que deve conter, a partir de onde a história termina, os quatro comportamentos de autoproteção: perceber o risco, dizer não, sair correndo ou sair da situação, contar para um adulto confiável. As dramatizações serão avaliadas pela turma toda e o grupo que ganhar as maiores notas da turma vai ganhar um prêmio a ser entregue durante a festa no nosso último encontro. Continuem a história daqui, mostrando como Álvaro vai evitar o abuso sexual, usando os quatro comportamentos de autoproteção.”

Após as dramatizações e as avaliações, as histórias criadas pelos grupos foram discutidas.

3.6. Procedimentos para análise dos dados

3.6.1. Análise dos resultados dos questionários

O Pacote Estatístico para Ciências Sociais (SPSS/PC+8.0) foi utilizado para analisar os dados coletados por meio do *Questionário sobre Concepções acerca de Abuso Sexual Infantil*, respondido pelos pais, e do *Questionário sobre fatores relacionados ao Abuso Sexual*, respondido pelos estudantes no Pré-teste, Pós-teste e Follow-up. A análise dos dados dos estudantes nesta pesquisa ficou restrita a 42 participantes que responderam a todas as aplicações dos questionários.

Foram elaboradas tabelas de frequência para as perguntas do questionário respondido pelos pais, com o objetivo de avaliar o conhecimento dos pais sobre abuso sexual e conhecer suas opiniões acerca de como deveria ser feita a educação sobre os riscos de abuso sexual. Todas as questões foram transformadas em certo ou errado, considerando-se as alternativas "concordo totalmente", "concordo parcialmente", "discordo totalmente" e "discordo parcialmente". O "não sei" foi considerado como resposta errada. As respostas corretas coincidiam com as alternativas da categoria "concordo", na maioria das questões, exceto nas seguintes: 1, 2, 4, 5, 7, 11, 14, 15, 22, 25, 26, 34 e 38. Essas questões continham afirmativas erradas e, para a elaboração das tabelas de frequências, foram transformadas em afirmativas que são corretas, de maneira que as porcentagens apresentadas nas tabelas correspondem aos acertos em cada questão.

Para a análise do questionário respondido pelos estudantes, foram adotados os seguintes procedimentos:

1. Todas as questões foram transformadas em certo ou errado. A alternativa “não sei” foi considerada errada.

2. Foram calculados os escores totais de cada participante, para cada aplicação do questionário.
3. Foram calculados os escores totais de cada fator, para cada participante, nas três aplicações.

Fator	Questões
Informações sobre abuso sexual	1, 2, 6, 8, 9, 11, 13, 16, 18
Discriminar situações de risco para abuso sexual	19 a 33
Dizer não e deixar a situação	3, 4, 7, 10, 12
Denunciar o abuso sexual	5, 14, 15, 17

4. Os escores dos fatores foram padronizados de 0 a 10, pois cada fator foi composto por um número diferente de questões.
5. Foram realizadas comparações entre as três coletas de dados para cada questão individualmente, com o Teste Não-paramétrico de McNemar, a um nível de significância de $p < .05$.
6. Foram realizadas comparações entre as três coletas de dados para cada fator e do escore total, com Teste Não-paramétrico de Wilcoxon, a um nível de significância de $p < .05$.

3.6.2. Análise das sessões da Intervenção

Os dados coletados nas sessões de Intervenção foram sintetizados de maneira que o processo de instalação do repertório de comportamentos de autoproteção pudesse ser evidenciado, apontando-se indicadores favoráveis e contrários ao objetivo da Intervenção e ao objetivo de cada sessão, assim como indicadores de possível contato com situações de violência e abuso sexual.

3.7. Resultados

3.7.1. Desempenho dos estudantes no questionário

Os resultados abaixo se referem aos 42 estudantes que participaram das três aplicações dos questionários: Pré-teste, Pós-teste e *Follow-up*, respondendo o *Questionário sobre Fatores relacionados a Abuso Sexual*.

Com relação ao escore total obtido no questionário, 95,2% (n=40) dos participantes melhoraram seu escore do Pré-teste (antes da Intervenção) para o Pós-teste (ao final da Intervenção). Os dois participantes que tiveram desempenho menor no Pós-teste em relação ao Pré-teste repetiram o desempenho menor também no *Follow-up* (18 meses após o Pós-teste e 21 meses após o Pré-teste). Entre o Pós-teste e o *Follow-up*, 73,8% dos participantes mantiveram o escore melhorado, ou seja, o desempenho não piorou nos 21 meses após a primeira aplicação do questionário. Porém, entre o Pós-teste e o *Follow-up* houve um decréscimo no desempenho de 66,6% dos participantes. As porcentagens de acertos dos 42 participantes que estiveram presentes nas três coletas de dados são mostrados no Anexo 9, assim como as porcentagens de acertos dos que não participaram de todas as coletas.

A Tabela 5 mostra as médias dos escores do grupo todo. A análise estatística das médias dos escores gerais do grupo mostrou que as mudanças apresentadas entre Pós-teste e Pré-teste, entre *Follow-up* e Pré-teste e entre *Follow-up* e Pós-teste foram estatisticamente significativas, ou seja, o desempenho geral do grupo melhorou após a Intervenção e manteve-se após 18 meses, embora tenha decaído da segunda para a terceira aplicação.

Tabela 5

Médias dos escores totais apresentados nas três aplicações do *Questionário sobre Fatores relacionados a Abuso Sexual*.

	Pré-teste	Pós-teste	Follow-up
Escore total	23,04	27,97*	25,61 * #

* mudanças significativas em relação ao Pré-teste, Teste não-paramétrico Wilcoxon ($p < .05$)

mudanças significativas em relação ao Pós-teste, Teste não-paramétrico Wilcoxon ($p < .05$)

A seguir será apresentada a análise estatística dos quatro fatores medidos no *Questionário sobre Fatores relacionados a Abuso Sexual*. Cada fator e suas questões foram analisados separadamente. Ao final serão apresentados os dados gerais.

1) Fator Informações sobre abuso sexual¹:

A Figura 3 mostra a evolução da média dos escores no fator “Informações sobre abuso sexual” ao longo do estudo.

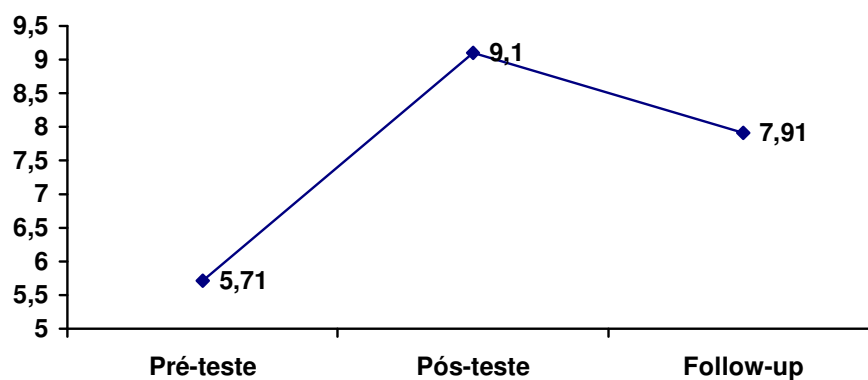


Figura 3. Média da escala padronizada “Informações sobre abuso sexual” nas três coletas de dados (n=42).

¹ questões 1, 2, 6, 8, 9, 11, 13, 16, 18

Tabela 6

Porcentagem de respostas corretas nas questões de "Informações sobre abuso sexual" ao longo do estudo (n=42).

Questões	% respostas corretas Pré-teste	% respostas corretas Pós-teste	% respostas corretas Follow-up
Em um abuso sexual o agressor usa sempre a força e violência.	2	76*	31* #
Os abusadores costumam enganar as crianças ou adolescentes com falsas promessas.	83	95	90
As pessoas que cometem abuso sexual sempre são pessoas desconhecidas daquele que sofreu abuso.	38	88*	88*
Apenas os homens abusam sexualmente.	45	100*	85* #
Pessoas que têm bastante dinheiro não abusam sexualmente.	71	88	78
Apenas crianças ou adolescentes do sexo feminino são vítimas de abuso sexual.	57	95*	90*
Adolescentes (do sexo masculino ou feminino) também podem ser agressores sexuais.	71	97*	85
Se a criança ou adolescente usar roupas que não mostrem partes do seu corpo, não vai sofrer abuso sexual.	76	88	78
Uma criança ou adolescente pode ser abusada(o) sexualmente por um adulto de quem gosta muito.	69	90*	83

* mudanças significativas na média em relação ao Pré-teste, Teste não-paramétrico McNemar ($p < .05$)

mudanças significativas em relação ao Pós-teste, teste não-paramétrico McNemar ($p < .05$)

As questões do Fator "Informações sobre abuso sexual" (Tabela 6) cujo resultado teve mudança estatisticamente significativa na porcentagem de acertos do Pós-teste em relação ao Pré-teste, do *Follow-up* em relação ao Pré-teste foram: “em um abuso sexual o agressor usa sempre a força e violência”; “apenas os homens abusam

sexualmente”; “as pessoas que cometem abuso sexual sempre são pessoas desconhecidas daquele que sofreu abuso”; “apenas crianças ou adolescentes do sexo feminino são vítimas de abuso sexual”. Nas duas primeiras o desempenho teve uma queda estatisticamente significativa do *Follow-up* em relação ao Pós-teste.

Em duas questões a mudança foi significativa apenas entre o Pós-teste e o Pré-teste, mas não se manteve no *Follow-up*: “adolescentes (do sexo masculino ou feminino) também podem ser agressores sexuais”; “uma criança ou adolescente pode ser abusada(o) sexualmente por um adulto de quem gosta muito”.

As questões em que as mudanças de escore não foram estatisticamente significativas foram: “os abusadores costumam enganar as crianças ou adolescentes com falsas promessas”; “pessoas que têm bastante dinheiro não abusam sexualmente”; “se a criança ou adolescente usar roupas que não mostrem partes do seu corpo, não vai sofrer abuso sexual”.

2) Fator Discriminar situações de risco para abuso sexual²:

A Figura 4 mostra a evolução das médias deste fator ao longo do estudo.

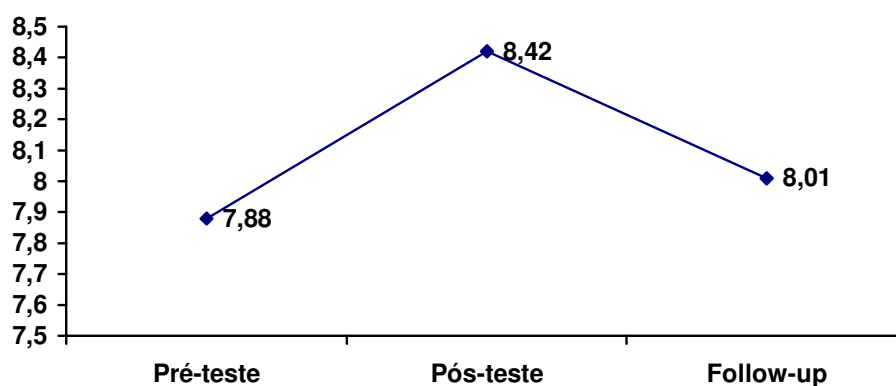


Figura 4. Média da escala padronizada “Discriminar situações de risco para abuso sexual” nas três coletas de dados (n=42).

² questões 19 a 33.

Tabela 7

Porcentagem de respostas corretas nas questões de “Discriminar situações de risco para abuso sexual” ao longo do estudo (n=42).

Questões	% respostas corretas Pré-teste	% respostas corretas Pós-teste	% respostas corretas Follow-up
Uma amiga explica que um menino maior lhe faz coisas desagradáveis.	95	95	78* #
A tia abraça o sobrinho.	100	100	100
Uma amiga conta que um homem lhe ofereceu dinheiro para fazer fotos sem roupa.	95	97	95
Um homem mais velho deu um presente para sua amiga e disse para não contar a ninguém.	14	40*	45*
Os amigos acariciam o cabelo de um menino.	95	85	88
Um colega mais velho passou a mão no bumbum de uma menina e a ameaçou de surrá-la se ela contasse a alguém.	95	95	93
Um desconhecido passa a mão no bumbum de uma menina no ônibus.	90	92	80
Um rapaz maior oferece dinheiro a um menor para ir com ele tomar banho.	95	97	100
Um adulto mostra seus genitais para uma criança que não conhece.	88	100	97
Uma desconhecida convida um menino para entrar num carro para dar uma volta.	71	71	66
Uma menina abraça um amigo.	97	100	97
Um desconhecido pega na mão de uma menina.	42	54	38
Alguém diz coisas grosseiras para uma menina ou para um menino.	19	38	26
Um homem velho oferece uma bala a uma menina para tocar seu corpo.	95	97	100
Um adulto oferece dinheiro a um menino para fazer fotos dele sem roupa.	88	97	95

* mudanças significativas na média em relação ao Pré-teste, Teste não-paramétrico McNemar (p <.05)

mudanças significativas em relação ao Pós-teste, teste não-paramétrico McNemar (p <.05)

Das quinze questões do fator "Discriminar situações de risco para abuso sexual", nove tiveram acerto acima de 90% já na primeira aplicação: "uma amiga explica que um menino maior lhe faz coisas desagradáveis"; "a tia abraça o sobrinho"; "uma amiga conta que um homem lhe ofereceu dinheiro para fazer fotos sem roupa"; "os amigos acariciam o cabelo de um menino"; "um colega mais velho passou a mão no bumbum de uma menina e a ameaçou de surrá-la se ela contasse a alguém"; "um desconhecido passa a mão no bumbum de uma menina no ônibus"; "um rapaz maior oferece dinheiro a um menor para ir com ele tomar banho"; "uma menina abraça um amigo"; "um homem velho oferece uma bala a uma menina para tocar seu corpo". Na questão "uma amiga explica que um menino maior lhe faz coisas desagradáveis" houve um decréscimo estatisticamente significativo na porcentagem de acertos no *Follow-up*, tanto em relação ao Pré-teste quanto ao Pós-teste.

Três questões tiveram resultados baixos na primeira aplicação. Na questão "um homem mais velho deu um presente para sua amiga e disse para não contar a ninguém", a porcentagem inicial de acertos foi baixa e o aumento estatisticamente significativo se deu tanto no Pós-teste quanto no *Follow-up*. Nas outras duas, "um desconhecido pega na mão de uma menina" e "alguém diz coisas grosseiras para uma menina ou para um menino", a porcentagem de acertos ficou baixa nas três aplicações.

As outras três questões deste fator, "um adulto mostra seus genitais para uma criança que não conhece", "uma desconhecida convida um menino para entrar num carro para dar uma volta", "um adulto oferece dinheiro a um menino para fazer fotos dele sem roupa", apresentaram porcentagem inicial de acertos acima de 70%, porém sem mudanças estatisticamente significativas nas duas outras aplicações.

3) Fator Dizer "não" e deixar a situação³:

A Figura 5 mostra a evolução das médias deste fator ao longo do estudo.

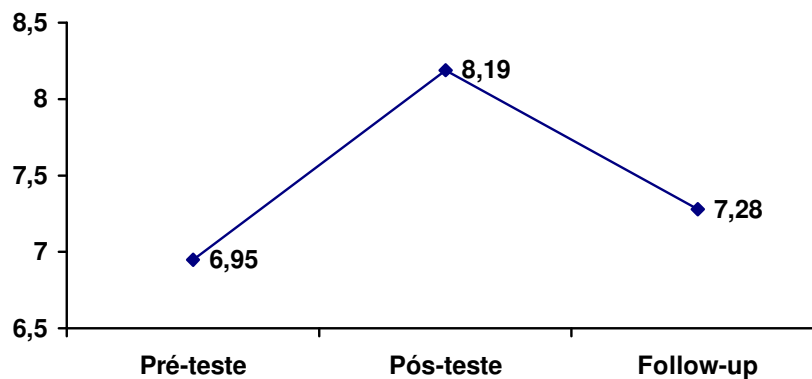


Figura 5. Média da escala padronizada "dizer não e deixar a situação" nas três coletas de dados (n=42).

A Tabela 8 mostra que, das cinco questões do fator "Dizer 'não' e deixar a situação", três apresentaram porcentagem inicial de acertos acima de 75%. A questão "todas as crianças e adolescentes sabem se defender de agressores sexuais" teve aumento estatisticamente significativo entre Pré-teste e *Follow-up*. A questão "ao perceber que um adulto está tentando abusar sexualmente, a criança ou adolescente deve sair correndo" teve aumento estatisticamente significativo entre Pré-teste e Pós-teste; no entanto, teve decréscimo estatisticamente significativo entre Pós-teste e *Follow-up*. A outra questão, "uma criança ou adolescente é envolvido(a) num abuso sexual porque quer", não teve mudanças estatisticamente significativas.

³ Questões 3, 4, 7, 10, 12.

Tabela 8

Porcentagem de respostas corretas nas questões de “Dizer *não* e deixar a situação” ao longo do estudo. (n=42).

Questões	% respostas corretas Pré-teste	% respostas corretas Pós-teste	% respostas corretas <i>Follow-up</i>
Todas as crianças e adolescentes sabem se defender de agressores sexuais.	85	95	100*
Ao perceber que um adulto está tentando abusar sexualmente, a criança ou adolescente deve sair correndo.	76	92*	64 #
Uma criança ou adolescente é envolvido(a) num abuso sexual porque quer.	78	88	92
Quando um adulto se aproxima de uma criança ou adolescente para abusar sexualmente, esta (este) deve ficar quieta(o), pois o adulto pode bater nela (nele).	42	59	59
A criança ou adolescente nunca tem culpa de ter sofrido abuso sexual.	64	73	47 #

* mudanças significativas na média em relação ao Pré-teste, Teste não-paramétrico McNemar (p <.05)

mudanças significativas em relação ao Pós-teste, teste não-paramétrico McNemar (p <.05)

Não houve mudança na questão "quando um adulto se aproxima de uma criança ou adolescente para abusar sexualmente, esta (este) deve ficar quieta(o), pois o adulto pode bater nela (nele)", cuja porcentagem inicial de acertos foi 42%.

A questão "a criança ou adolescente nunca tem culpa de ter sofrido abuso sexual" teve um decréscimo de porcentagem de acerto estatisticamente significativo entre Pós-teste e *Follow-up*.

4) Fator Denunciar o abuso sexual⁴:

A Figura 6 mostra a evolução das médias deste fator ao longo do estudo.

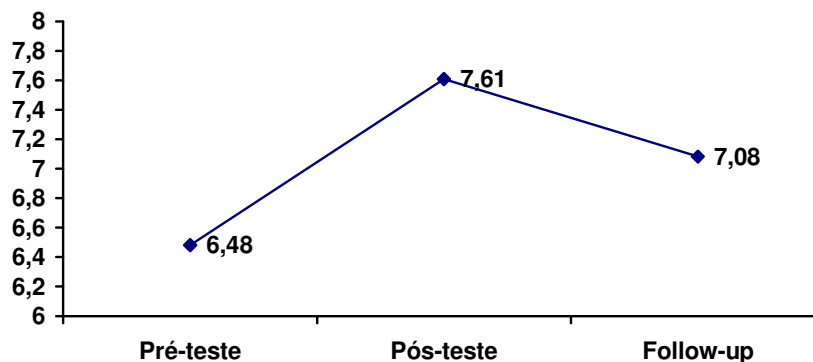


Figura 6. Média da escala padronizada "Denunciar o abuso sexual" nas três coletas de dados (n=42).

No fator "Denunciar o abuso sexual" duas questões tiveram porcentagem de acertos inicial acima de 80%, sem mudanças posteriores: "uma criança ou adolescente que tenha sofrido abuso sexual não deve contar para ninguém" e "se uma criança ou adolescente esteve numa situação em que poderia ter sido vítima de abuso sexual, deve contar para algum adulto de confiança" (Tabela 9).

Houve mudança estatisticamente significativa na porcentagem de acertos entre Pré-teste e Pós-teste na questão "o adulto que pratica abuso sexual tenta fazer a criança ou adolescente se sentir culpada(o) por ter participado". Entretanto nesta questão houve decréscimo significativo entre *Follow-up* e Pós-teste.

Na última questão deste fator, "se a criança ou adolescente contar para algum colega sobre o abuso que sofreu, o adulto que abusou pode fazer alguma coisa contra ela (ele) ou contra alguém da sua família", a porcentagem de acertos inicial foi baixa (9%) e permaneceu baixa nas outras duas aplicações.

⁴ Questões 5, 14, 15, 17.

Tabela 9

Porcentagem de respostas corretas nas questões de “Denunciar o abuso sexual” nas três coletas de dados (n=42).

Questões	% respostas corretas Pré-teste	% respostas corretas Pós-teste	% respostas corretas Follow-up
Uma criança ou adolescente que tenha sofrido abuso sexual não deve contar para ninguém.	83	92	92
O adulto que pratica abuso sexual tenta fazer a criança ou adolescente se sentir culpada(o) por ter participado.	69	92*	71 [#]
Se uma criança ou adolescente esteve numa situação em que poderia ter sido vítima de abuso sexual, deve contar para algum adulto de confiança.	97	100	100
Se a criança ou adolescente contar para algum colega sobre o abuso que sofreu, o adulto que abusou pode fazer alguma coisa contra ela (ele) ou contra alguém da sua família.	09	19	19

* mudanças significativas na média em relação ao Pré-teste, Teste não-paramétrico McNemar (p <.05)

[#] mudanças significativas em relação ao Pós-teste, teste não-paramétrico McNemar (p <.05)

A Tabela 10 apresenta um resumo dos resultados dos quatro fatores, com as médias do grupo apresentadas em cada fator e do escore geral. As médias dos quatro fatores medidos no *Questionário sobre Fatores relacionados a Abuso Sexual* tiveram aumento estatisticamente significativo do Pós-teste para o Pré-teste. Porém entre os fatores apenas o Fator "Informação sobre abuso sexual" teve aumento estatisticamente significativo entre o Pré-teste e o *Follow-up*, sugerindo que os ganhos obtidos nos três outros fatores entre o Pré-teste e o Pós-teste não se mantiveram, a despeito de os ganhos dos escores totais terem se mantido até o *Follow-up*.

Tabela 10

Comparação das escalas padronizadas e do escore total nas três coletas de dados (n=42).

Escala	%Pré-teste	%Pós-teste	%Follow-up
Informação sobre abuso sexual	5,71	9,1*	7,91 * #
Discriminar situações de risco para abuso sexual	7,88	8,42*	8,01 #
Dizer <i>não</i> e sair correndo	6,95	8,19*	7,28 #
Denunciar abuso sexual	6,48	7,61*	7,08 #
Escore total	23,04	27,97*	25,61 * #

* mudanças significativas em relação ao Pré-teste, Teste não-paramétrico Wilcoxon ($p < .05$)

mudanças significativas em relação ao Pós-teste, teste não-paramétrico Wilcoxon ($p < .05$)

3.7.2. Desempenho dos estudantes durante a Intervenção

A seguir será apresentada a descrição do desempenho dos estudantes nas dez sessões de intervenção, evidenciando o processo de instalação do repertório de comportamentos de autoproteção. Serão, também, apontados indicadores favoráveis ao objetivo da Intervenção, assim como indicadores de possível contato com situações de violência e abuso sexual. As transcrições do material produzido por escrito pelos participantes a cada atividade, encontra-se no Anexo 10.

Sessão 1

Após a vivência de apresentação, os grupos participaram da atividade “Jogo dos direitos e das responsabilidades” (Goicoechea, Nañez e Alonso, 2001). Os direitos mencionados por eles fizeram referência ao bem-estar da família e a aspirações próprias

da idade, assim como as responsabilidades. Foi observada a descontração pretendida nos grupos, com exposição das opiniões dos participantes.

Ao final deste encontro foi proposto o Teste Sociométrico (Bustos, 1979), cujos resultados referem-se aos 62 participantes iniciais. Na Turma A, para a questão “escolha alguém nesta turma com quem você gostaria de fazer trabalhos de escola”, a maioria dos estudantes fez escolhas mútuas, ou seja, escolheram-se em duplas. Dos 30 participantes presentes a esta sessão, quatro não foram escolhidos pelos colegas (P29, P47, P48, do sexo masculino e P43, do sexo feminino) e desses, apenas um completou as três coletas de dados (P29). Na questão “escolha alguém nesta turma com quem você não gostaria de fazer trabalhos de escola”, seis estudantes foram escolhidos por mais do que outros três: P10, P43 e P45, do sexo feminino; P26, P48 e P49, do sexo masculino. Entre as meninas, P43 foi a única a não ser escolhida e ao mesmo tempo ser rejeitada (três rejeições) e entre os meninos, P48 foi o único a não ser escolhido, sendo ao mesmo tempo rejeitado (sete rejeições).

Na Turma B, doze participantes não foram escolhidos pelos colegas na questão “gostaria de fazer trabalhos de escola”: P8, P15, P17 e P20 do sexo feminino; P32, P33, P34, P35, P41, P50, P51 e P52, do sexo masculino. Quatro participantes tiveram mais do que duas escolhas nesta questão: P14, P16 e P44, do sexo feminino e P37 do sexo masculino. Quanto à questão “não gostaria de fazer trabalhos de escola”, P8 e P20, do sexo feminino e P32, P46 e P50, do sexo masculino foram mencionados. Os participantes P8, P20, P32 e P50 não foram escolhidos na escolha positiva e foram rejeitados na escolha negativa, sendo P32 o que recebeu o maior número de rejeições (6). Cinco participantes não fizeram escolhas nesta questão.

Os resultados do teste sociométrico não foram mostrados aos participantes, pois o objetivo da atividade era evidenciar participantes que pudessem não interagir

satisfatoriamente e, então, fazer tentativas de incluí-los nas atividades. De fato, o P32, o P48 e o P49 apresentaram dificuldades neste sentido no decorrer da Intervenção.

Sessão 2

As histórias encenadas na atividade “Direitos humanos e interpessoais” (Del Prette e Del Prette, 2001) foram desenvolvidas de acordo com o que foi proposto. Os participantes criaram histórias e encenaram-nas ao final da sessão para os colegas. Um dos direitos trabalhados foi “o direito de recusar pedidos (abusivos ou não) quando achar conveniente”, que serviu de estímulo para a produção da seguinte história: *Uma menina passeava pela praça perto de sua casa, chegou um amigo maior de idade e convidou-a para tirar fotos pornográficas, dizendo a ela que não podia recusar. Ela disse que não e saiu correndo.*

Tal conteúdo pode ser um indicador de exposição a situações sexualmente abusivas. Não foi explorado como a história foi criada ou se algum participante teria tido contato anterior com tal situação, para que se pudesse introduzir gradualmente esta temática nas discussões posteriores. Entretanto, na mesma turma surgiu o assunto sexualidade, com relatos de casos de abusos, como casos de meninas ou meninos de suas vizinhanças que tinham sido vítimas de pessoas na rua, sendo este um indicador de exposição à violência sexual.

Sessão 3

Na primeira atividade, os coordenadores de cada grupo simularam um pedido para uma pessoa amarrar o tênis da outra. Na reação agressiva, que foi a primeira, os participantes dos quatro grupos relataram terem ficado assustados com os desempenhos dos coordenadores. Foi explicada a diferença entre cada reação, mostrando como a reação agressiva pode intimidar as pessoas.

Na segunda atividade “Nem passivo, nem agressivo: assertivo!” (Del Prette e Del Prette, 2001), foram formados os três grupos em cada turma e cada um dramatizou cada opção da situação escolhida (situação 1, 2 ou 3). As dramatizações corresponderam ao solicitado no exercício.

Na discussão final os coordenadores provocaram o surgimento do tema “sexualidade e assertividade” nos quatro grupos, com perguntas que se referiam a meninos e meninas “ficarem”, quando um ou outro não quer. Foram discutidas possibilidades de respostas assertivas, tanto para meninas como para meninos. Os participantes relataram situações abusivas de alguns meninos para com meninas da mesma sala, como *passar a mão no bumbum*, *querer beijar a força*. Os participantes mostraram ter discriminado o que é uma situação sexualmente abusiva. Foram trabalhadas maneiras de lidar assertivamente com tais investidas, com sugestões dadas tanto por meninas quanto por meninos, o que condiz com o objetivo geral da Intervenção de instalar repertório de autoproteção.

Ao final do encontro, as meninas de uma das turmas solicitaram que a divisão das turmas fosse feita por sexo, pois assim elas se sentiriam mais à vontade para falar de temas ligados à sexualidade. As meninas da outra turma foram consultadas sobre esta possibilidade e concordaram com ela.

Sessão 4

O aquecimento neste encontro – escrever que parte do corpo gostava e não gostava – objetivou introduzir o tema “corpo e sexualidade”. Durante a exibição do filme “O que está acontecendo comigo” (Smalwood e Walsh, 1986), quando estavam todos na sala, ouviam-se risadas quando apareciam desenhos de órgãos sexuais, masturbação e poluição noturna.

Após o filme, mesmo com a divisão das turmas por sexo, as meninas ficaram quietas a princípio. Foram então convidadas a escrever em tiras de papel suas perguntas, de forma anônima, e depositarem numa urna. A urna não foi aberta nesta sessão, pois o tempo acabou. Foi então combinado que as perguntas seriam respondidas no próximo encontro. Com os meninos das duas turmas, a seqüência do trabalho foi a mesma.

Sessão 5

As turmas foram divididas por sexo. Para as meninas foi explicado que as duas turmas tinham várias dúvidas parecidas e por isso as perguntas foram agrupadas em temas. Foram dadas explicações sobre a anatomia interna e externa dos órgãos sexuais, com desenhos no quadro-negro. Os temas das perguntas feitas pelas meninas foram: menstruação, gravidez, doenças sexualmente transmissíveis, masturbação, desenvolvimento sexual e relações sexuais. Na discussão surgiram os nomes dados à genitália feminina e masculina. Uma das meninas pediu para apagar o desenho feito no quadro que mostrava a genitália feminina vista com as pernas abertas. Uma pergunta depositada na urna evidenciou contato com violência sexual: *Quando a menina é obrigada a fazer sexo, que providência deve ser tomada?* A pergunta não foi abordada naquele momento.

Aos meninos também foram feitos esclarecimentos sobre as questões depositadas na urna, cujos temas foram: comportamento sexual da mulher, sexo oral, sexo anal, uso de preservativos e anticoncepção, problemas que podem ocorrer com o pênis e como é a relação sexual. Alguns meninos, em especial o P48, mostraram conhecimento sobre detalhes da relação sexual e sobre anticoncepção, como por exemplo, ir ao posto de saúde para pegar preservativo.

Observou-se que o objetivo desta atividade foi atingido; tanto nos grupos de meninos, quanto nos de meninas, os participantes discutiram suas dúvidas sobre sexualidade. Não houve abordagem de situações abusivas até então.

No exercício “História coletiva oral” (baseado em Del Prette e Del Prette, 2001), as turmas produziram histórias a partir de uma situação de estímulo que continha um abuso sexual em potencial.

A história das meninas da turma A apresentou indicadores de comportamentos de autoproteção, como reagir (*Pegou as pedras, jogou na cabeça dele, ele caiu no chão, ela saiu correndo*), mas ao mesmo tempo indicadores contrários à autoproteção, tais como não contar para adultos confiáveis no início da história (*Ela foi para casa, não contou nada do que tinha acontecido para a mãe*) e expor-se a risco numa segunda vez (*No outro dia saiu novamente com suas amigas – o mesmo homem pôs uma máscara e a pegou novamente. Ela começou a correr, tropeçou e ele conseguiu pegar ela*).

A história das meninas da turma B teve indicadores de autoproteção, tais como reação e denúncia (*...saiu correndo. Voltou pela estrada normal... Contou o que aconteceu, saiu, contou para os pais – foram na delegacia. Denunciaram o cara...*)

Os meninos da turma A contaram uma história na qual o abuso se concretizou, mas houve denúncia (*Contou para a mãe que tinha feito sexo anal. A mãe chamou a polícia, que prendeu o homem*). A história dos meninos da turma B foi similar, porém o agressor não foi punido e continuou abusando (*...ele fugiu da cadeia e se perdeu no mato. Continuou fazendo coisas com meninas e comeu uma delas*). Este é um indicador contrário ao objetivo da Intervenção, pois denota a exacerbação da violência.

No encerramento, todos escreveram em um pedaço de papel o que consideravam ser uma situação abusiva e colocaram em uma urna, sabendo que as situações seriam trabalhadas na sessão seguinte.

Sessão 6

A participação na atividade sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Brasil, 1990) foi reduzida, os estudantes fizeram rapidamente a tarefa e não fizeram comentários. Em seguida foi feita a proposta de comentar o que escreveram anonimamente no encerramento da sessão anterior sobre o que consideravam serem situações abusivas.

Com ambos os grupos de meninas foi dada ênfase em situações sexuais forçadas. As meninas das duas turmas descreveram situações abusivas de maneira geral, como por exemplo: *Situação que muitas vezes é forçada. Uma pessoa obrigar a outra a fazer o que não quer; É quando a pessoa passa dos limites.* Embora tenha sido pedido na sessão anterior que escrevessem o que consideravam “situações abusivas”, as participantes colocaram também situações sexualmente abusivas, como: *Que algum familiar da pessoa abuse dela como seu avô, seu tio, etc.; Quando uma criança não quer ter relação sexual, mas o homem ou a mulher insiste; Um homem chega e pega a menina e tenta estuprar e a menina tem que ficar agüentando senão ele bate.* Pode também ser apontado um indicador de contato com violência sexual: *Eu conheço uma amiga minha que sofre com isso, é um senhor de idade que fica mostrando o pênis, oferecendo-lhe dinheiro e até mesmo agarrando ela.*

Sobre as situações consideradas abusivas, os meninos escreveram de maneira similar às meninas, sobre situações abusivas em geral (*Eu acho que isso é que uma pessoa tenta abusar da outra, obrigando a fazer uma coisa que não quer*) e sobre situações sexualmente abusivas (*Tentar fazer sexo à força; É arrancar as suas roupas e abusar da pessoa; Um cara pegar você na marra sem você querer; O estupro; Quando alguém pega um “de menor” à força e quer fazer sexo*).

Um dos comentários escritos foi: *Acho legal*. Talvez o menino (que não se identificou) não tenha entendido a pergunta ou talvez ele tivesse mesmo a opinião de que uma situação abusiva “é legal” e pôde externá-la anonimamente.

Em uma das turmas de meninos surgiram os seguintes comentários quando os coordenadores do grupo expuseram a diferença entre violência e sedução, sendo os comentários sobre sedução: *Pegar a menina e uuuuhhh! Conversar com ela e jogar uma salada; Dá um doce de amendoim e faz qualquer coisa com ela; Acho sedução mais legal*.

Na outra turma de meninos surgiu uma conversa sobre violência física na sala de aula: *“Saímo” na porrada, todo dia, desconta os “nervo”, mais briga do que brincadeira; Eu vi meu pai e minha mãe brigando ontem*. São comentários que evidenciam o contato com a violência, que passa a ser praticada também na escola, talvez com o modelo dos pais.

Houve também comentários sobre uma das meninas da turma que deixava que os meninos passassem a mão nos seus seios, quando eles estavam no ônibus a caminho de casa. Deram a entender que esse era um episódio freqüente e que tinham que "aproveitar" a oportunidade.

Ao final fizeram também um pedido: *Traz as meninas para a gente conversar junto*. Diante desta solicitação, foi explicado que dali a três encontros teriam oportunidade de conversar com as meninas.

Sessão 7

O contato com a violência sexual na comunidade foi evidenciado nesta sessão. Foi relatado pela orientadora da escola que no decorrer da semana anterior a este encontro ocorreu um crime na comunidade onde se situa a escola. Um adolescente de 16

anos, pertencente à comunidade e aluno do segundo grau, violentou um menino de sete anos, também da mesma comunidade. Outros adolescentes menores observaram a violência e um deles, de 13 anos, chegou a inserir um pedaço de pau no ânus do menino violentado. Nenhum deles era participante deste estudo. A polícia foi chamada, mas houve a informação de que o agressor só seria acusado se a família do agredido assim o quisesse. Até aquele momento nenhuma atitude havia sido tomada para deter o agressor. Correu a informação de que o pai do adolescente agressor o havia mandado para outro lugar do país.

Tal fato suscitou ampla discussão entre os participantes, tanto meninos quanto meninas, e uma mobilização emocional notável. As meninas contaram que os meninos da escola estavam se juntando para bater no agressor, numa tentativa de fazer justiça com as próprias mãos. Disseram que sentiram raiva com relação a esta história e que achavam que os meninos presentes na hora do crime não deveriam ter ficado observando e deveriam ter impedido. Este é um indicador do reconhecimento de que foi uma agressão grave.

As meninas relataram casos de violência sexual ocorridos perto de suas residências com familiares ou conhecidos. Todas contaram algo que aconteceu, como terem sido seguidas. Uma das meninas contou que seu pai bebera em uma festa de família, tendo lhe mostrado o pênis, o provocou uma surra dada no pai pela mãe.

Entre os meninos, alguns relataram estarem revoltados e também entre eles houve relatos de violência sexual. Um dos meninos comentou que uma vez estava na casa de um parente e um homem tentou abusar sexualmente de uma menina na casa. Depois o homem se enforcou, mas o menino não soube explicar os detalhes desta ocorrência. Outro menino comentou sobre a irmã de quatro anos da qual o tio tentara abusar. Ele contou para a mãe e essa não fez nada.

Durante os comentários dos meninos, alguns caçoaram do garoto violentado. Os condutores do grupo apontaram que a mudança deve começar nas atitudes de cada um e o respeito nas palavras é de fundamental importância para o garoto que foi agredido. Esse comportamento dos meninos foi contrário ao objetivo da Intervenção, pois evidenciou a exacerbação da violência. Os sentimentos de vingança mostrados pelos meninos foram trabalhados pelos condutores do grupo com a indicação de comportamentos alternativos à violência, como denunciar o fato às autoridades, garantir que o menino agredido tivesse tratamento e que o menino agressor tivesse a punição recomendada pela lei.

Os comentários de meninas e meninos foram indicadores de reconhecimento do contato com violência sexual, situações que começaram a ser discriminadas como abusivas a partir dos comentários da sessão anterior. Depois de tais discussões sobre o crime ocorrido, os participantes responderam por escrito à atividade “Pensar e decidir” (Goicoechea, Nañez e Alonso, 2001) cujos resultados seriam trabalhados no encontro seguinte. A programação inicial das atividades, que compreendia a discussão da atividade “Pensar e decidir” na Sessão 7, foi motivada pela agressão relatada. A mudança na programação foi decorrente, antes de tudo, por se tratar de fato pertinente ao objetivo geral da intervenção e, também, por representar uma ótima oportunidade de aprendizagem para os participantes, mediante uma situação real.

A seguir os grupos foram divididos em grupos menores e cada um recebeu tiras de papel onde estavam escritas afirmações a respeito de agressões sexuais. Nos debates, os condutores dos grupos enfatizaram as situações sexualmente abusivas. A afirmação “Meninos e meninas são culpados de ter sofrido abuso” causou polêmica entre as meninas. Apesar das explicações dos condutores do grupo, a polêmica não ficou resolvida, restando ao final a crença entre as meninas de que a culpa pode ser da vítima.

Em uma das turmas, uma das meninas relatou estar revoltada porque um menino da mesma turma escreveu um bilhete em um cartaz que estava pendurado na sala de aula, referindo-se a ela como se ela estivesse “vendendo serviços de sexo oral”. O telefone da menina foi colocado logo abaixo do “anúncio”. Tal fato foi trabalhado de imediato na turma de meninos e o que escreveu o bilhete acusou-se e disse que fez por brincadeira. Pediu desculpas publicamente no grupo dos meninos e foi-lhe solicitado que falasse com a menina e se desculpassem com ela. Aqui também ficou evidenciado o reconhecimento de uma situação abusiva.

Na atividade “Bons e maus segredos” (Goicoechea, Nañez e Alonso, 2001), foram discutidas as afirmações e ficou combinado que outros comentários seriam feitos no encontro seguinte.

Sessão 8

Os comentários da atividade “Pensar e decidir” (Goicoechea, Nañez e Alonso, 2001) enfatizaram as situações consideradas abusivas e aquelas que exigem uma discriminação mais refinada, entre abuso e demonstrações de afeto, por parte de quem está na situação. Tanto para meninos quanto para meninas, a afirmação “Tomo banho com meus pais” foi a que gerou mais polêmica. Embora não houvesse opção “não sei” como resposta, cerca de um terço dos participantes escreveram ao lado da afirmação que não sabiam o que responder. Os condutores dos grupos explicaram que não seria a situação em si considerada abusiva, mas os comportamentos de pai ou mãe que tomassem banho junto com o filho.

As demais escolhas mostram que os estudantes discriminaram quais são as situações abusivas: "Alguém tenta tocar meus genitais (pênis ou vagina) sem meu consentimento; Um adulto me mostra seus genitais; Alguém passa a mão na minha

bunda no ônibus; Um desconhecido me oferece dinheiro para fazer fotos sem roupa; Um adulto me convida para assistir a um filme pornográfico."

As meninas de ambos os grupos pediram que a discussão sobre as agressões sexuais continuasse nesta sessão, juntamente com questões da atividade "Pensar e decidir" (Goicoechea, Nañez e Alonso, 2001), "Bons e maus segredos" (Goicoechea, Nañez e Alonso, 2001) e as dúvidas das participantes colocadas na urna. Esta solicitação pode ser um indicador do reconhecimento da importância de aprender a se proteger.

As dúvidas colocadas anonimamente na urna foram das mesmas categorias das sessões anteriores: menstruação, gravidez, doenças sexualmente transmissíveis, relações sexuais. Entretanto, desta vez foram colocadas na urna as dúvidas sobre abuso sexual: *Se um piá de 14 anos estuprar uma menina de nove anos ela pode ficar grávida? (é uma pergunta nada a ver, mas eu perguntei assim mesmo); Um telefonema de um estranho ameaça uma criança de 12 anos; Se um adulto nos chama para entrar em seu carro e essa pessoa é mais velha, é um abuso ou um afeto? Se um tio tenta abusar de sua sobrinha, abaixa sua calça e ela não sabe o que fazer, e estava dormindo e não se lembra o que deveria fazer? Dê um exemplo de abuso sexual.* Embora o assunto "abuso sexual" tenha sido exaustivamente falado no encontro anterior, as questões acima podem ser indicativas de contato com situações de abuso, porque contêm dúvidas pessoais.

Vários comentários se seguiram à leitura das questões das duas atividades e das questões colocadas na urna. Algumas meninas relataram fatos de sua vida familiar, como por exemplo, que perguntaram às mães sobre sexualidade e as mães tiveram vergonha de falar no assunto. Outras duas disseram que suas mães permitiam que elas assistissem a programas sobre sexo na televisão, tarde da noite. Surgiram comentários

sobre *passar a mão no bumbum*, dentro do ônibus escolar e outras coisas que os meninos faziam, como puxar a alça do sutiã, agarrar, perguntar se tinham pelos pubianos. Durante a discussão, chegaram à conclusão de que a menina que sempre era vítima dos meninos dentro do ônibus escolar provocava a situação, circulando pelo fundo do ônibus onde estavam sentados os meninos. Algumas delas se propuseram a ajudar a referida menina, alertando-a quando estivesse se colocando em situação de risco de que lhe passassem a mão.

Algumas situações de abuso sexual contra crianças conhecidas das participantes foram novamente comentadas. Perguntaram o que fazer se a criança contar sobre o abuso mas a mãe não acreditar. Houve uma extensa discussão sobre esse tópico em uma das turmas. Na outra turma de meninas houve o seguinte comentário: *aprendemos a nos cuidar mais devido a esses encontros com vocês*. Tal comentário é um indicador favorável ao objetivo geral da Intervenção.

No grupo dos meninos as diferenças entre abuso e afeto também foram comentadas, assim como bons e maus segredos. Contaram a respeito de uma menina de uma das salas que freqüentemente apertava os testículos deles e qualificaram isso de *uma safadeza*. Informaram também que as meninas *se esfregavam* neles no ônibus escolar e ficavam rebolando e que isso era perturbador. Contaram sobre um acordo pré-estabelecido entre os meninos e as meninas, em jogos de futebol: se a bola passava por debaixo das pernas de uma menina, ela levaria *uma passada de mão*, mas que só poderiam passar a mão nas meninas da própria turma. Para eles, passar a mão no cabelo poderia ser considerado abuso dependendo da *conversa*, ou da forma como seria feita a carícia. Dois deles contaram que às vezes tomavam banho com suas mães. Os demais foram unânimes em dizer que tomar banho com a mãe é abuso. Outro comentou que *a mãe é boa, dá para comer*. Houve uma reação imediata do grupo: *com a mãe não dá*, o

que mostra o reconhecimento de que aproximações sexuais entre pais e filhos são impróprias. Outros fizeram a seguinte pergunta: *é abuso uma menina de 14 anos tomar banho com o pai?* Houve também um relato de dois meninos do grupo que certa vez foram abordados por um homem (que eles acharam ser homossexual), de carro, que ofereceu dinheiro para uma *transa*, mas eles não aceitaram, por medo de serem agredidos. Os comentários foram: *e se ele cortasse meu pinto? E se aparecesse um monte de mulheres? E se ele quisesse fazer o papel masculino?*

Assim como para as meninas, as dúvidas colocadas na urna foram das categorias das anteriores (relações sexuais, anticoncepção, menstruação), acrescidas de dúvidas sobre sexo com animais relacionado a doenças e sobre abuso sexual: *Quando um menino é abusado pelo tio tem que falar para um amigo ou para um parente? Quais são as conseqüências que a criança sofre depois do abuso? Se fizer abuso sexual com uma criança pode ocorrer de ela morrer? O que nós poderemos fazer com aquele menino que abusou daquele menino pequeno? Por que é sempre homens que estupram crianças?* Ao responder a tais perguntas, os condutores dos grupos enfatizaram os comportamentos de autoproteção e de proteção daqueles que são de faixa etária inferior.

Os meninos participaram da atividade “Jogo da auto-estima” (Goicoechea, Nañez e Alonso, 2001), em função de terem esgotado as discussões das atividades anteriores. A maioria dos meninos achou que ser admirado por uma menina é o que aumentaria mais a auto-estima, seguido do elogio da professora. O que poderia abalar mais a auto-estima seria, na opinião deles, *ser obrigado a fazer um “boquete”*.

Sessão 9

Na exposição oral sobre o tema Abuso Sexual, não houve separação de grupos, houve dispersão durante a exposição e os participantes começaram a conversar sobre

outras coisas e a brincar. Entretanto, assistiram com atenção ao trecho do programa Globo Repórter (Central Globo de Produções, 2000) sobre violência sexual, abordando um caso de uma menina que foi abusada pelo vizinho no banheiro da casa dele. Responderam as perguntas por escrito.

Pouco mais que a metade dos participantes (58,5%) achou que a adolescente vítima mostrada no programa não percebeu o risco que estava correndo; 82,5% acharam que ela poderia ter dito ao agressor que não queria ir ao banheiro com ele; 38,8% acharam que a vítima poderia fugir ou sair correndo da situação abusiva; 22,5% acharam que ela poderia gritar e 18,6 % acharam que ela poderia dar um chute em alguma parte do corpo do agressor, particularmente “no saco”. Com relação a contar para alguém, 48,5% responderam que poderia ter contado para os pais e 38,8% para um adulto confiável.

Ao final da sessão, foi feita a leitura da *História de Rosinha* (Padilha, 2001) e ficou combinado que no próximo encontro seria feita uma dramatização sobre esta história.

Sessão 10

No início do encontro, as turmas de meninos fizeram mais algumas perguntas, sobre dúvidas que tinham: *sexo com animais, uso de camisinha, acesso a camisinhas, “estimulantes” para homens e para mulheres*. Um dos meninos comentou: *quando transa com prostituta, elas limpam o pênis com a boca*. Outro menino contou que alguns ficam mostrando os pênis eretos para outros.

Formaram-se ao todo quatro equipes. Embora tivessem sido instruídos a mudar o personagem de Rosinha para Alvinho, algumas equipes decidiram fazer história com a Rosinha. As histórias criadas e dramatizadas foram as seguintes:

- *Rosinha percebeu que o tio queria alguma coisa com ela e saiu correndo para contar para a mãe pelo telefone. A mãe correu para casa e brigou com o tio, que pediu perdão.*
- *Rosinha repeliu a aproximação do tio, contou para a mãe e toda a família se envolveu. O tio ficou arrependido.*
- *Rosinha repeliu o tio perguntando o que ele queria e ele disse que estava com saudades e só queria um beijo. Rosinha saiu correndo para a rua.*
- *O tio era um homem muito rico que chamou Alvinho para fazer sexo com ele, prometendo lhe dar alguma coisa. O menino não aceitou e saiu correndo.*

Todas as histórias encenadas mostraram os comportamentos de autoproteção: discriminar risco, dizer “não”, sair da situação, denunciar para um adulto confiável. Ao final foi feita uma discussão, dando ênfase aos elementos de cada história que indicavam cada um destes comportamentos.

3.7.3. Avaliações da Intervenção realizadas pelos estudantes

Na segunda aplicação do questionário, foi solicitado aos participantes que fizessem comentários avaliativos sobre a intervenção. Seguem-se exemplos de tais comentários: “*Gostei muito do projeto e acho que não só nós, mas todos os alunos de todas as escolas têm que ter a mesma oportunidade*”; “*Obrigado por essa oportunidade – gostei muito de vocês por muitos motivos e um deles é a simpatia!!! Boa sorte!!!*”; “*Está ótimo assim, sem reclamações*”; “*Bom, gostei muito de participar. Gostaria que no outro ano fosse possível assim de tão legal que foi aprender algumas coisas que eu não sabia.*”; “*Muito obrigado de fazer este projeto para alertar as crianças sobre abuso. Muito bom!*”; “*Adorei conhecer vocês e aprender várias coisas que eu não sabia. Espero que possam continuar nos ensinando, pois acho que temos muito a aprender.*”; “*Voltem! Beijos, obrigada*”; “*Espero que vocês voltem, pois eu*

adorei. O projeto foi bom para que nós ‘aprendesse’ coisas sobre nosso corpo e muito mais”; “Gostei muito das aulas, vocês são uns excelentes professores”. Não foram feitos comentários negativos pelos participantes.

3.8. Discussão

O objetivo geral desta pesquisa foi avaliar a eficácia de um programa de prevenção de abuso sexual para pré-adolescentes e adolescentes que deu ênfase à instalação de um repertório de comportamentos de autoproteção (reconhecer a aproximação inapropriada do adulto, discriminando o risco, resistir a induções, ou seja, dizer "não", reagir rapidamente para deixar a situação e contar para alguém sobre o incidente). O programa foi planejado e implementado segundo diretrizes relacionadas ao envolvimento dos participantes, ao conteúdo, formato e condução da intervenção. Os dados para avaliação foram obtidos do instrumento aplicado e do processo da intervenção, levando-se em conta as diretrizes do programa.

3.8.1. Desempenho dos estudantes no Questionário

As coletas de dados por meio do *Questionário sobre Fatores relacionados a Abuso Sexual* foram realizadas em três momentos da Etapa 2.

Alguns dados obtidos no Pré-teste podem estar relacionados a dados obtidos na Etapa 1 com os pais. Apenas 34,9% dos pais responderam que o abuso sexual pode não ser praticado com violência física; entre os estudantes, apenas 2% acertaram a questão de conteúdo similar sobre uso da força e da violência no abuso sexual. Com relação a apenas homens praticarem abuso sexual, 42,9% dos pais e 45% dos estudantes responderam corretamente. Reconhecer que o abuso sexual pode ser praticado sem

violência física e também por pessoas do sexo feminino é de grande importância para discriminar situações de risco para abuso (Mendel, 1995).

Por outro lado, os pais participantes da Etapa 1 na sua maioria (31%) responderam incorretamente à questão sobre roupas curtas causarem abuso e 76% dos estudantes responderam corretamente. Como dito acima, os pais ignoravam a multideterminação do abuso sexual. Os estudantes, por sua vez, acertaram a questão na sua maioria, não porque soubessem que roupas curtas não são causa de abuso, mas apenas um gatilho para o agressor, como descreveu Finkelhor (1984), e sim provavelmente porque faz parte da adolescência desafiar o adulto para alcançar a autonomia. O mesmo pode ser dito em relação a interagir com desconhecidos: 38% dos estudantes afirmaram que as pessoas que cometem abuso são desconhecidas da vítima e 73,1% dos pais afirmaram que o abuso pode ser cometido por conhecidos ou desconhecidos.

A questão “meninos também são vítimas de abuso sexual” foi respondida corretamente por 69,8% dos pais e por 57% dos estudantes, indicando que os pais podem ter falhado em ensinar aos filhos este tipo de informação. De acordo com a Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência (1997), existem mitos relacionados a abuso sexual que facilitam a exposição das pessoas ao risco, por não acreditarem que determinada situação pode representar perigo. A qualidade das informações fornecidas por pais ou pelo grupo social pode ser mudada para melhorar a discriminação de risco, tanto por pais quanto por filhos.

Com relação aos quatro fatores medidos pelo Questionário, o melhor desempenho do grupo de estudantes no Pré-teste foi no fator *Discriminar situações de risco para abuso sexual*. Das quinze questões, em nove houve 90% de acerto, o que pode indicar que os estudantes aprenderam instruções dadas por pais sobre como se

comportar em situações de risco. Levando em conta que no fator *Informação sobre abuso sexual* o desempenho foi menor, é possível que tais instruções tenham sido dadas sem as informações preliminares que ajudam na discriminação de risco, por ignorância dos pais ou por dificuldade destes em passar tal conhecimento, conforme Gordon e Shroeder (1995) também descreveram.

A seguir será apresentada a avaliação de cada fator individual nos três momentos de coleta de dados. As questões do Fator "Informações sobre abuso sexual" cujo resultado melhorou após a Intervenção e se manteve depois de 18 meses foram: “em um abuso sexual o agressor usa sempre a força e violência”; “apenas os homens abusam sexualmente”. São as mesmas questões em que os pais da Etapa 1 tiveram menor desempenho. Como dito acima, o conhecimento de que o abuso sexual não precisa envolver força física não faz parte do senso comum, ou seja, as pessoas em geral não atentam para o fato de que a sedução pode ser usada pelo agressor. Mas ao mesmo tempo é de grande importância para a prevenção que este conhecimento seja difundido, pois o envolvimento feito pelo agressor com a sua vítima não usa força física na grande maioria dos casos e é o que impede a revelação por parte da vítima por facilitar a sua culpabilização (Elliot et al, 1995; Tobin e Kessner, 2002; Fieldman e Crespi, 2002). Acredita-se, portanto, que o presente programa de prevenção foi bem sucedido em trabalhar estas duas questões.

Em outras questões deste fator (as pessoas que cometem abuso sexual sempre são pessoas desconhecidas daquele que sofreu abuso”; “apenas crianças ou adolescentes do sexo feminino são vítimas de abuso sexual”; “adolescentes do sexo masculino ou feminino também podem ser agressores sexuais”; “uma criança ou adolescente pode ser abusada(o) sexualmente por um adulto de quem gosta muito”) o desempenho dos estudantes teve uma queda após 18 meses. Estes também são pontos-chave na

prevenção (Fryer, Kraizer e Miyoshi,1987; Tobin e Kessner, 2002) e a queda no desempenho sugere que a intervenção pode não ter dado ênfase suficiente a eles. Outra explicação sugere que fica demonstrado que o desempenho deteriora ao longo de um ano e meio, apontando a necessidade de que o assunto seja retomado ocasionalmente em sala de aula.

A intervenção abordou o abuso sexual intrafamiliar de forma sutil, esperando manifestações dos participantes neste sentido, por se considerar que o avanço lento nesta direção preveniria esquivas dos participantes, tanto aqueles que pudessem estar sendo vitimizados em casa, quanto aqueles cujos pais achassem que o conteúdo estivesse excedendo as fronteiras da informação aceitável por eles. Sugerir que o abuso sexual pode ser cometido por um adulto conhecido e de quem a criança gosta muito pode ser algo muito ameaçador (Gordon e Schroeder, 1995).

Seria também desejável em futuros programas dar maior ênfase na possibilidade de que adolescentes também podem ser agressores sexuais, pois o trabalho preveniria que os participantes não fossem vítimas e que também não fossem agressores.

Quanto ao fator “Discriminar situações de risco para abuso sexual”, já foi dito que o desempenho inicial foi alto e manteve-se após a intervenção, piorando após 18 meses, indicando também a necessidade de maior ênfase neste fator. O mesmo pode ser dito do fator "Dizer 'não' e deixar a situação".

A questão “a criança/adolescente nunca têm culpa de ter sofrido abuso sexual”, do fator "Dizer 'não' e deixar a situação", teve decréscimo nos acertos tanto no Pós-teste quanto no *Follow-up*. A mudança na direção contrária ao esperado leva a avaliar se esta pergunta foi formulada da melhor maneira, pois os respondentes podem tê-la interpretado como se a criança ou adolescente devessem estar atentos aos sinais de risco do ambiente e, se não estivessem, seriam culpados de terem sofrido abuso. Segundo

Renk et al. (2002), os programas de prevenção podem transmitir aos participantes uma mensagem potencialmente prejudicial. É dito a eles que a ocorrência do abuso sexual nunca é culpa da criança ou adolescente e que estes devem evitar se tornarem vítimas, protegendo-se dos abusadores. A criança ou adolescente que não teve sucesso em se proteger, ou que já tenha sido vítima de abuso, pode sentir-se responsável pelo abuso porque não o preveniu.

Entretanto, no fator "Denunciar o abuso sexual" houve mudança significativa entre Pré-teste e Pós-teste na questão "o adulto que pratica abuso sexual tenta fazer a criança ou adolescente se sentir culpada(o) por ter participado", permitindo supor um reconhecimento de que a culpa é imputada pelo agressor.

Pode ser levantada a hipótese de que o programa foi eficaz em ensinar o repertório de autoproteção que foi alvo da intervenção, na medida em que os participantes reconheceram que podem fazer alguma coisa para evitar ou escapar de uma situação abusiva. Pode ter ocorrido uma falha em enfatizar que a possível ocorrência de um abuso não é culpa da vítima, por mais que esta esteja treinada para evitá-lo. Pode também ter ocorrido uma falha na formulação da pergunta no questionário.

Os dados mostraram que o desempenho geral do grupo melhorou após a Intervenção e manteve-se após 18 meses, embora com uma pequena queda. De acordo com as análises estatísticas realizadas, as mudanças de desempenho foram significativas, apontando a eficácia da Intervenção no fornecimento das informações medidas pelo questionário. Estudos internacionais sobre avaliação de programas de prevenção de abuso sexual (Wurtele et al., 1986; Kraizer et al., 1989; Rispens et al., 1997), afirmaram que há evidências sobre os efeitos imediatos dos programas em termos da aprendizagem dos conceitos sobre abuso sexual e da aquisição das

habilidades de autoproteção ensinadas, não havendo, entretanto, provas suficientes de que a generalização a situações reais esteja garantida.

As médias dos quatro fatores medidos no *Questionário sobre Fatores relacionados a Abuso Sexual* tiveram aumento estatisticamente significativo entre Pré-teste Pós-teste, indicando que o aumentou o conhecimento geral sobre comportamentos de autoproteção que foram alvo da intervenção. Entretanto, apenas o Fator "Informação sobre abuso sexual" teve aumento estatisticamente significativo entre o Pré-teste e o *Follow-up*, sugerindo que os ganhos obtidos nos três outros fatores entre o Pré-teste e o Pós-teste não se mantiveram, a despeito de os ganhos dos escores totais terem se mantido até o *Follow-up*. A intervenção foi eficaz para ensinar informações sobre abuso sexual, sendo os participantes capazes de reproduzi-la um ano e meio depois. Mas não se pode afirmar, por meio do instrumento utilizado, que a intervenção tenha sido eficaz na instalação pretendida dos outros comportamentos do repertório de autoproteção (discriminar risco, dizer "não" e deixar a situação e denunciar para um adulto confiável).

3.8.2. Intervenção

Segundo informações da Orientadora da escola, todos os alunos convidados (de sexta série) ficaram interessados em participar. Este interesse talvez tenha sido também decorrente da ênfase dada ao tema "sexualidade" quando foi feito o convite aos estudantes.

Houve poucas faltas durante a intervenção, pois além do interesse dos estudantes pelo tema, as sessões foram feitas durante o horário de aulas. O número inicial de participantes era de 62, e apenas três destes não participaram da segunda aplicação do questionário, não por terem desistido, mas por não terem ido à escola no dia da segunda

aplicação. A adesão pode ter sido decorrente da própria intervenção, pois os participantes parecem ter compreendido a importância do tema da pesquisa e responderam o questionário com seriedade nas duas aplicações. Na terceira aplicação do questionário, um ano e meio após a segunda, 42 participantes estiveram presentes; dos outros 20, alguns saíram da escola, outros foram transferidos de escola ou de turno, não sendo possível novo contato com eles.

O procedimento para esta intervenção seguiu diretrizes quanto ao seu conteúdo, formato e condução. Foi dada ênfase aos conteúdos dos quais os pais participantes da Etapa 1 mostraram menor conhecimento: o abuso sexual não precisaria envolver contato físico, o abuso sexual pode não ser praticado com violência física, roupas curtas não causam abuso sexual, o agressor não precisa usar drogas ou álcool para cometer abuso, não são apenas homens que praticam abuso sexual. A ênfase foi dada não só por estas informações serem fundamentais para o desenvolvimento do repertório de autoproteção, mas também porque a probabilidade de que as informações fossem passadas de maneira correta para os participantes por membros da família seria menor.

O propósito de se adotar a seqüência de temas abordados - habilidades sociais, sexualidade, situações abusivas, habilidades de autoproteção - foi levar ao tema “abuso sexual” por aproximações, já que habilidades sociais e conhecimento sobre sexualidade são pré-requisitos para o entendimento de situações potencialmente abusivas e para a aquisição de habilidades de autoproteção. As técnicas utilizadas tiveram a função de contemplar esta seqüência de temas, dessensibilizando os participantes para a abordagem do tema "relações abusivas". A meta era que o participante aprendesse a ser assertivo e a tomar decisões adequadas no contexto das relações sexuais e sociais, reconhecendo que qualquer pessoa tem o direito à defesa da sua intimidade corporal, permitindo apenas as aproximações físicas desejadas (Fryer et al.,1987; Gordon e

Schroeder, 1995; Robert, 2003). O número limitado de encontros favoreceu a evolução dos temas sem que fosse cansativo para os grupos.

Os condutores dos grupos tinham como diretriz de trabalho não evocar o tema “sexualidade e relações abusivas” prematuramente. Isto quer dizer que se limitavam a explorar os temas que emergiam dos questionamentos dos estudantes, sem apressar a emergência destes temas. Dada a natureza delicada do assunto, era necessário evitar que os estudantes fossem influenciados a considerar qualquer adulto próximo como abusador em potencial. É sabido que a maioria dos casos de abuso sexual ocorre dentro de casa e foi uma tarefa difícil trabalhar com os participantes esta possibilidade (Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência, 2003). Procurou-se ensiná-los a discriminar os sinais de risco e não pessoas de risco, isto é, quais os sinais no comportamento de um adulto que podem ser considerados aproximação sexual e inapropriada e as nuances destes comportamentos. Foram modelados comportamentos de observação de contingências ambientais relacionadas com perigo de abuso e não regras baseadas em estereótipos. Este cuidado foi tomado para que os estudantes pudessem contar a seus pais livremente o que estavam aprendendo com a participação no estudo, sem despertar nestes qualquer noção de que estariam sendo vítimas de desconfianças infundadas. Este objetivo parece ter sido atingido, já que não houve reclamação de pais, ou da escola ou dos próprios participantes quanto aos conteúdos trabalhados. Houve, ao contrário, manifestações dos estudantes de terem gostado muito de participar, relatadas na segunda aplicação do questionário.

Houve, também, a preocupação de se adaptar a linguagem utilizada àquela dos estudantes. Isso ocorreu durante toda a intervenção, incluindo a divisão dos grupos em meninos e meninas. O fato de haver um condutor do sexo masculino para os grupos dos

meninos foi um aspecto facilitador para a comunicação, juntamente com a presença de um condutor do sexo feminino que permitia que os participantes conhecessem opiniões femininas sobre os assuntos que eram temas de suas perguntas. Nos grupos das meninas havia sempre duas mulheres conduzindo, o que facilitou a auto-exposição para temas relacionados à sexualidade – fato relatado por elas mesmas. A organização em grupos pequenos também facilitou a auto-exposição.

Foi adotada uma postura de “audiência não punitiva” na condução dos grupos, isto é, não havia críticas às perguntas feitas pelos participantes, quaisquer que fossem. O uso da urna para depositar perguntas feitas de forma anônima facilitou a emergência das dúvidas, que provavelmente não seriam colocadas de outra forma. Os condutores limitavam-se a dar informações corretas sem juízos de valores ou embasamento em quaisquer doutrinas. As informações incorretas eram corrigidas e os participantes eram sempre incentivados a refletir sobre suas ações com base na ética e no respeito pelo ser humano, exercitando a audiência não punitiva.

No decorrer da intervenção, foi possível observar a cada encontro, os comportamentos dos participantes, em cada situação proposta, considerados indicadores do alcance dos objetivos da intervenção. Foram observados, também, os indicadores de possível exposição à violência.

Na primeira sessão, além da apresentação, foi realizado o Teste Sociométrico (Bustos, 1979). Os dois participantes que tiveram desempenho menor no Pós-teste em relação ao Pré-teste (P32 e P40), repetiram o desempenho menor também no *Follow-up* (18 meses após o Pós-teste e 21 meses após o Pré-teste). Dos que não estiveram presentes no *Follow-up*, apenas P57 teve desempenho menor no Pós-teste. O propósito do Teste Sociométrico foi evidenciar participantes que pudessem não interagir satisfatoriamente e então fazer tentativas de incluí-los nas atividades. De fato, P32

apresentou dificuldades neste sentido no decorrer da Intervenção. O resultado do Teste Sociométrico aliado aos resultados do questionário pode apontar indivíduos que necessitem de atenção individualizada durante a intervenção, como se pode constatar com os resultados do P32.

Na atividade “Direitos humanos e interpessoais” (Del Prette e Del Prette, 2001), realizada na segunda sessão, os participantes criaram histórias e debateram situações em que direitos poderiam ser violados. Já nesta ocasião surgiu em uma das turmas o tema “sexualidade”, e os participantes relataram estarem ansiosos para falar no assunto.

O aquecimento da sessão três eliciou emoções fortes nos participantes, facilitando as explicações sobre o tema “assertividade”. Com as dramatizações na segunda atividade “Nem passivo, nem agressivo: assertivo!” (Del Prette e Del Prette, 2001), abriu-se um canal para a discussão sobre o tema “sexualidade e assertividade” nos quatro grupos, com perguntas que se referiam a meninos e meninas “ficarem”, quando um ou outro não quer. Foi uma oportunidade para mostrar aos participantes a importância de reconhecerem seus direitos, inclusive nos relacionamentos amorosos e sexuais, e fazerem esses direitos serem respeitados. Já neste ponto da intervenção, os participantes mostraram ter discriminado o que é uma situação sexualmente abusiva, o que condiz com o objetivo geral da Intervenção de instalar repertório de autoproteção.

A primeira atividade da sessão quatro foi um aquecimento para a exibição do filme “O que está acontecendo comigo” (Smalwood e Walsh, 1986). Foram escritas de forma anônima referências sobre as partes do corpo que os participantes mais gostavam e menos gostavam e aqui se notam preocupações bem típicas desta faixa etária, maiores nas meninas do que nos meninos. A exibição do filme foi uma condição facilitadora da emergência das dúvidas que os participantes tinham sobre sexualidade.

Na sessão cinco foram discutidas as dúvidas dos participantes, processo que se estendeu até a última sessão. Entre as meninas predominaram dúvidas que mostraram pouco conhecimento das participantes sobre menstruação, gravidez e doenças sexualmente transmissíveis, o que faz pensar que tais temas pudessem ser trabalhados em casa ou na escola mais precocemente. As dúvidas colocadas pelos meninos mostraram sua preocupação com o desempenho nas relações amorosas e sexuais, espelhando as diferenças de gênero esperadas. Na segunda parte da sessão, foi feito o exercício “História coletiva oral” (baseado em Del Prette e Del Prette, 2001). Puderam ser observados indicadores de que os comportamentos de autoproteção, como reagir e denunciar, estavam sendo emitidos. No entanto, ao mesmo tempo, indicadores contrários à aquisição destes comportamentos, tais como não contar para adultos confiáveis e expor-se a risco numa segunda vez, e indicadores da exacerbação da violência, como a impunidade do agressor, também foram observados.

A explanação sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990) feita na sexta sessão foi a atividade aparentemente menos útil de toda a intervenção. Talvez pudesse ter sido inserida já na primeira sessão, juntamente com o “Jogo dos direitos e das responsabilidades” (Goicoechea, Nañez e Alonso, 2001), para que tivesse sido melhor aproveitada. Em compensação, as discussões sobre o que poderiam ser consideradas situações abusivas foram bastante produtivas, tanto com as meninas como com os meninos, incluindo relatos de situações do dia a dia dentro da escola nos relacionamentos com os colegas. A esta altura da intervenção ficou claro que a participação ativa dos adolescentes produz muito mais conteúdo a ser trabalhado ou esclarecido do que a simples exposição oral.

No decorrer da semana em que foi realizada a sessão sete, ocorreu o episódio de violência sexual contra um menino de sete anos praticada por um adolescente de 16

anos da comunidade. A mobilização emocional e a discussão entre os participantes decorrentes deste fato foram notáveis e forçaram uma avaliação sobre suas repercussões. Tal acontecimento pode ser considerado uma variável interveniente que propiciou o reconhecimento de uma agressão grave, mas ao mesmo tempo suscitou reações de raiva e verbalizações sobre vingança, que evidenciaram a exacerbação da violência, contrária aos objetivos da intervenção. Este é um fato importante, na medida em que confirma as concepções correntes sobre violência entre os jovens e mostra que, mesmo que a intervenção não seja diretamente relacionada com a violência física, pode ensinar aos jovens manejos alternativos para os sentimentos de vingança, por exemplo. As alternativas ensinadas, neste caso, foram mostrar que cada um pode fazer sua parte no que diz respeito a evitar a propagação da violência, recorrendo à hipótese da transmissão intergeracional da violência: violência gera violência e abuso gera abuso (Widom, 1989).

Foram observados indicadores de reconhecimento do contato com situações que começaram a ser discriminadas como abusivas, com relatos de ocorrências na escola e em casa. Entre as afirmações a respeito de agressões sexuais a afirmação “Meninos e meninas são culpados de ter sofrido abuso” causou polêmica entre as meninas. A despeito das explicações dos condutores do grupo, a polêmica não ficou resolvida, restando ao final a crença entre as meninas de que a culpa pode ser da vítima. Este parece ter sido um conteúdo trabalhado insuficientemente na intervenção e que mereceria ênfase por ser de grande importância no impacto do abuso sexual.

Algumas meninas relataram fatos de sua vida familiar, como, por exemplo, que perguntaram às mães sobre sexualidade e as mães tiveram vergonha de falar no assunto, o que é corroborado por Gordon e Shroeder (1995). Outras duas disseram que suas mães permitiam que elas assistissem a programas sobre sexo na televisão, tarde da noite,

evidenciando uma exposição a conteúdos de natureza sexual impróprios para sua idade e evidenciando a dificuldade dos pais em educar os filhos sobre sexo.

Na sessão oito foram discutidos os resultados da atividade “Pensar e decidir” (Goicoechea, Nañez e Alonso, 2001). A questão que suscitou maiores dúvidas foi se tomar banho com os pais pode ser considerado abuso ou afeto. Durante esta atividade, a seguinte, “Bons e maus segredos” (Goicoechea, Nañez e Alonso, 2001), e o “Jogo da auto-estima” (Goicoechea, Nañez e Alonso, 2001), os participantes continuaram perguntando sobre os temas trabalhados anteriormente: menstruação, gravidez, doenças sexualmente transmissíveis (meninas) e desempenho sexual (meninos), com o acréscimo do tema "abuso sexual" evidenciando mais uma vez a percepção do risco. Entre as meninas houve uma proposta de ajuda a uma delas que deixava que os meninos lhe passassem a mão quando estavam no ônibus escolar, o que pode ser entendido como um indicador de percepção de risco. Outro indicador favorável ao objetivo geral da intervenção foi o comentário de terem aprendido a se cuidar devido à participação na intervenção.

A exposição oral sobre o tema “abuso sexual” feita na sessão nove teve o objetivo de informar aos participantes sobre dúvidas que eles ainda tinham sobre o que era abuso sexual. Porém, a dispersão durante a exposição leva novamente ao questionamento sobre a utilidade das exposições orais para participantes desta faixa etária. Outra técnica que os levasse a refletir sobre o assunto, com mais participação, poderia ter sido mais útil.

As perguntas referentes ao programa Globo Repórter (Central Globo de Produção, 2000) retomaram os quatro comportamentos que foram alvo da intervenção: discriminar o risco, dizer não, sair da situação, contar para alguém (Wolfe, 1998). Pouco mais da metade dos participantes achou que a vítima não discriminou o risco e por isso

a situação continuou. A grande maioria respondeu o que era esperado para a segunda questão: dizer que não queria ir ao banheiro com o agressor; da mesma forma, a grande maioria respondeu com as formas corretas de enfrentar o agressor (fugir ou sair correndo, gritar). Os participantes mostraram uma concepção que parece ser comum: dar um chute no agressor, como forma de livrar-se do perigo. Na questão referente a contar para alguém, a grande maioria mencionou os pais ou um adulto confiável, termo este que parece ter sido aprendido pelos participantes, por terem usado espontaneamente.

As histórias dramatizadas pelos participantes na sessão dez também mostraram os comportamentos esperados decorrentes da intervenção, quando os personagens emitiram nas histórias tais comportamentos: “perceber que o tio queria alguma coisa, contar para a mãe no telefone, a mãe brigar com o tio; repelir o tio, sair correndo, contar para toda a família”.

Durante a intervenção foram observados indicadores de possível contato com situações de violência e abuso sexual, à medida que progredia a discussão sobre situações abusivas e que os participantes discriminavam tais situações. Os conteúdos dos relatos revelaram claramente a exposição a situações sexuais: um amigo que convida para tirar fotos pornográficas; relatos de casos de abusos ocorridos nas vizinhanças das casas dos participantes; a insinuação de que uma menina teria sido obrigada a fazer sexo; a demonstração de conhecimentos sobre sexo adiantados para a faixa etária dos participantes; a interpretação de situações abusivas como sendo situações sexualmente abusivas; relatos de opiniões de meninos de aprovarem situações sexualmente abusivas, tais como relações sexuais forçadas e relação sexual com a própria mãe; o relato de uma menina sobre seu pai ter bebido em uma festa de família, e ter lhe mostrado o pênis; o relato de um menino de que uma vez estava na casa de um

parente e um homem tentou abusar sexualmente de uma menina na casa; outro menino comentou sobre a irmã de quatro anos que o tio tentou abusar e a mãe não fez nada; uma insinuação sobre o estupro de uma menina de nove anos.

Embora os indicadores acima podem ser considerados como contato com situações de violência sexual, a presente intervenção limitou-se a fazer esclarecimentos em público, nos grupos, a respeito de tais revelações pessoais de abuso sexual. Ficou claro que alguns participantes foram expostos a situações inapropriadas para sua idade, em seus lares ou outros locais. O programa falhou em prover um espaço apropriado para que outras revelações pudessem ocorrer, mesmo não sendo este um objetivo direto da intervenção. Uma possível solução para esta questão seria criar um segmento após cada sessão durante o qual os condutores ficariam à disposição dos participantes, com a consigna *Venha tirar suas dúvidas de forma individual*.

As falas dos participantes durante a intervenção, juntamente com resultados do teste sociométrico, poderiam indicar aqueles que necessitariam de atenção individualizada, ou seja, participantes que estariam em situação de risco para abuso sexual. Adicionalmente, seria necessário treinamento para os condutores do grupo, para que encaminhassem a situação para a resolução no interesse do adolescente e na forma da lei.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral desse trabalho foi avaliar a eficácia de um programa de prevenção primária, realizado em ambiente escolar, com pré-adolescentes e adolescentes. Os dados mostraram que o desempenho geral do grupo melhorou após a Intervenção e manteve-se após 18 meses, embora com uma pequena queda. As mudanças de desempenho foram estatisticamente significativas, apontando a eficácia da Intervenção no fornecimento das informações medidas pelo questionário. Há evidências na literatura científica internacional (Wurtele et al., 1986; Kraizer et al., 1989; Rispens et al., 1997) sobre os efeitos imediatos dos programas em termos da aprendizagem dos conceitos sobre abuso sexual e da aquisição das habilidades de autoproteção ensinadas, embora não haja ainda provas sobre sua generalização.

O objetivo de desenvolver e aplicar um programa de prevenção de abuso sexual para pré-adolescentes e adolescentes com ênfase na instalação de um repertório de comportamentos de autoproteção foi contemplado com a descrição dos procedimentos utilizados na intervenção.

Entretanto, algumas limitações importantes do presente estudo devem ser apontadas e sanadas em trabalhos posteriores, particularmente relacionadas com a avaliação do programa. Embora a análise qualitativa das participações dos estudantes mostre que ocorreram mudanças de comportamento, não se pode afirmar que o instrumento, que foi utilizado para avaliação das quatro categorias de comportamento que foram alvo da intervenção, tenha de fato medido tais comportamentos. A proposta inicial era de um estudo piloto, com a construção de um instrumento que viesse a ser validado ao longo do processo, e a replicação da intervenção juntamente com as medidas de avaliação na seqüência do estudo. Tal continuidade não seu deu, em função das características do projeto, particularmente sua duração, o que tornaria inexecutável a

formação e execução de mais dois ou três grupos posteriores de participantes. A validação do instrumento, portanto, não ocorreu no decorrer do presente estudo, porém há que se considerar que o próprio processo de construção da intervenção dá subsídios para a posterior reformulação e validação de tal instrumento, com vistas ao uso em novos programas de prevenção.

O instrumento pode ser aprimorado de forma a atingir objetivos mais abrangentes e para que possa medir igualmente as quatro categorias. As mudanças pretendidas poderão adicionar mais perguntas referentes às categorias de comportamento de “dizer não”, “sair da situação”, “contar a alguém”, sem retirar as referentes à categoria “discriminar riscos”, bem como reformular questões que não ficaram claras para os respondentes. Finalmente, seria pertinente submetê-lo a um processo formal de validação.

A despeito das limitações, o presente estudo possui muitos pontos positivos, tais como o desenvolvimento de um programa de intervenção original com resultados encorajadores. Outros pontos fortes a serem destacados são: a existência de um *Follow-up* longo (18 meses após o término da intervenção), e a manutenção de ganhos significativos após este período. Há que se apontar, também, a estratégia de se utilizar uma urna para os estudantes expressarem dúvidas de natureza sexual, facilitadora em função de que os participantes não precisavam se expor.

Questões referentes a múltiplas medidas devem ser levantadas. No presente estudo não foi feito o levantamento de casos investigados pelo Conselho Tutelar da região em que se encontrava a escola. Tal levantamento ajudaria na formação do perfil da comunidade em que seria aplicada a intervenção.

Outra questão relevante é a participação de pais e professores na intervenção. Observou-se, no presente estudo, que a participação dos pais, mesmo como

respondentes de um questionário, pode ajudar na adesão dos participantes da intervenção. Poderia ser tentada uma intervenção específica para os pais, similar em conteúdo à dos filhos. Seu objetivo seria educar os pais para discutir com os filhos os comportamentos de auto-proteção e inibir possíveis tentativas de abuso sexual intra-familiar. Futuros estudos poderiam envolver a participação de professores com o objetivo de ensiná-los a acolher dúvidas e possíveis revelações de casos de abuso feitas pelos adolescentes participantes. Além disso, o tema “prevenção do abuso sexual” poderia ser utilizado como uma tema transversal no currículo escolar do ensino fundamental, com técnicos capacitados para a aplicação do programas de prevenção de forma contínua e rotineira na grade curricular.

O presente estudo mostrou que é possível desenvolver um programa de prevenção primária de abuso sexual em escolas, dirigido a adolescentes e pré-adolescentes e adaptado à realidade brasileira. Os resultados mostraram que algumas crenças dos participantes a respeito de abuso sexual foram mudadas, principalmente as referentes a: uso da força física no abuso sexual; possibilidade de o agressor ser alguém próximo à criança, incluindo familiares e pais; idade ou sexo do agressor; sexo da vítima. São mudanças em crenças que podem fazer diferença para os participantes quando se defrontarem com uma situação real de abuso sexual.

A justificativa para o desenvolvimento de um programa de prevenção primária de abuso sexual, sua aplicação e avaliação considerou a escassez de trabalhos realizados no Brasil sobre este tema. A área de prevenção primária dá ainda os primeiros passos, e o presente trabalho mostra que o desenvolvimento de estudos é necessário. Prova disto foram os relatos dos participantes de contato com situações de violência.

Os custos do abuso sexual são grandes, tanto para a sociedade quanto para as vítimas, pois pode ter efeitos a médio prazo na qualidade de vida da pessoa vitimizada e a longo prazo na multiplicação da vitimização em gerações posteriores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência. (1997) *Abuso Sexual contra Crianças e Adolescentes*. Petrópolis: Autores e Agentes associados.
- Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência (2003). Sistema Nacional de Combate à Exploração Sexual Infanto-juvenil. Retirado da *World Wide Web* em março de 2005: <http://www.abrapia.org.br>.
- Aded, N.L.O., Dalcin, B.L.G.S., Moraes, T.M. & Cavalcanti, M.T. (2006) Abuso sexual em crianças e adolescentes: revisão de 100 anos de literatura. *Revista de Psiquiatria Clínica*. 33 (4), 204-213.
- American Psychiatric Association. (1995) *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais*. Porto Alegre: Artes Médicas. 4ª ed.
- Azevedo, M.A. & Guerra, V.A. (1995) *Violência Doméstica na Infância e na Adolescência*. São Paulo: Robe Editorial.
- Barnett, D. (1997) The Effects of Early Intervention on Maltreating Parents and their Children. In: M. Guralnick (ed.) *The Effectiveness of Early Intervention*. (pp. 147 a 170) Baltimore: Paul Brooks Publishing Co.
- Bastos, O.M. & Deslandes, S.F. (2005) Sexualidade e o adolescente com deficiência mental: uma revisão bibliográfica. *Ciência e Saúde Coletiva*. 10 (2): 389-397.
- Benetti, S.P.C. (2002) Maus-tratos da Criança: Abordagem Preventiva. Em: C. S. Hutz (org.) *Situações de Risco e Vulnerabilidade na Infância e na Adolescência – Aspectos Teóricos e Estratégias de Intervenção*. (pp. 131 a 150) São Paulo: Casa do Psicólogo.

- Blumberg, E., Chadwick, M., Fogarty, L., Speth, T. & Chadwick, D. (1991) The Touch Discrimination Component of Sexual Abuse Prevention Training. *Journal of Interpersonal Violence*. 6 (1), 12-28.
- Brasil. (1990) *Estatuto da Criança e do Adolescente*.
- Brino, R.F.(2002) *Abuso Sexual Infantil: Atuação de Educadores como Agentes de Prevenção*. Projeto apresentado à Comissão de seleção para doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos.
- Brino, R.F. (2006) *Professores como Agentes de Prevenção do Abuso Sexual Infantil: Avaliação de um Programa de Capacitação*. Tese de doutorado não publicada. Universidade Federal de São Carlos.
- Brino, R.F. & Williams, L.C.A. (2006) Brazilian teachers as agents to prevent child abuse: An intervention assessment. In: D.Daro (org.) *World Perspectives on Child Abuse*. (pp. 75-78) International Society for Prevention of Child Abuse and Neglect – ISPCAN: Chicago, Illinois, USA. (7a. Ed.)
- Bustos, D.M. (1979) *O Teste Sociométrico: Fundamento, Técnica e Aplicações*. São Paulo: Brasiliense.
- Centro de Referência, Estudos e Ações Sobre Crianças e Adolescentes. (2001) Retirado da *World Wide Web* em julho de 2003: www.cecria.org.br.
- Central Globo de Jornalismo (2000) Crianças Maltratadas. *Globo Repórter*. (documentário) Rede Globo.
- Chiesa, M. (1994) *Radical Behaviorism: The Philosophy and The Science*. Boston: Authors Cooperative, Inc., Publishers.
- Cunningham, S. (1983) Abused children more likely to become teenaged criminals. *APA Monitor*, 14 (12): 26-27.

- Daro, D. (1991) Child sexual abuse prevention: Separating fact from fiction. *Child Abuse & Neglect*, 15, 1- 4.
- Deblinger, E. (1998) Abuso sexual infantil. In: Arthur Freeman e Frank Dattilio. *Compreendendo a Terapia Cognitiva*. (pp. 187 a 195) Campinas: Editorial PSY.
- Del Prette, Z.A.P. (2005) Comunicação pessoal realizada durante o exame de qualificação da tese “Prevenção Primária de Abuso Sexual: Avaliação de um Programa com Adolescentes e Pré-adolescentes em Ambiente Escolar. Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da UFSCar.
- Del Prette, A. & Del Prette, Z.A.P. (2001). *Psicologia das Relações Interpessoais: Vivências para o Trabalho em Grupo*. Petrópolis: Vozes.
- Del Prette, A. & Del Prette, Z.A.P. (2003). Aprendizagem sócio-emocional na infância e prevenção da violência: questões conceituais e metodologia de intervenção. Em: A. Del Prette & Z. Del Prette (orgs.) *Habilidades Sociais, Desenvolvimento e Aprendizagem. Questões Conceituais, Avaliação e Intervenção*. Campinas: Editora Alínea.
- Del Prette, A. & Del Prette, Z.A.P. (2005) *Psicologia das Habilidades Sociais na Infância: Teoria e Prática*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Eibl-Eibesfeldt, I. (1977) *Amor e Ódio*. Lisboa: Bertrand.
- Eisenstein, E. (2004) Quebrando o silêncio sobre o abuso sexual. *Adolescência e Saúde*. 1 (3), 26-29.
- Elliot, M., Browne, K. & Kicoyne, J. (1995) Child Sexual Abuse Prevention: What Offenders Tell Us. *Child Abuse & Neglect*. 19 (5), 579-594.

- Faleiros, E.T.S. & Campos, J.O. (2000) *Repensando os Conceitos de Violência, Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes*. Brasília: Cecria/MJ-SEDH-DCA/FBB/UNICEF.
- Faller, K.C. (1989) Why sexual abuse? An exploration of the intergeneration hypothesis. *Child Abuse & Neglect*, 13, 543-548.
- Fieldman, J. P. & Crespi, T. (2002) Child Sexual Abuse: Offenders, Disclosures and School-based Initiatives. *Adolescence*. 37 (145), 151-160.
- Finkelhor, D. (1984) *Child Sexual Abuse*. New York: Free Press, Macmillan.
- Friedrich, W. (1998) Behavioral manifestations of child sexual abuse. *Child Abuse & Neglect*, 22 (6), 523-531.
- Fryer, G.E., Kraizer, S.K. & Miyoshi, M.S.W. (1987) Measuring actual reduction of risk to child abuse: A new approach. *Child Abuse & Neglect*, 11, 173-179.
- Furniss, T. (1993) *Abuso Sexual da Criança*. Porto Alegre: Artes médicas.
- Gibson, L. & Leitenberg, H. (2000) Child Sexual Abuse Prevention Programs: Do they decrease the occurrence of child sexual abuse? *Child Abuse & Neglect*, 24, 1115-1125.
- Goicoechea, P.H., Nañez, A.S. & Alonso, C.M. (2001) *Abuso Sexual Infantil: Manual de Formación para Profesionales*. Madrid, Espanha: Save the Children.
- Gongora, M.A.N. & Abib, J.A.D. (2001) Questões referentes à causalidade e eventos privados no Behaviorismo Radical. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 3 (1), 9-24.
- Gordon, B. & Schroeder, C. (1995) *Sexuality: a Developmental Approach to Problems*. New York: Plenum Press.
- Haugaard, J. (2000) The challenge of defining child sexual abuse. *American Psychologist*. 55 (9), 1036-1039.

- Jones, L., Finkelhor, D. & Halter, S. (2006) Child maltreatment trends in the 1990s: Why does neglect differ from sexual and physical abuse? *Child Maltreatment*. 11 (2), 107-120.
- Johnson, B. (2000) Using video vignettes to evaluate children's personal safety knowledge: Methodological and ethical issues. *Child Abuse & Neglect*, 24, 811-824.
- Knell, S. M. & Ruma, C. D. (1999) Terapia do jogo com crianças sexualmente abusadas. In: Mark Reinecke, Frank Dattilio e Arthur Freeman. (orgs.) *Terapia Cognitiva com Crianças e Adolescentes - Manual para a Prática Clínica*. (pp 277 a 295) Porto Alegre: Artes Médicas Sul.
- Kraizer, S., Witte, S. & Fryer, G. (1989) Child sexual abuse prevention programs: what makes them effective in protecting children? *Children Today*. September-October, 23-27.
- Leventhal, J. (1987) Programs to prevent sexual abuse: What outcomes should be measured? *Child Abuse & Neglect*, 11, 169-172.
- Leventhal, J. (2001) The prevention of Child Abuse & Neglect: successfully out of the blocks. *Child Abuse & Neglect*. 25, 431-439.
- Lisboa, C.S.M. & Koller, S.H. (2002) Considerações Éticas na Pesquisa e na Intervenção sobre Violência Doméstica. Em: C.S. Hutz (org.) *Situações de Risco e Vulnerabilidade na Infância e na Adolescência – Aspectos Teóricos e Estratégias de Intervenção*. (pp. 187 A 212) São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Mendel, M. P. (1995). *The male survivor: The Impact of Sexual Abuse*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Pacto São Paulo (2000) Retirado da *World Wide Web* em julho de 2003: www.pactosp.org.br.

- Padilha, M.G.S. (2001) *Adolescentes Institucionalizadas Vítimas de Abuso Sexual: Análise de um Processo Terapêutico em Grupo*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- Padilha, M.G.S. (2002) Abuso sexual contra crianças e adolescentes: Considerações sobre fatores antecedentes e sua importância na prevenção. Em: H. Guilhardi et. al. (orgs.) *Sobre Comportamento e Cognição: Contribuições para a Construção da Teoria do Comportamento*. Santo André: ESETec Editores Associados. v.10.
- Padilha, M.G.S. & Gomide, P.I.C. (2004) Descrição de um processo terapêutico em grupo para adolescentes vítimas de abuso sexual. *Estudos de Psicologia (Rio Grande do Norte)*. 9 (1), 53-61.
- Padilha M.G.S. & Williams, L.C.A. (2004) Considerações sobre estilos parentais de pais que cometem abuso físico, psicológico ou sexual contra seus filhos. Em: M.Z. Brandão, F.Conte, F.Brandão, Y ingberman, V.Silva, S.Oliani. (orgs.) *Sobre Comportamento e Cognição: Contribuições para a Construção da Teoria do Comportamento*. Santo André: ESETec Editores Associados. v.14.
- Pears, K.C. & Capaldi, D.M. (2001) Intergenerational transmission of abuse: A two-generational prospective study of an at-risk sample. *Child Abuse & Neglect*, 25, 1439-1461.
- Pfeiffer, L. & Salvagni, E.P. (2005) Visão atual do abuso sexual na infância e adolescência. *Jornal de Pediatria*. 81, S197-S204.
- Pistorello, J., Follette, V.M. & Hayes, S.C. (2000) Long-term correlates of childhood sexual abuse: a behavior analytic perspective. In: Dougher, M. (ed.) *Clinical Behavior Analysis*. Reno, Nevada: Context Press.
- Pliszka, S. R. (2004) *Neurociência para o Clínico de Saúde Mental*. Porto Alegre: Artmed.

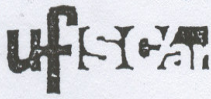
- Polanczyk, G.V., Zavaschi, M.L., Benetti, S., Zenker, R. & Gammernann, P.W. (2003) Violência sexual e sua prevalência em adolescentes de Porto Alegre, Brasil. *Revista de Saúde Pública*. 37 (1) 8-14.
- Projeto Piracema (2001) Retirado da *World Wide Web* em julho de 2003: <http://go.to/piracema>.
- Ramsey-Klawnsnik, H. (1990). *Sexually Abused Boys: Indicators, Abusers, and Impact of Trauma*. Paper presented at the Third National Conference on the Male Survivor, Tucson, AZ.
- Renk, K., Liljequist, L., Steinberg, A., Bosco G. 7 & Phares, V. (2002) Prevention of child sexual abuse: Are we doing enough? *Trauma, Violence & Abuse*. 3 (1), 68-84.
- Repucci, N.D. & Haugaard, J.J. (1989) Prevention of Child Sexual Abuse. Myth or Reality. *American Psychologist*. 44 (10), 1266-1275.
- Reppold, C.T., Pacheco, J., Bardagi, M. & Hutz, C.S. (2002) Prevenção de Problemas de Comportamento e o Desenvolvimento de Competências Psicossociais em Crianças e Adolescentes: Uma Análise das Práticas Educativas e dos Estilos Parentais. Em: C.S. Hutz (org.) *Situações de Risco e Vulnerabilidade na Infância e na Adolescência – Aspectos Teóricos e Estratégias de Intervenção*. (pp. 7 A 51) São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Rispens, J., Aleman, A. & Goudena, P. (1997) Prevention of Child Sexual Abuse Victimization: a Meta-analysis of school Programs. *Child Abuse & Neglect*. 21 (10), 975-967.
- Robert, J. (2003) *Não te Deixes Levar! Os Abusos Sexuais Explicados às Crianças*. Lisboa: Dinalivros.

- Salvagni, E.P. & Wagner, M.B. (2006) Development of a questionnaire for the assessment of sexual abuse in children and estimation of its discriminant validity: a case-control study. *Jornal de Pediatria*. 82 (6). (sem números de páginas).
- Siegel, A. & Williams, L. (2003) The relationship between child sexual abuse and female delinquency and crime: A prospective study. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 40 (1), 71-94.
- Smalwood, S. & Walsh, S. (1986) *O que está Acontecendo Comigo*. (filme) Consolidated Productions.
- Taal, M & Edelaar, M. (1997) Positive and negative effects of a child sexual abuse prevention program. *Child Abuse & Neglect*. 21, 399-410.
- Tobin, P. & Kessner, S.L. (2002) *Keeping Kids Safe: a Child Sexual Abuse Prevention Manual*. Auburn (USA): Hunter House Publishers.
- Trickett, E. & Levin, G.B. (1990) Paradigms for Prevention: Providing a Context for Confronting Ethical Issues. In: E. Trickett; G.B. Levin; R. Ness. (orgs.) *Ethical Implications of Primary Prevention*. (pp. 3 a 21) New York: The Haworth Press.
- Veltman, M. & Browne, K. (2001) Three decades of child maltreatment research – Implications for the school years. *Trauma, Violence and Abuse*, 2 (3), 215-239.
- World Health Organization (1999) Information office press release, WHO recognizes Child Abuse as a Major Public Health Problem. WHO/20 08April 1999. Retirado da *World Wide Web* em 14/11/2006: www.who.org
- Widom, C.S. (1989) Does violence beget violence? A critical examination of the literature. *Psychological Bulletin*, 106 (1), 3-28.
- Williams, L.C.A. (2002) Abuso sexual infantil. Em: H. Guilhardi, M.B.Madi, P.Queiroz, M.C.Scoz (orgs.) *Sobre Comportamento e Cognição. Contribuições para*

a Construção da Teoria do Comportamento. (pp. 155 a 164) Santo André, SP: ESETec.

- Williams, L.C.A. (2003) Sobre deficiência e violência: Reflexões para uma análise de revisão da área. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 9 (2), 141-154.
- Wolfe, V.V. (1998) Child Sexual Abuse. In: G. Mash, & R. Barkley. *Treatment of Childhood Disorders* . (pp. 545 a 597) New York: The Guilford Press.
- Wurtele, S.K. (1987) School-based sexual abuse prevention programs: A review. *Child Abuse & Neglect*, 11, 483-495.
- Wurtele, S., Marrs, S. & Miller-Perrin, C. (1987). Practice makes perfect? The role of participant modeling in sexual abuse prevention programs. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*. 5 (4), 599-602.
- Wurtele, S., Salawsky, D., Miller, C., Marrs, S. & Britcher, J. (1986). Teaching personal safety skills for prevention of sexual abuse: a comparison of treatments. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*. 54 (5), 688-692.

ANEXO 1



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA EM SERES HUMANOS

Via Washington Luiz, Km. 235 - Caixa Postal 676

Fones: (016) 3351-8109 / 3351-8110

Fax: (016) 3361-3176 - Telex 162369 - SCUF - BR

CEP 13.565-905 - São Carlos - SP - Brasil

End. Eletrônico: propg@power.ufscar.br

Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos, Referente ao Protocolo N^o.
041/04.

Deliberação

O Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar (CEP/UFSCar), registrado do CENEP/Conselho Nacional de Saúde, pelo ato de 18 de março de 1997, acolhendo o parecer do relator e do revisor, deliberou pela aprovação do projeto "Prevenção Primária de Abuso Sexual: Avaliação de um Programa com Crianças em Ambiente Escolar", com protocolo n^o 041/04, a ser desenvolvido por Maria da Graça Saldanha Padilha sob a orientação do(a) Profa. Dra. Lúcia Cavalcante de Albuquerque Williams.

São Carlos, 29 de junho de 2004.

Profa. Dra. Márcia Nittuma Ogata

Coordenadora do CEP/UFSCar

ANEXO 2

Questionário sobre Concepções acerca de Abuso Sexual Infantil

Eu, Maria da Graça Saldanha Padilha, psicóloga, e meus auxiliares de pesquisa que são alunos da Universidade Tuiuti do Paraná, estamos realizando uma pesquisa vinculada à Universidade Federal de São Carlos para conhecer o que as pessoas acham a respeito de vários aspectos da violência. Uma das formas de violência contra a criança e o adolescente é o abuso sexual. Gostaríamos de saber a sua opinião a respeito deste assunto, pois as opiniões de pais e mães são importantes para se planejar algum tipo de ação que diminua este problema. A sua honestidade nas respostas é muito importante. Não se preocupe em dar respostas corretas. Procure responder o que você realmente acha e não o que os outros acham. Este questionário vai ser preenchido por mim, mas não terá o nome da pessoa que respondeu. Não há identificação.

Parte I

1. Sexo: F () M ()
2. Idade: _____
3. Escolaridade:
analfabeto () primeiro grau () segundo grau () terceiro grau () pós-graduação ()
4. Ocupação: _____
5. Renda familiar: _____
6. Número de moradores da casa: _____
7. Número de cômodos da casa: _____
8. Condição marital: solteiro () casado () viúvo () mora junto ()
9. Número de filhos: _____

Parte II

1. O abuso sexual é somente a situação na qual um adulto tem relações sexuais completas com uma criança ou adolescente.
() Concordo totalmente () Concordo em parte () Não sei () Discordo em parte () Discordo totalmente
2. O abuso sexual é praticado somente por pessoas desconhecidas da vítima.
() Concordo totalmente () Concordo em parte () Não sei () Discordo em parte () Discordo totalmente
3. O abuso sexual contra crianças e adolescentes é considerado um crime pela lei brasileira.
() Concordo totalmente () Concordo em parte () Não sei () Discordo em parte () Discordo totalmente
4. Toda situação de abuso sexual envolve necessariamente o contato físico entre o abusador e a vítima.
() Concordo totalmente () Concordo em parte () Não sei () Discordo em parte () Discordo totalmente
5. O abuso sexual é praticado sempre com violência física contra a vítima, pegando à força.
() Concordo totalmente () Concordo em parte () Não sei () Discordo em parte () Discordo totalmente
6. Mostrar filmes ou revistas pornográficas para crianças pode ser considerado abuso sexual.
() Concordo totalmente () Concordo em parte () Não sei () Discordo em parte () Discordo totalmente

7. Não se deve falar sobre abuso sexual com crianças.
() Concordo totalmente () Concordo em parte () Não sei () Discordo em parte () Discordo totalmente
8. O abuso sexual pode ocorrer dentro de uma família, entre pais e filhos, tios e sobrinhos, irmãos ou irmãs, avós e netos, padrastos e enteados.
() Concordo totalmente () Concordo em parte () Não sei () Discordo em parte () Discordo totalmente
9. O adulto que passa a mão nos órgãos sexuais da criança para ficar sexualmente excitado ou deixá-la sexualmente excitada está praticando abuso sexual.
() Concordo totalmente () Concordo em parte () Não sei () Discordo em parte () Discordo totalmente
10. A criança não consegue se defender do abuso sexual porque é envolvida pelo adulto.
() Concordo totalmente () Concordo em parte () Não sei () Discordo em parte () Discordo totalmente
11. Falar sobre abuso sexual com a criança vai despertar a sua curiosidade e vai levá-la a procurar se relacionar sexualmente com alguém.
() Concordo totalmente () Concordo em parte () Não sei () Discordo em parte () Discordo totalmente
12. Para envolver a criança ou adolescente no abuso sexual, o abusador pode usar mentiras, sedução ou ameaças.
() Concordo totalmente () Concordo em parte () Não sei () Discordo em parte () Discordo totalmente
13. De maneira geral, as pessoas não têm informações sobre abuso sexual.
() Concordo totalmente () Concordo em parte () Não sei () Discordo em parte () Discordo totalmente
14. Uma criança ou adolescente é envolvido num abuso sexual porque quer.
() Concordo totalmente () Concordo em parte () Não sei () Discordo em parte () Discordo totalmente
15. Roupas curtas, exibindo o corpo, podem ser causa de abuso sexual.
() Concordo totalmente () Concordo em parte () Não sei () Discordo em parte () Discordo totalmente
16. As crianças deveriam ser educadas pelos pais sobre os riscos de abuso sexual.
() Concordo totalmente () Concordo em parte () Não sei () Discordo em parte () Discordo totalmente
17. As crianças deveriam ser educadas pela escola sobre os riscos de abuso sexual.
() Concordo totalmente () Concordo em parte () Não sei () Discordo em parte () Discordo totalmente
18. Quando uma criança é abusada sexualmente, fica traumatizada para toda a vida.
() Concordo totalmente () Concordo em parte () Não sei () Discordo em parte () Discordo totalmente
19. O abuso sexual praticado por pessoas de dentro da família é mais grave para a vítima o que o praticado por pessoas que não são da família.
() Concordo totalmente () Concordo em parte () Não sei () Discordo em parte () Discordo totalmente
20. Uma criança abusada sexualmente dentro da família pode fugir de casa. e entrar para a prostituição na adolescência.
() Concordo totalmente () Concordo em parte () Não sei () Discordo em parte () Discordo totalmente
21. Quando um pai ou padrasto abusa sexualmente de uma filha ou filho, é porque a mãe não consegue perceber o que está acontecendo.
() Concordo totalmente () Concordo em parte () Não sei () Discordo em parte () Discordo totalmente
22. Quando as pessoas sabem de um caso de abuso sexual, em geral elas denunciam.
() Concordo totalmente () Concordo em parte () Não sei () Discordo em parte () Discordo totalmente

23. Uma pessoa que sofreu abuso sexual na infância sente culpa e vergonha do que aconteceu.
() Concordo totalmente () Concordo em parte () Não sei () Discordo em parte () Discordo totalmente
24. Uma criança abusada sexualmente dentro da família pode entrar para a prostituição na adolescência.
() Concordo totalmente () Concordo em parte () Não sei () Discordo em parte () Discordo totalmente
25. Apenas homens praticam abuso sexual contra crianças ou adolescentes.
() Concordo totalmente () Concordo em parte () Não sei () Discordo em parte () Discordo totalmente
26. O abuso sexual acontece por causa da pobreza e do desemprego.
() Concordo totalmente () Concordo em parte () Não sei () Discordo em parte () Discordo totalmente
27. O abusador sexual pode ter qualquer nível de escolaridade, pode ou não ter estudado.
() Concordo totalmente () Concordo em parte () Não sei () Discordo em parte () Discordo totalmente
28. O abuso sexual ocorre porque o abusador usa drogas ou álcool.
() Concordo totalmente () Concordo em parte () Não sei () Discordo em parte () Discordo totalmente
29. O abusador sexual pode ter sido uma vítima de abuso na infância.
() Concordo totalmente () Concordo em parte () Não sei () Discordo em parte () Discordo totalmente
30. Quando as pessoas não denunciam casos de abuso sexual é porque ficaram com medo de ameaças ou de vingança.
() Concordo totalmente () Concordo em parte () Não sei () Discordo em parte () Discordo totalmente
31. O abusador sexual pratica o abuso porque não tem caráter.
() Concordo totalmente () Concordo em parte () Não sei () Discordo em parte () Discordo totalmente
32. O abuso sexual ocorre em qualquer classe social.
() Concordo totalmente () Concordo em parte () Não sei () Discordo em parte () Discordo totalmente
33. A criança que sofreu abuso sexual pode apresentar comportamentos sexualmente avançados para sua idade.
() Concordo totalmente () Concordo em parte () Não sei () Discordo em parte () Discordo totalmente
34. Apenas crianças ou adolescentes do sexo feminino são vítimas de abuso sexual.
() Concordo totalmente () Concordo em parte () Não sei () Discordo em parte () Discordo totalmente
35. O abusador sexual deve ser denunciado aos órgãos competentes.
() Concordo totalmente () Concordo em parte () Não sei () Discordo em parte () Discordo totalmente
36. O abusador sexual deveria fazer tratamento psicológico.
() Concordo totalmente () Concordo em parte () Não sei () Discordo em parte () Discordo totalmente
37. Quando um abusador sexual é pego, a comunidade deve fazer justiça com as próprias mãos.
() Concordo totalmente () Concordo em parte () Não sei () Discordo em parte () Discordo totalmente
38. Os adultos deveriam conversar mais sobre abuso sexual para evitarem que isso ocorra com as crianças.
() Concordo totalmente () Concordo em parte () Não sei () Discordo em parte () Discordo totalmente

ANEXO 3

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
DIRETOR DA INSTITUIÇÃO

Prezado _____ (Diretor da instituição)

Eu, Maria da Graça Saldanha Padilha, psicóloga, aluna do Programa de Pós Graduação em Educação Especial – Nível de Doutorado - da Universidade Federal de São Carlos, sob orientação da Profa. Lucia Cavalcanti de Albuquerque Williams, peço a gentileza de sua colaboração para a realização da minha pesquisa **PREVENÇÃO PRIMÁRIA DE ABUSO SEXUAL: AVALIAÇÃO DE UM PROGRAMA COM CRIANÇAS EM AMBIENTE ESCOLAR**

O objetivo deste trabalho é desenvolver um programa de prevenção primária de abuso sexual com crianças a ser aplicado dentro da escola e avaliar o impacto do programa sobre o repertório de auto-proteção

O espaço físico onde será realizada a pesquisa será o conjunto de dependências da Escola XXXXXX. Esta pesquisa constará dos seguintes passos: aplicação de questionário para pais, com o objetivo de conhecer as normas culturais destes sobre o abuso sexual; treinamento dos professores da escola para conhecimento do conteúdo do programa; implementação de um programa de prevenção primária com as crianças, através da formação de grupos dos quais elas participarão. O programa será avaliado após o seu término.

A aplicação do programa está prevista de forma a minimizar efeitos adversos (participação voluntária, emprego de técnicas não coercitivas, possibilidade de interromper a participação quando julgar necessário). Alguns efeitos possíveis a serem antecipados referem-se a possível ansiedade que os participantes possam vir a sentir por estarem sendo avaliados. Caso isto venha a ocorrer, a pesquisadora se compromete em

atender individualmente os participantes revendo seus princípios éticos e, assim, dissipando possíveis preocupações.

A participação não é obrigatória, sendo que cada participante tem a liberdade de participar ou não do trabalho, bem como desistir quando desejar, sem nenhuma penalidade devido a desistência ou não aceitação. Toda informação obtida será mantida em sigilo. Em caso de publicação dos resultados em Congressos ou Revista Científica será assegurada a não identificação dos participantes, bem como da instituição da qual fazem parte.

Garanto que serão feitos esforços para não haver desconforto ou constrangimento, que possam causar qualquer efeito nocivo sobre os participantes. Firmo o compromisso de zelar pelo respeito e dignidade de todos os participantes.

Sem mais, peço a gentileza de poder contar com a sua colaboração. Coloco-me desde já a disposição para qualquer esclarecimento, através do telefone: (41) 3368137 ou (41) 91137376.

Atenciosamente.

Maria da Graça Saldanha Padilha

Psicóloga – CRP 08/0775

Estou ciente e de acordo com a participação

Assinatura do Diretor da Instituição

Data ____/____/____

ANEXO 4

Questionário sobre Fatores relacionados a Abuso Sexual.

NOME:

Idade:

Analise as afirmações abaixo. Se você concorda com a afirmação, coloque um X no parênteses Verdadeiro. Se não concorda, coloque um X no Falso. Se não sabe, coloque um X no parênteses Não sei.

Em um abuso sexual o agressor usa sempre a força e a violência.

Verdadeiro Falso Não sei

Os abusadores costumam enganar as crianças ou adolescentes com falsas promessas.

Verdadeiro Falso Não sei

Todas as crianças e adolescentes sabem se defender de agressores sexuais.

Verdadeiro Falso Não sei

Ao perceber que um adulto está tentando abusar sexualmente, a criança ou adolescente deve sair correndo.

Verdadeiro Falso Não sei

Uma criança ou adolescente que tenha sofrido abuso sexual não deve contar para ninguém.

Verdadeiro Falso Não sei

As pessoas que cometem abuso sexual sempre são pessoas desconhecidas daquele que sofreu abuso.

Verdadeiro Falso Não sei

Uma criança ou adolescente é envolvido(a) num abuso sexual porque quer.

Verdadeiro Falso Não sei

Apenas os homens abusam sexualmente.

Verdadeiro Falso Não sei

Pessoas que têm bastante dinheiro não abusam sexualmente.

Verdadeiro Falso Não sei

Quando um adulto se aproxima de uma criança ou adolescente para abusar sexualmente, esta (este) deve ficar quieta(o), pois o adulto pode bater nela (nele).

Verdadeiro Falso Não sei

Apenas crianças ou adolescentes do sexo feminino são vítimas de abuso sexual.

Verdadeiro Falso Não sei

A criança ou adolescente nunca tem culpa de ter sofrido abuso sexual.

Verdadeiro Falso Não sei

Adolescentes (do sexo masculino ou feminino) também podem ser agressores sexuais.

Verdadeiro Falso Não sei

O adulto que pratica abuso sexual tenta fazer a criança ou adolescente se sentir culpada(o) por ter participado.

Verdadeiro Falso Não sei

Se uma criança ou adolescente esteve numa situação em que poderia ter sido vítima de abuso sexual, deve contar para algum adulto de confiança.

Verdadeiro Falso Não sei

Se a criança ou adolescente usar roupas que não mostrem partes do seu corpo, não vai sofrer abuso sexual.

Verdadeiro Falso Não sei

Se a criança ou adolescente contar para algum colega sobre o abuso que sofreu, o adulto que abusou pode fazer alguma coisa contra ela (ele) ou contra alguém da sua família.

Verdadeiro Falso Não sei

Uma criança ou adolescente pode ser abusada(o) sexualmente por uma pessoa por um adulto de quem gosta muito.

Verdadeiro Falso Não sei

Analise as afirmações abaixo e marque com um X dentro do parênteses da afirmação se você achar que o que está escrito pode ser um caso de abuso sexual.

- Uma amiga explica que um menino maior lhe faz coisas desagradáveis.
- A tia abraça o sobrinho.
- Uma amiga conta que um homem lhe ofereceu dinheiro para fazer fotos sem roupa.
- Um homem mais velho deu um presente para sua amiga e disse para não contar a ninguém.
- Um colega mais velho passou a mão no bumbum de uma menina e a ameaçou de surrá-la se ela contasse a alguém.
- Os amigos acariciam o cabelo de um menino.
- Um desconhecido passa a mão no bumbum de uma menina no ônibus.
- Um rapaz maior oferece dinheiro a um menor para ir com ele tomar banho.
- Um adulto mostra seus genitais para uma criança que não conhece.
- Uma desconhecida convida um menino para entrar num carro para dar uma volta.
- Uma menina abraça um amigo.
- Um desconhecido pega na mão de uma menina.
- Alguém diz coisas grosseiras para uma menina ou para um menino.
- Um homem velho oferece uma bala a uma menina para tocar seu corpo.
- Um adulto oferece dinheiro a um menino para fazer fotos dele sem roupa.

USE O VERSO DA FOLHA PARA FAZER COMENTÁRIOS, RECLAMAÇÕES E DAR SUGESTÕES DE MUDANÇAS PARA FUTUROS PROJETOS DENTRO DA ESCOLA.

(As perguntas a seguir foram colocadas para a segunda aplicação do questionário.)

Avaliação quanto à sua participação no Projeto de prevenção de abuso sexual:

- gostei muito de participar
- gostei mais ou menos de participar
- não gostei de participar
- se tivesse oportunidade, gostaria de participar novamente
- se me convidassem novamente para participar, não iria.

ANEXO 5

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
RESPONSÁVEL PELA CRIANÇA

Eu, Maria da Graça Saldanha Padilha, psicóloga, aluna do Programa de Pós Graduação em Educação Especial – Nível de Doutorado - da Universidade Federal de São Carlos, sob orientação da Profa. Lucia Cavalcanti de Albuquerque Williams, peço a gentileza de sua colaboração para a realização da minha pesquisa **PREVENÇÃO PRIMÁRIA DE ABUSO SEXUAL: AVALIAÇÃO DE UM PROGRAMA COM CRIANÇAS EM AMBIENTE ESCOLAR**. Sua colaboração é autorizar seu filho _____ (nome da criança) a participar da pesquisa.

O objetivo deste trabalho é desenvolver um programa de prevenção de abuso sexual com crianças a ser aplicado dentro da escola e avaliar este programa depois de seu término. O trabalho será feito dentro da escola XXXXXXXX.

Os passos da pesquisa são: aplicação de questionário para pais, com o objetivo de conhecer sua opinião sobre o abuso sexual, realização das sessões do programa de prevenção com as crianças autorizadas pelos pais a participarem da pesquisa, avaliação do programa depois do seu término.

Será feito todo o possível para que não haja nenhum efeito negativo ou prejudicial para as crianças participantes. As crianças participantes poderão interromper sua participação a qualquer momento, se não quiserem continuar ou se os pais não quiserem que continuem. Não haverá nenhuma penalidade para criança ou seus pais em caso de desistência. Algumas crianças podem se sentir ansiosas por estarem participando ou sendo avaliadas. Caso isto venha a ocorrer, a pesquisadora se compromete em atender individualmente os participantes, dissipando possíveis preocupações delas ou dos pais.

Não haverá nenhum custo financeiro pela participação no trabalho. As crianças participantes não terão nenhum prejuízo na rotina de suas atividades escolares.

Toda informação obtida será mantida em sigilo. Em caso de publicação dos resultados em Congressos ou Revista Científica não haverá identificação dos participantes, bem como da instituição da qual fazem parte.

Garanto que serão feitos esforços para não haver desconforto ou constrangimento, que possam causar qualquer efeito nocivo sobre os participantes. Firmo o compromisso de zelar pelo respeito e dignidade de todos os participantes.

Sem mais, peço a gentileza de poder contar com a sua colaboração. Coloco-me desde já a disposição para qualquer esclarecimento, através do telefone: (41) 3368137 ou (41) 91137376.

Atenciosamente.

Maria da Graça Saldanha Padilha

Psicóloga – CRP 08/0775

Estou ciente e de acordo com a participação

Assinatura do Responsável pela criança

Data ____/____/____

ANEXO 6

**Modelo de certificado dado aos participantes
após a segunda aplicação do questionário.**

CERTIFICADO

Certifico que _____

Participou do Projeto Prevenção de Abuso Sexual
realizado na Escola XXXXXXXX,
no período de setembro a dezembro de 2004.

Maria da Graça Saldanha Padilha

Psicóloga - CRP 08/0775

ANEXO 7

Aula expositiva sobre Maus-tratos e Abuso Sexual

Os maus-tratos podem apresentar-se isoladamente ou de maneira combinada:

- abuso físico: o adulto usa a força de forma intencional, não acidental, para ferir a criança pela qual é responsável;
- abuso psicológico: atitudes como rejeição, depreciação, discriminação, cobranças e punições exageradas, que podem trazer danos ao desenvolvimento psicológico;
- negligência: omissão de prover as necessidades básicas para o crescimento da criança, privando-a de atenção, alimento, cuidados com higiene, ou mesmo do direito ao estudo;
- abuso sexual: a criança pode ser usada para gratificação sexual do adulto, dentro de uma relação na qual não tem poder de decisão.

Os maus-tratos contra crianças e adolescentes: aumentam a violência na sociedade. A violência é um fenômeno sujeito à transmissão de geração para geração. Pessoas que tenham passado por situações de maus-tratos na infância têm maior probabilidade de repetirem com seus filhos as situações pelas quais passaram.

Abuso: uso errado, uso excessivo. O abusador tem a intenção de abusar. Conceito de abuso sexual: envolve atos ou jogos sexuais, de caráter heterossexual ou homossexual, entre adultos e crianças menores de 18 anos. Há um abuso de poder por parte do adulto, pois a criança não tem condições de decidir se quer participar ou não da relação abusiva. Em geral é coagida com ameaças ou seduzida, o que pode ocorrer quando a criança tem uma relação de afeto com o abusador. Incesto: forma mais extrema de abuso sexual. Ocorre dentro da família, envolvendo parentes da criança.

O abuso sexual pode ou não deixar provas físicas. O abuso envolve desde uma carícia íntima, manipulação da genitália, mama ou ânus, exploração sexual, pornografia, “voyeurismo” (prática de olhar outros em situações sexuais), exibicionismo, até a penetração vaginal, anal ou oral (Padilha, 2001).

A duração do abuso de um único episódio isolado até episódios recorrentes e rotineiros durante vários anos, sem que haja a revelação do fato perante outros. desde que a criança é bebê e ser praticado por indivíduos pedófilos ou agressivos. A criança revela o abuso, mas não há provas físicas, o abusador argumenta que não forçou a criança a nada. Este é um dos fatos mais impactantes sobre o abuso sexual, pois leva a criança a pensar que é culpada pelo que aconteceu e que participou porque quis.

O abuso sexual é um fenômeno comum, porém silencioso. Não depende de nível sócio-econômico-cultural. Não se pode afirmar que a pobreza seja um fator causador do abuso sexual. Pode-se pensar que talvez seja mais denunciado quando ocorre em classes sociais menos favorecidas, por apresentar-se nestes casos mais associado à violência física, ou à prostituição infantil.

O abusador pode apresentar dois tipos de comportamento: um é o do indivíduo reservado, inócuo, suave, pouco viril, aparentemente pudico e moralista; o outro é o do indivíduo agressivo e violento. Ambos os tipos podem ocorrer tanto no abuso intrafamiliar como no abuso extrafamiliar. No primeiro caso podemos estar falando de um pedófilo, cujo desvio se dá no sentido da eleição de uma criança como fonte exclusiva de prazer e suscetível de provocar orgasmo. Sua aproximação à criança é pela sedução. Já no segundo caso, o abusador aproxima-se da criança usando a força física ou a coerção para cometer o abuso.

Abuso prolongado: as crianças expressam fortes sentimentos de culpa e vergonha, independentemente do grau de cooperação e da vontade de participar do

abuso. As atitudes dos adultos após a revelação do abuso são determinantes no estabelecimento destes sentimentos. A criança que é compreendida neste momento apresentará mais facilidade em expressá-los e lidar com eles.

As conseqüências do abuso para a criança são os efeitos diversos de uma situação de trauma. Podem prejudicar seriamente o seu desenvolvimento emocional, cognitivo e comportamental, particularmente no caso do incesto.

Além de se culpar, a criança pode apresentar o que chamamos de “síndrome dos bens danificados”, que é o sentimento de que a inocência foi perdida e de que seus sonhos foram destruídos. Pode também apresentar depressão, baixa auto-estima, habilidades sociais empobrecidas, raiva, hostilidade e incapacidade para confiar.

Mas talvez a pior conseqüência do abuso para a criança seja o impedimento de aprender como se proteger. Ela pode se tornar uma pessoa passiva, que deixe os outros fazerem consigo o que quiserem, já que não acredita na própria capacidade de controlar as situações de sua vida.

Mitos em relação ao abuso sexual de crianças: “o abusador sexual é um psicopata, um tarado que todos reconhecem na rua”; “o estranho representa o perigo maior às crianças e adolescentes”; “o abuso sexual, na maioria dos casos, ocorre longe da casa da criança ou do adolescente”; “a maioria dos casos é denunciada”; “as vítimas do abuso sexual são oriundas de famílias de nível sócio-econômico baixo”. Por exemplo: uma mãe não detecta comportamentos de aproximação a seu filho de 10 anos de um pedófilo que mora na vizinhança. Desta forma pode deixar a criança sair de casa para brincar e esta acaba sendo envolvida num abuso sexual.

Autoproteção: há quatro coisas a fazer: perceber o risco, dizer não, sair correndo ou sair da situação, contar para um adulto confiável.

ANEXO 8

A história de Rosinha (Padilha, 2001)

Versão modificada pela própria autora.

Personagem principal: Rosinha, 12 anos; mãe de 35 anos, irmão Alvinho de nove anos e tio de 40 anos.

Rosinha gostava de brincar com seu irmão Alvinho. A mãe deles trabalhava de dia numa loja e o pai trabalhava numa empresa de segurança. Rosinha e Alvinho iam para a escola de manhã e à tarde ficavam em casa. Como os pais tinham que trabalhar, pediam para o tio, irmão do pai, para cuidar de Rosinha e Alvinho. Às vezes o tio ia fazer alguma coisa da casa, e às vezes ficava no sofá vendo televisão ou comendo. Rosinha e Alvinho tinham que fazer algumas tarefas da casa, pois a mãe só chegava às seis e o pai só chegava às oito da noite. O tio saía às cinco e meia para ir para casa. Rosinha era uma menina bem bonitinha que já estava meio que ficando mocinha, isto é, seu corpo estava se desenvolvendo, pois estava entrando na puberdade. Mesmo assim gostava muito de brincar com seu irmão Alvinho.

Numa tarde, o tio disse a Rosinha e Alvinho que não estava se sentindo muito bem e pediu que Alvinho pegasse o ônibus e fosse até a farmácia de um conhecido deles que ficava em outro bairro, pois o tio não tinha dinheiro para o remédio e queria comprar fiado.

Alvinho obedeceu ao tio e foi. Enquanto isso, Rosinha tratava de fazer um chá que o tio lhe pediu. Ele estava de cama e Rosinha foi levar o chá para ele. Eles conversaram durante mais ou menos meia hora. Mas de repente ele pediu que ela se aproximasse e deitasse ali na cama com ele, pois ele estava com frio. Ela se deitou e disse para o tio que logo o Alvinho chegaria com o remédio e então ele ficaria melhor. Ele aproximou-se dela e começou a fazer carinho. Ela achou esquisito, mas como ele

estava doente, não ligou. Os carinhos tomaram uma forma diferente, ele começou a acariciar suas coxas por cima da saia.

Disse que ela estava ficando uma moça muito bonita e que gostaria de lhe dar um beijo. Rosinha continuou achando estranho, mas lembrou que ele era seu tio e não iria fazer nada de errado com ela. Já que ele estava doente, não viu problema nenhum em um beijinho.

O tio se aproximou, colocou uma de suas pernas sobre as coxas de Rosinha e sem avisar começou a beijá-la na boca. Rosinha ficou completamente sem ação, tentou livrar-se daquele beijo, mas quanto mais ela tentava sair da situação, mais ele a segurava. Ficou muito assustada, não sabia o que iria acontecer, mas mesmo assim não conseguia se livrar.

Não conseguia de duas formas: uma era porque não tinha força para empurrar o tio para que ele saísse de cima dela; outra era porque se sentia fraca por dentro, sentia uma moleza que não sabia explicar; sentia que ao mesmo tempo que não deveria estar naquela situação, deveria também obedecer o tio – afinal ele que tinha mandado ela deitar ali. Nesse momento escutaram o portão bater, era Alvinho que tinha voltado. O tio rapidamente ordenou que Rosinha não contasse nada daquilo para ninguém!

O tio deitou-se do seu lado e Rosinha saiu correndo do quarto. Trancou-se no banheiro e começou a chorar, não conseguia entender o que estava acontecendo. De uma coisa tinha certeza: aquilo não estava certo.

Alvinho chegou com o remédio e foi ao quarto onde estava o tio. Saiu do banheiro e o irmão lhe disse que o tio estava dormindo e que era melhor não incomodá-lo. Rosinha, então, ficou quieta e foi para seu quarto. No final da tarde, o tio acordou, arrumou-se e foi embora. Como de costume, despediu-se de Rosinha e Alvinho e mandou que eles se comportassem.

Quando a mãe chegou do trabalho, Alvinho lhe contou que o tio tinha estado doente, mas que pelo jeito tinha melhorado, pois nem tomou o remédio que Alvinho foi comprar. Rosinha estava sentada na frente da TV vendo a novela, quando a mãe chamou-a para ajudar com o lanche. A mãe achou Rosinha meio esquisita e perguntou se tinha brigado de novo com o irmão. Rosinha disse que não, que não era nada. A mãe lhe disse que achava que ela estava aprontando alguma, mentindo, para variar. Rosinha deixou cair um copo e a mãe gritou com ela, que saiu correndo e chorando. Logo o pai chegou.

Alvinho, o pai e a mãe foram fazer o lanche e Rosinha se trancou no quarto, chorando e sentindo-se cada vez mais confusa. Naquela noite teve pesadelos, mas não contou a ninguém no dia seguinte.

Nos dias que se seguiram, a vida continuou em sua rotina normal. Dali a uma semana, o tio mandou Alvinho até uma loja de auto-peças para comprar uma peça do amortecedor do carro que estava quebrado e a peça tinha que ser trocada. Logo que Alvinho saiu, o tio foi para o quarto e chamou Rosinha.

ANEXO 9

Porcentagens de respostas corretas dos estudantes que participaram das três aplicações do *Questionário sobre Fatores relacionados a Abuso Sexual* (n=42).

Participante	Sexo	% de respostas corretas no Pré-teste	% de respostas corretas no Pós-teste	% de respostas corretas no <i>Follow-up</i>
P1	F	72,73	90,91	87,88
P2	F	69,7	93,94	96,97
P3	F	60,61	72,73	57,58
P4	F	63,64	72,73	54,55
P5	F	81,82	90,91	87,88
P6	F	69,7	84,85	84,85
P7	F	69,7	93,94	81,82
P8	F	69,7	87,88	81,82
P9	F	72,73	90,91	81,82
P10	F	63,64	78,79	60,61
P11	F	63,64	81,82	84,85
P12	F	54,55	75,76	75,76
P13	F	72,73	84,85	63,64
P14	F	75,76	81,82	87,88
P15	F	54,55	78,79	60,61
P16	F	69,7	90,91	87,88
P17	F	75,76	84,85	72,73
P18	F	78,79	84,85	84,85
P19	F	66,67	87,88	81,82
P20	F	72,73	87,88	72,73
P21	F	72,73	90,91	90,91
P22	M	87,88	96,97	78,79
P23	M	75,76	87,88	81,82
P24	M	60,61	87,88	90,91
P25	M	60,61	78,79	78,79
P26	M	69,7	90,91	66,67
P27	M	69,7	93,94	87,88
P28	M	81,82	96,97	96,97
P29	M	54,55	87,88	72,73
P30	M	45,45	72,73	75,76
P31	M	75,76	90,91	87,88
P32	M	66,67	60,61	27,27
P33	M	72,73	81,82	84,85
P34	M	78,79	81,82	75,76
P35	M	78,79	93,94	81,82
P36	M	69,7	87,88	66,67
P37	M	75,76	75,76	90,91
P38	M	66,67	84,85	54,55
P39	M	69,7	84,85	78,79
P40	M	87,88	78,79	81,82
P41	M	66,67	72,73	78,79
P42	M	66,67	84,85	81,82

Porcentagens de respostas corretas dos estudantes que participaram de duas aplicações do *Questionário sobre Fatores relacionados a Abuso Sexual* (n=18).

Participante	Sexo	% de respostas corretas no Pré-teste	% de respostas corretas no Pós-teste
P43	F	59,3	81,2
P44	F	71,8	81,2
P45	F	75	84,3
P46	M	59,3	81,2
P47	M	78,1	84,3
P48	M	65,6	93,7
P49	M	75	87,5
P50	M	68,7	90,6
P51	M	75	75
P52	F	81,2	90,6
P53	F	59,3	81,2
P54	M	75	81,2
P55	M	46,8	75
P56	M	75	84,3
P57	F	78,1	75
P58	M	65,6	90,6
P59	M	93,7	90,6
P60	M	75	75

ANEXO 10

**Transcrições do material produzido por escrito durante a Intervenção
pelos participantes a cada atividade.**

Sessão 1

Na atividade em grupo “Jogo dos direitos e das responsabilidades” (Goicoechea, Nañez e Alonso, 2001) foram feitos grupos por afinidade. Os direitos que escreveram nas cartelas foram:

De ir para a escola, ter uma educação, de não passar fome, ter uma casa para morar, ter um emprego no futuro, assistência médica, de ser feliz, namorar na escola com autorização dos pais, “ficar” todos os dias, brincar com os amigos, pais e mães terem trabalho, direito de ir ao banheiro, ser respeitado pelos outros, ter um celular. As responsabilidades escritas por eles foram: fazer a tarefa da escola, dever de ir para a escola, estudar bastante, cuidar da casa, limpar o quarto quando levantar, arrumar a cama, lavar a louça, deixar tudo em ordem, respeitar os professores, respeitar os colegas, responsabilidade pelos próprios atos, ajudar o próximo, pagar empregados em dia, trabalhar depois da escola, não ser racista, ir ao banheiro, ser pontual, ouvir as pessoas que precisam desabafar, tomar banho antes de ir à escola.

Os trabalhos foram comentados.

Sessão 2

Na atividade “Direitos humanos e interpessoais” (Del Prette e Del Prette, 2001), os conteúdos das histórias foram os seguintes:

- *Meninas brigavam por terem opiniões diferentes, outras colegas entraram no meio da história e todas as meninas acabaram se desculpando.*
- *Homem queria cortar árvores para sua serraria e a serraria foi fechada pela polícia.*

- *Menino queria tirar R\$ 5,00 do banco e quando chegou lá, não pôde. Voltou para casa, os pais perceberam que estava triste, o garoto contou o que aconteceu.*
- *Colegas de escola se tratavam mal. Os outros colegas disseram que tinham que ser respeitosos uns com os outros.*
- *Um “drogado” ofereceu drogas a um jovem que o tratou mal. O jovem voltou e pediu desculpas ao “drogado” dizendo que não se pode tratar ninguém assim.*
- *Uma aluna pedia explicação sobre a aula, a professora não queria falar novamente.*
- *Uma menina passeava pela praça perto de sua casa, chegou um amigo maior de idade e convidou-a para tirar fotos pornográficas, dizendo a ela que não podia recusar. Ela disse que não e saiu correndo.*
- *Uma menor de idade pediu informações a um guarda e ele disse que ela deveria ter vindo com sua mãe. A menina saiu sem dizer nada.*
- *Em um trabalho em grupo, duas meninas, por serem negras, não tiveram a oportunidade de expressar suas opiniões.*
- *Uma menina pediu uma opinião à irmã e ela disse que ninguém mandou se meter em confusões e acabou apanhando de sua mãe.*
- *Certo dia uma menina estava caminhando pela calçada e de repente apareceu uma mulher que a expulsou: “sai daqui guria, você está no meu caminho”. Então sua colega disse: “Você não tem o direito de expulsá-la, pois a calçada é de todos”. A mulher respondeu: “Eh, foi mal, eu errei; desculpe-me, eu estou de mau humor”. Chegando em casa: “Sabe filha hoje eu estava passando pela calçada....” A filha respondeu: “Tá bom, tá bom, tenho mais o que fazer”. Uma hora depois, a filha disse: “Agora pode falar”. A mulher respondeu: “Mudei de opinião e não quero mais falar”.*
- *Era uma vez uma menina que estava na escola, fazendo um trabalho em grupo, a professora perguntou se alguém tinha uma opinião; a menina queria falar sua opinião e os outros não deixavam. A professora pediu um pouco de silêncio e a menina falou sobre o seu direito de respeitar a vida e a natureza.*
- *Quando chegou a hora do lanche, uma menina estava com fome e pediu um pouco da pipoca da colega, que disse: “Eu não sou sua mãe para ficar te dando comida”.*

- *Um dos colegas pediu informação sobre o time que ganhou a partida de futebol e o colega que respondeu começou a chutar e não deu a informação.*
- *Um menino pediu o “penal” (estojo para canetas) emprestado e o outro não emprestou dizendo que não poderia pois iria usar; então o outro foi embora.*

Nas discussões ao final das sessões de cada turma, os participantes fizeram comentários e surgiram os seguintes temas:

O direito de estar sentado num banco e os outros não o retirarem dele por privacidade; querer mudar de banco no ônibus; respeitar todos e a natureza; não xingar alguém fora do ônibus; não matar animais; falar para uma pessoa que ela cometeu um erro, descobrir que não foi ela e depois pedir desculpas.

Sessão 3

Não há transcrições. Os participantes fizeram a atividade “Nem passivo, nem agressivo: assertivo!” (Del Prette e Del Prette, 2001).

Sessão 4

Nas duas turmas os estudantes participaram do relaxamento e em seguida escreveram em papel as partes do corpo de que gostavam e de que não gostavam, de maneira anônima. Entre as participantes do sexo feminino, 40% responderam que a parte de que mais gostavam era o cabelo e 37% responderam que não gostavam da barriga. Entre os meninos, 32,2% responderam que não tinham parte do corpo de que não gostavam e 13% disseram que gostavam mais do pênis.

Sessão 5

Após a explicação sobre anatomia externa dos genitais, algumas dúvidas chamaram mais a atenção das participantes: *camisinha, camisinha feminina, orgasmo,*

clitóris, menina transar com dois meninos, relação anal, chupar o pênis, porque as mulheres gritam durante a relação, uso do absorvente, cólica menstrual, tamanho do pênis, se beijar engravida, como nascem gêmeos, doenças transmitidas sexualmente, cesariana, rompimento da bolsa, aborto, inseminação artificial, sintomas da Aids.

As dúvidas das meninas que foram colocadas na urna de forma anônima estão expostas na Tabela 11 e as dos meninos na Tabela 12.

No exercício “História coletiva oral” (baseado em Del Prette e Del Prette, 2001), as turmas produziram histórias diferentes. A história das meninas da turma A foi a seguinte:

Ela começou a gritar, ele a segurou e mandou calar a boca e tirar sua roupa. Ele derrubou ela no chão, ela viu que tinha pedras no chão e começou a bater nele. Pegou as pedras, jogou na cabeça dele, ele caiu no chão, ela saiu correndo. Ela foi para casa, não contou nada do que tinha acontecido para a mãe. No outro dia saiu novamente com suas amigas – o mesmo homem pôs uma máscara e a pegou novamente. Ela começou a correr, tropeçou e ele conseguiu pegar ela. Ele fez aquilo com ela (estuprou) – ela começou a chorar. Ela foi embora e contou para a mãe dela, que contou para o pai, que denunciou para a polícia. Eles voltaram para casa, arrumaram um esquema para pegar o homem. Foi no mesmo caminho e serviu de isca – os policiais pegaram. Ela ficou abalada psicologicamente e começou a fazer tratamento. Ela conseguiu se recuperar. Ela ficou grávida e abortou o filho. Não pode mais ter filhos. Arranjou uma pessoa especial e viveram felizes para sempre.

A história das meninas da turma B foi:

Ficou nervosa, não sabia o que ia fazer, saiu correndo. Voltou pela estrada normal, encontrou a amiga. A amiga perguntou o que estava

acontecendo – tava chorando – disse a ela para não ir nesses lugares sozinha. Contou o que aconteceu, saiu, contou para os pais – foram na delegacia. Denunciaram o cara – foram no lugar, encontraram ele, prenderam. Ele tentou fugir, abrindo a janela. Saiu, pegou a amiga da Augusta, foi tentar fazer o mesmo, mas como não estava sozinha, ele foi embora. Augusta foi pegar o boné da sorte, viram ele. Ele saiu atrás, quase pegou. Ele fugiu. No dia seguinte foi passear e encontrou ele de novo. Augusta fugiu e encontrou outro homem e foi com ele no caminho. Ela foi com o caminhoneiro na casa deles. O pai de Augusta viu e pensou que fizeram algo com ela. O caminhoneiro casou com Augusta e o bandido morreu à base de porrada.

Os meninos da turma A contaram a seguinte história:

Augusto saiu correndo no mato e acertou uma pedra. Mas o homem o pegou e quis fazer sexo. Tirou a roupa, abaixou a calça de Augusto e... “Crau”. Augusto gemeu. Bateu em Augusto, que fugiu sem a zorbinha. Contou para a mãe que tinha feito sexo anal. A mãe chamou a polícia, que prendeu o homem.

A história dos meninos da turma B foi:

Augusto caiu. O homem pegou ele, levou para o mato e obrigou a fazer sexo anal. Augusto fugiu, foi para a delegacia. A polícia pegou o homem, mas ele fugiu da cadeia e se perdeu no mato. Continuou fazendo coisas com meninas e comeu uma delas. Mandou ela fazer chupeta e matou ela.

Tabela 11

Dúvidas das meninas colocadas em uma urna na sessão 5.

Tema	Pergunta
Menstruação	Por que as meninas têm menstruação e vergonha de contar para os pais? E se não souber o que fazer na hora da menstruação? Por que e com quantos anos começa a menstruação? E por que tem isso? Como ocorre a menstruação? Por que meninas de menos de 11 anos não têm menstruação? Com que idade paramos de menstruar? Pode causar algum risco à nossa saúde se pararmos antes? Por que temos cólica durante a menstruação?
Gravidez	Quando uma mulher engravida e seu parto é normal, por que ela sofre? Como sai o nenê?
Doenças sexualmente transmissíveis	Fora a Aids que é bem comum, que outras doenças são transmitidas através do sexo? Quando ocorre o primeiro sexo de um casal e um deles pega uma doença (Aids), como podemos saber se estamos com ela? Quando é perigoso pegar Aids fazendo sexo?
Masturbação	Como é a masturbação? Como as mulheres se masturbam?
Desenvolvimento	Como crescem nossos órgãos tão de repente? Por que a gente demora tanto para se desenvolver? Qual a fase mais perigosa do menino e da menina? Por que a puberdade é a fase em que mais nos desenvolvemos?
Sexo	Que idade é boa e normal para o sexo de um casal? Quem tem mais vergonha de transar, homens ou mulheres? Os meninos ficam excitados por causa de nós mulheres? A ereção só acontece com os meninos? Quando a menina é obrigada a fazer sexo, que providência deve ser tomada?

Tabela 12

Dúvidas dos meninos colocadas em uma urna na sessão 5.

Tema	Pergunta
Mulheres	Com quantos anos mulher quer transar? Como a menina faz para transar? Por que as meninas deixam os meninos excitados? Como é a masturbação feminina? A mulher enfia o dedo na vagina para satisfazer o seu prazer? Existem tamanhos e tipos diferentes de “xerereca”? Como fazem as lésbicas? Por que a mulher grita?
Sexo oral	O que é sexo oral? É falar besteira?
Sexo anal	O que é sexo anal? Se o homem “come” o ânus da mulher, ela também sente prazer? Faz mal fazer sexo pelo ânus?
Sexo	Depois que os homens fazem sexo o prazer acaba? Ter prazer de pegar uma mulher gostosa para transar e fazer ela gemer e fazer sair sangue é perigoso? Como é transar com grávida? Como é troca de casais?
Camisinha e anticoncepção	O líquido transparente engravida? O que a pílula anticoncepcional faz para a mulher não engravidar? Pode colocar duas camisinhas? Dá para colocar saco plástico no lugar da camisinha?
Pênis e masturbação	O gozo tem um canal para sair? Porque quando a gente “bate punheta” e goza quando toca na cabeça do pau nós estremecemos? Eu tenho umas bolinhas em volta da cabecinha do pênis e não sei o que é – podem me falar? O pênis pode quebrar? Pau quebra? Os pentelhos caem?

Sessão 6

As meninas das duas turmas escreveram anonimamente o que consideravam ser situações abusivas:

Situação que muitas vezes é forçada; Uma pessoa obrigar a outra a fazer o que não quer; É ser chamada a fazer algo forçada, ameaçando a pessoa que foi seqüestrada, por uma pessoa de mau caráter; Que não tem o que fazer e tem que judiar de uma pessoa às vezes até inocente; Que algum familiar da pessoa abuse dela como seu avô, seu tio, etc; É quando a pessoa passa dos limites; Quando uma criança

não quer ter relação sexual, mas o homem ou a mulher insiste; Um homem chega e pega a menina e tenta estuprar e a menina tem que ficar agüentando senão ele bate; Quando passa dos limites, quando usa a violência para abusar de tal pessoa; Quando a pessoa não quer fazer, mas é obrigada a fazer através da violência; É quando alguma pessoa aproveita da pessoa passando dos limites; A professora deixou o menino atrás da porta por quatro horas; Que quando a pessoa é obrigada a fazer o que não quer. Exemplo.: uma menina doente foi abusada pelo seu próprio pai quando não tinha ninguém; É uma situação em que um homem pega uma menina, comete violência sexual e depois a mata e finge que nada aconteceu; É ser forçado a fazer algo que você ou qualquer outra pessoa não queira. Sendo ameaçado, maltratado, etc; Forçar uma pessoa para transar com você, ao menos que ela queira ou seja casada; É quando uma pessoa abusa de crianças, adolescentes, etc.; Eu conheço uma amiga minha que sofre com isso, é um senhor de idade que fica mostrando o pênis, oferecendo-lhe dinheiro e até mesmo agarrando ela; Eu acho que é quando a pessoa é estuprada ou coisa parecida; É quando uma pessoa vai até a casa de um namorado e faz coisas erradas, ou seja, fazem sexo; Minha prima foi na casa de seu ex-namorado e se deitou com ele e agora está com um filho nos braços; E quando vamos no mercado no bar e gastamos demais; É uma coisa exagerada, demais; Quando alguém toma bebidas alcoólicas demais; Quando um homem pega uma mulher e quer fazer sexo forçado, a mulher não quer fazer sexo; Quando alguém passa além da conta em uma ação; Posso citar o que aconteceu em nossa história, quando o homem estuprou a menina; Eu acho que é quando uma pessoa tenta estuprar uma pessoa à força, ou seja, sem ela querer; É quando uma pessoa exagera daquilo que está fazendo, ou seja, passa do limite; Uma pessoa bebe demais e acaba pegando uma grave doença, como cirrose; Quando uma pessoa passa do limite, por exemplo para beber, e se vicia; Quando uma pessoa estupra uma menina ou uma pessoa maior sem mesmo que ela queira; Eu acho que é uma ação muito anormal e uma pessoa que passa por uma coisa dessas fica muito abalada e precisa de um tratamento

psicológico; Um homem pede para uma menina de 12 ou 13 anos transar com ele e ele obriga; É quando uma pessoa força a criança ou adolescente ou adulto a fazer sexo; É quando um homem ou até mesmo uma mulher abusa sexualmente de outra pessoa; Não tem só este tipo, mas este é um deles; De repente, pode ser que esteja abusando mesmo, tipo assim: o pai tá em casa, e eles estão em uma dificuldade tremenda, então o pai vai no bar e bebe e o filho vai no sinal trabalhar, para dar dinheiro para o pai beber. Isso se chama situação abusiva; É pegar nas partes íntimas da pessoa, explorar como tirar sua roupa e estuprar como se fosse um qualquer; É alguma coisa exagerada, sem necessidade de ser falada ou feita. Como exemplo: o estupro ou o pai, ou alguém para essa pessoa se sentir mal, ou no caso da professora que deixou o aluno de pé castigado por mais de três horas; É quando nós somos obrigados a fazer uma coisa que não queremos; Ir beber no bar a mando de uma pessoa; É quando um homem tenta estuprar uma menina, mas como ela é uma menina, e é mais fraca, ele estupra ela e ela tem medo de contar a seus pais; É quando alguém passa dos limites; Uma mulher abusa de bebida alcoólica.

Em uma das turmas de meninos surgiram os seguintes comentários quando os coordenadores do grupo expuseram a diferença entre violência e sedução:

Pegar a menina e uuuuhhh! Conversar com ela e jogar uma salada; Pagar as coisas. Dá um doce de amendoim e faz qualquer coisa com ela; Transar com a mulher oferecendo dinheiro; Acho sedução mais legal; Na novela o cara briga e já começa a tirar a roupa da guria; É quando o garoto fica mostrando a cueca para as meninas? É porque tem uns garotos aqui que ficam fazendo isso; E você fica mostrando o pinto pras meninas; Nas catinga, o cara que pegava a mulher era estuprado, tiravam o “negocinho” dele; Homem que abusa de mulher é vagabundo.

Sobre as situações consideradas abusivas, os meninos escreveram:

É quando uma pessoa força a outra a fazer o que a pessoa não quer, como na história; Tentar fazer sexo à força; É arrancar as suas roupas e abusar da pessoa; É quando o outro homem tira o pênis para fora; Quando começa a passar a mão na bunda e o pênis e pede para fazer sexo; Um cara pegar você na marra sem você querer; Quando um homem quer fazer sexo de qualquer jeito; Transar com uma mulher por dinheiro; Quando alguém quer fazer sexo à força; Eu acho que tem que cortar o pau destes tarados; É quando uma pessoa pega a outra e começa a abusar dela enfiando o pau; Quando alguém pega um “de menor” à força e quer fazer sexo; Eu acho que é uma situação em que a pessoa que está abusando tem seus motivos, mas deveria ser punida pelos seus atos; É quando uma pessoa abusa da mulher, obrigando; Acho legal;. Por exemplo um homem obrigando uma mulher a coisas que ela não quer por dinheiro; Quando um homem quer transar com alguém e esse alguém não deixa, como na chupeta; É quando uma pessoa abusa da outra, sem ela querer, com gestos obscenos, até à força; É quando uma pessoa obriga uma pessoa a fazer coisas que não quer fazer; É quando um homem pega um menino ou uma menina e obriga ela a fazer coisas que ela não quer; O homem estuprar a mulher pelo ânus ou fazer sexo sem que ela queira; Quando uma pessoa obriga a outra a fazer coisas estranhas no mau sentido; O estupro; Eu acho que isso é que uma pessoa tenta abusar da outra, obrigando a fazer uma coisa que não quer; Passando a mão em seu corpo sem ela permitir; Que um estuprador estupe várias mulheres; Obrigar a fazer coisas que não quer; Um homem que abusa da mulher; É quando um homem pega uma menina e obriga a fazer o que ela não quer.

Sessão 7

Não há transcrições, foram feitos comentários sobre a violência que ocorreu na comunidade durante a semana.

Sessão 8

Os resultados da atividade “Pensar e decidir” (Goicoechea, Nañez e Alonso, 2001) foram computados e comentados com cada turma. A Tabela 13 mostra os resultados desta atividade, juntando meninas e meninos.

Tabela 13

Resultados da atividade “Pensar e Decidir”.

Situação	% de respostas	
	Abuso	Afeto
Minha mãe me abraça.	0	100
Alguém tenta tocar meus genitais (pênis ou vagina) sem meu consentimento.	98,4	1,6
Meu pai me dá beijos todos os dias.	8,4	91,6
Meus amigos me acariciam o cabelo.	27,2	72,8
Um adulto me mostra seus genitais.	98,4	1,6
Tomo banho com meus pais.	25,4	40
	(33,6: não sei)	
Alguém passa a mão na minha bunda no ônibus.	96,7	3,3
Um desconhecido me oferece dinheiro para fazer fotos sem roupa.	96,7	3,3
Um adulto me convida para assistir a um filme pornográfico.	93,3	6,7

As dúvidas das meninas colocadas na urna são mostradas na Tabela 14.

Tabela 14

Dúvidas das meninas colocadas em uma urna na sessão 8.

Tema	Pergunta
Menstruação	Se a menstruação começa no dia 23 e passar desse dia no próximo mês é normal? Se parar de descer menstruação e a gente é virgem, o que devemos fazer? É perigoso?
Gravidez	Se um piá de 14 anos estuprar uma menina de nove anos ela pode ficar grávida? (é uma pergunta nada a ver, mas eu perguntei assim mesmo). Quando alguém faz um filho e não pode cuidar e dá esse filho a alguém, está fazendo um mau segredo.
Doenças sexualmente transmissíveis	O que acontece quando uma pessoa transa com alguém e essa pessoa tem Aids e o que acontece com a outra pessoa? Fora a Aids, que outras doenças são transmitidas através do sexo?
Sexo	Por que o homem quando vai transar com a mulher sempre aparece que eles são casados? E por que eles sempre suam? Quando um homem enfia um pau na vagina da mulher a vagina fica larga para sempre?
Abuso Sexual	Um telefonema de um estranho ameaça uma criança de 12 anos. Se um adulto nos chama para entrar em seu carro e essa pessoa é mais velha, é um abuso ou um afeto? Se um tio tenta abusar de sua sobrinha, abaixa sua calça e ela não sabe o que fazer, e estava dormindo e não se lembra o que deveria fazer? Dê um exemplo de abuso sexual.

As dúvidas dos meninos colocadas de forma anônima na urna são mostradas na Tabela 15.

Tabela 15

Dúvidas dos meninos colocadas em uma urna na sessão 8.

Tema	Pergunta
Mulheres	Quando a gente come a mulher, o que dói mais? Quando se faz sexo e a mulher fala que está doendo a sua vagina, o que deve ser feito? Por que quando uma menina de 13 ou 15 anos gosta ou ama um menino ele encosta nela e dá na menina uma sensação boa?
Menstruação	A primeira ovulação de uma mulher ou moça, sai sangue pelo caminho da bexiga ou sai pelo caminho da vagina, sendo que ali existe o hímen?
Sexo	Meter faz bem para a saúde? Qual a idade ideal para uma relação sexual? Por que quando a gente levanta de manhã o pau fica duro? É verdade que nos anões o pau não cresce?
Anticoncepção	Quais eram os modos de preservativos que se tornaram modo de aborto?
Sexo com animais	Que tipo de doenças podem acontecer se eu fizer relações sexuais com animais?
Abuso sexual	Quando um menino é abusado pelo tio tem que falar para um amigo ou para um parente? Quais são as conseqüências que a criança sofre depois do abuso? Se fizer abuso sexual com uma criança pode ocorrer de ela morrer? O que nós poderemos fazer com aquele menino que abusou daquele menino pequeno? Por que é sempre homens que estupram crianças?

Sessão 9

Todas as respostas dos participantes após assistirem ao vídeo são mostradas na Tabela 16.

Tabela 16

Respostas dos participantes ao exercício feito após a exibição do Globo Repórter (Central Globo de Produções, 2000).

Perguntas	Respostas	%
Você acha que a adolescente percebeu o risco que estava correndo?	Sim	41,5
	Não	58,5
Como ela poderia ter dito para o abusador que não queria ir ao banheiro com ele?	Que não queria ir	82,5
	Inventar uma desculpa	17,5
O que a adolescente poderia fazer quando já estava no banheiro?	Fugir ou sair correndo	38,8
	Gritar	22,5
	Dar um chute “no saco” ou em qualquer outra parte do corpo do agressor	18,6
	Dizer que não queria fazer aquilo	7,3
	Morder, fingir-se de morta, jogar algo nele, disfarçar	7,3
	Não sei	3,7
	Tinha que ir senão morreria	1,8
Para quem ela poderia ter contado?	Para os pais	45,8
	Para um adulto de confiança	38,8
	Para a amiga	8,4
	Para a professora	5,6
	Para a mulher dele	1,4

Sessão 10

Antes que as dramatizações sobre a *História de Rosinha* (Padilha, 2001) fossem ensaiadas, as turmas de meninos fizeram mais algumas perguntas, sobre dúvidas que tinham:

Sexo com animais (uso de camisinhas com animais; doenças que podem ser transmitidas); uso de camisinha (usar, lavar e depois usar novamente; usar saco plástico, saquinho de “geladinho”); acesso a camisinhas (disseram que o posto de saúde distribui gratuitamente, mas os meninos têm vergonha de pegar); “estimulantes” (Viagra, Catuaba) para homens e para mulheres (“saco de quati com água para a mulher ficar excitada”).

Um dos meninos comentou: *quando transa com prostituta, elas limpam o pênis com a boca.*